



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

Consultora: Valéria Rodrigues Dias Gomes

Ministério da Educação-Secretaria Executiva Conselho Nacional de Educação

PROJETO UNESCO Edital 7/2014, TOR 8/2014, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no âmbito do Projeto UNESCO/CNE 914BRZ1144. 3

Contrato nº SA4215/2014 CONTROLE 512248

Produto: Documento técnico contendo estudo analítico sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no currículo dos sistemas de ensino e suas instituições.

Autenticação Consultor

Brasília, 23 de março de 2015.

Assinatura do Consultor:

Aprovação do Supervisor

Atesto que os serviços foram prestados conforme estabelecido no Contrato de Consultoria.

Brasília, 23 de março de 2015.

Assinatura e Carimbo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. INTRODUÇÃO	5
2.1. As Diretrizes e o Ensino Médio e IDEB	6
2.2. As Diretrizes Curriculares e o Ensino Médio	12
3. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	14
3.1. Panorama Geral.....	14
3.2. Panorama Específico	17
3.2.1. Os estudantes do Ensino Médio Noturno	17
3.3. Objetivos deste levantamento	19
3.4. Metodologia.....	20
3.4.1. Análise dos dados	22
3.4.2 Relatório Final	22
3.5 Resultados Obtidos.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
5. REFERÊNCIAS	78
ANEXO 1 - OFÍCIO N.16.....	81
ANEXO 2 - OFÍCIO N.17	83
ANEXO 3 – INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS SEE e CEE.....	84
ANEXO 4 – RESULTADOS CONSOLIDADOS	87
ANEXO 5 – DOCUMENTOS ENVIADOS PELAS SEE E CEE.....	122
ANEXO 6 – RESUMO DA PESQUISA.....	125

Tecendo a Manhã

João Cabral de Melo Neto¹

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entreendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

¹ João Cabral de Melo Neto nasceu na cidade do Recife, a 6 de janeiro de 1920. Membro da Academia Brasileira de Letras.

1. APRESENTAÇÃO

O Ensino Médio, no Brasil, tem se apresentado, ao longo da história da educação brasileira, como o nível de maior complexidade na estruturação de políticas públicas de enfrentamento aos desafios estabelecidos pela sociedade moderna, em decorrência de sua própria natureza enquanto etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e a Educação Superior e a particularidade de atender a adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes expectativas frente à escolarização, levando-se em consideração que estes conceitos são estabelecidos por uma construção social e como estes sujeitos se vêem neste processo, que está intimamente ligado com a representação social que lhes é atribuída, conforme Hilário Dick, O pressuposto fundamental da discussão é que a idade é um fenômeno social, e não apenas biológico. O que existe em cada período histórico é um conjunto multifacetado de jovens, condicionados e interagindo com meio social em que vivem. (DICK, 2003, p. 26).²

O objeto de trabalho foi o de realizar um levantamento e uma análise sobre o processo de implementação das diretrizes Curriculares para o ensino Médio. A pesquisa foi realizada nos 26 estados e no Distrito Federal: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

Esta pesquisa foi realizada para cumprir na íntegra o que se propõe o TOR:

“O Conselho Nacional de Educação (CNE), no exercício de suas funções e responsabilidades com a Política Nacional de Educação e assessoramento ao Ministério da Educação (MEC), necessita estar continuamente informado sobre o cumprimento das orientações e normas emanadas pela legislação educacional brasileira, identificando medidas necessárias à adequação de seus atos para atender aos avanços e modernização da Educação Brasileira, avaliando os impactos destes atos na Sociedade.

² Este texto será baseado no Documento do Ensino Médio Inovador MEC, 2009 http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medioinovador. Acesso em 25 de mar. 2015. e Documento Diretrizes Curriculares Educação Básica 2013. , até o tópico 3.2.1 página 20.

Hilário Dick Padre Jesuíta. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduado em Filosofia e Teologia pela Faculdade Cristo Rei, em São Leopoldo (RS). Professor de História da Juventude e coordenador da Pós-Graduação em Juventude da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Ex-assessor do Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Autor de: Gritos silenciados, mas evidentes – jovens construindo juventude na história (Loyola); Cartas a neotêfalo: conversas sobre assessoria para Grupos de Jovens (Loyola); O Divino no jovem (CCJ). Coautor de: Juventude, acompanhamento e construção de autonomia (PUC Goiás).

O Conselho organiza-se internamente em Câmaras de Educação Básica (CEB) e de Educação Superior (CES) e no Conselho Pleno. À Câmara de Educação Básica cabe examinar problemas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e do Ensino Médio e profissional, oferecendo sugestões para a sua solução; analisar e emitir parecer sobre os procedimentos e resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades; deliberar sobre diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação; oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação, observada sua repercussão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e acompanhar-lhe a execução no âmbito de sua competência; assessorar o Ministro de Estado da Educação em todos os assuntos relativos à educação básica; manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação; analisar as questões relativas à educação básica.

Considerando o que dispõe no artigo 9º, § 1º, alínea "c" da Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 22, 23, 24, 25, 26, 26-A, 27, 35, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e tendo em vista o Parecer CEB/CNE nº 5/2011, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2011 e Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, associado à proposta de trabalho da comissão, constituído no âmbito da Câmara de Educação Básica, que trata da oferta do Ensino Médio e a educação de adolescentes e de jovens e adultos trabalhadores, bem como estudar medidas que visem à melhoria do desempenho dos alunos matriculados no Ensino Médio noturno, faz-se necessário mapear os desdobramentos nos sistemas de ensino e suas instituições das Diretrizes em tela."

Esse documento tem por finalidade realizar um estudo sobre o processo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). O produto, em forma de documento técnico, apresenta estudo analítico sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no currículo dos sistemas de ensino e suas instituições.

2. INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Educação, em maio de 2011, aprova parecer que estabelece novas diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio no Brasil. Diante dos múltiplos olhares e perspectivas a partir das quais é possível analisar as atuais políticas para o Ensino Médio, pretende-se, neste ensaio, identificar o que as novas diretrizes curriculares trazem de novo para a organização do Ensino Médio no Brasil. Desse modo, a primeira parte do texto é dedicada à contextualização de algumas das principais mudanças pelas quais passou o Ensino Médio no país, especialmente em termos legais, das condições de acesso e permanência e das

políticas na área. Em seguida, são identificadas as principais críticas feitas às DCNEM de 1998 nos estudos e pesquisas realizadas sobre o assunto desde então para, ao final do artigo, se analisar até que ponto as novas diretrizes dialogam com esses questionamentos e inquietações, quais as novas possibilidades de organização do Ensino Médio que trazem para o país e que desafios continuam na agenda de debates. (MOEHLECKE 2012)³.

2.1. As Diretrizes e o Ensino Médio e IDEB

Considerando que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, retratou uma preocupação: o desemprego no país. Os dados revelaram que 50,8% dos brasileiros desempregados não tinham concluído o Ensino Médio. Isso mostra como os estudos fazem diferença na hora de procurar trabalho. O Brasil tem um grande desafio na área da educação: melhorar a qualidade do Ensino Médio. O governo admite que essa é a etapa que mais precisa melhorar. O Índice da Educação Básica mostrou que o Ensino Médio piorou em 13 estados.

Um dos problemas é o currículo que alunos são levados a estudar. É muito conteúdo para memorizar com pouco efeito prático. Os especialistas dizem que a escola fica distante da realidade dos alunos, o que torna o estudo pouco interessante, sem atrativos.

São três anos pelo menos quatro horas na sala de aula por dia. E 13 matérias obrigatórias no currículo, podendo ser mais dependendo da escola. Esse é o Ensino Médio brasileiro: a etapa escolar que mais tem problemas, segundo o próprio governo.

De cada 100 estudantes, 25 abandonam os estudos. E o índice que mede a qualidade não deslancha. O Ideb, calculado com base em notas de provas de alunos, ficou em 3,7. Abaixo da meta de 3,9, considerando a rede pública e a particular. Olhando estado por estado, o índice caiu em 13.

Resultados IDEB – Brasil - Ensino Médio
--

³ MOEHLECKE, Sabrina. O Ensino Médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012

<i>Etapa/Rede</i>	Ideb 2011	Ideb 2013		<i>P</i> 2011	– <i>P</i> 2013	– <i>N</i> 2011	– <i>N</i> 2013	<i>Projeção</i> 2013	
Ensino Médio									
Total	3,7	3,7		0,80	0,82	4,57	4,44	3,9	
Pública	3,4	3,4		0,78	0,81	4,33	4,20	3,6	
Estadual	3,4	3,4		0,78	0,81	4,32	4,19	3,6	
Privada	5,7	5,4		0,94	0,93	6,05	5,79	6,0	
Fonte: MEC/Inep.									
Nota: (1) Médias da Prova Brasil/SAEB 2009 e Ideb 2009 calculados somente com as escolas urbanas.									

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013 mostra que o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 pontos. O Ideb nacional nessa etapa ficou em 5,2, enquanto em 2011 havia sido de 5,0.

A rede estadual, que atende apenas 18% das matrículas públicas nessa fase, também superou suas metas. Em 75,7% dos municípios, as escolas estaduais superaram a nota 5,0 prevista para 2013. Ao todo, nessa etapa, 5.293 municípios tiveram Ideb calculado para a rede pública.

Na rede federal, o Ideb aumentou de 6,8 em 2011 para 7,0 em 2013 nos anos iniciais.

Na progressão em 2005, quando o Ideb foi calculado pela primeira vez, 57,5% (7,1 milhões) das crianças nos anos iniciais estavam matriculadas em escolas municipais de redes de ensino com avaliação abaixo de 3,7, média nacional de então. Com a evolução do indicador nos últimos anos, o percentual caiu para 16,2% (1,7 milhão) em 2013.

Com relação aos índices de avaliação mais elevados, ainda nos anos iniciais, o registro em 2005 era de 2,9% das crianças (cerca de 360 mil matrículas)

matriculadas em escolas municipais com Ideb acima da nota 5,0. Em 2013, o percentual saltou para 45% - 4,8 milhões de estudantes – na mesma situação.

A rede estadual, responsável por 97% das matrículas da rede pública – registrou o mesmo índice de 2011 (3,4), assim como a rede federal (5,6). A rede privada apresentou queda, passando de 5,7 para 5,4.

O Ideb é obtido pelas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pela taxa média de aprovação percentual⁴.

Pelo Brasil, é possível encontrar maus exemplos, mas também bons exemplos nas salas de aula. A título de exemplificação: Em Goiás, o Ensino Médio teve a melhor posição no ranking nacional.

A título de ilustração, o estado de Goiás está em primeiro lugar com a nota 3,8. Em 2009, o Ensino Médio do estado ocupava a 16ª posição, com nota 3,3. De acordo com a Secretaria da Educação, o bom desempenho se deve à reforma de todas as unidades e à padronização do ensino na rede. De qualquer forma, a nota ainda está longe do 6 dos países desenvolvidos. Já Alagoas teve o pior Ideb do país pelo segundo ano seguido.

O Brasil vive, nos últimos anos, um processo de desenvolvimento que se reflete em taxas ascendentes de crescimento econômico tendo o aumento do Produto Interno Bruto ultrapassado a casa dos 7%, em 2010. Este processo de crescimento tem sido acompanhado de programas e medidas de redistribuição de renda que o retroalimentam. Evidenciam-se, porém, novas demandas para a sustentação deste ciclo de desenvolvimento vigente no País. A educação, sem dúvida, está no centro desta questão.

O crescimento da economia e novas legislações, como o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a Emenda Constitucional nº 59/2009 – que extinguiu a Desvinculação das Receitas da União (DRU) – e dispôs sobre outras medidas, têm permitido ao País aumentar o volume de recursos destinados à Educação.

⁴ http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/id/139140?p_r_p_564233524_urlTitle=ideb-indica-melhora-no-ensino-fundamental

Tais iniciativas, nas quais o Conselho Nacional de Educação (CNE) tem tido destacada participação, visam criar condições para que se possa avançar nas políticas educacionais brasileiras, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, à formação e valorização dos profissionais da educação e à inclusão social.

Para alcançar o pleno desenvolvimento, o Brasil precisa investir fortemente na ampliação de sua capacidade tecnológica e na formação de profissionais de nível médio e superior. Hoje, vários setores industriais e de serviços não se expandem na intensidade e ritmos adequados ao novo papel que o Brasil desempenha no cenário mundial, por se ressentirem da falta desses profissionais. Sem uma sólida expansão do Ensino Médio com qualidade, por outro lado, não se conseguirá que nossas universidades e centros tecnológicos atinjam o grau de excelência necessário para que o País dê o grande salto para o futuro.

Tendo em vista que a função precípua da educação, de um modo geral, e do Ensino Médio – última etapa da Educação Básica – em particular, vai além da formação profissional, e atinge a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais.

É nesse contexto que o Ensino Médio tem ocupado, nos últimos anos, um papel de destaque nas discussões sobre educação brasileira, pois sua estrutura, seus conteúdos, bem como suas condições atuais, estão longe de atender às necessidades dos estudantes, tanto nos aspectos da formação para a cidadania como para o mundo do trabalho. Como consequência dessas discussões, sua organização e funcionamento têm sido objeto de mudanças na busca da melhoria da qualidade.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96 (LDB), o Ensino Médio passou a ser configurado com uma identidade própria, como etapa final de um mesmo nível da educação, que é a Educação Básica, e teve assegurada a possibilidade de se articular, até de forma integrada em um mesmo curso, com a profissionalização, pois o artigo 36-A prevê que “o Ensino Médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”.

No Brasil, nos últimos 20 anos, houve uma ampliação do acesso dos adolescentes e jovens ao Ensino Médio, a qual trouxe para as escolas públicas um novo contingente de estudantes, de modo geral jovens filhos das classes trabalhadoras. Os sistemas de ensino passam a atender novos jovens com características diferenciadas da escola tradicionalmente organizada. Situação semelhante acontece com o aumento da demanda do Ensino Médio no campo, cujo atendimento induz a novos procedimentos no sentido de promover a permanência dos mesmos na escola, evitando a evasão e diminuindo as taxas de reprovação.

Apesar das ações desenvolvidas pelos governos estaduais e pelo Ministério da Educação, os sistemas de ensino ainda não alcançaram as mudanças necessárias para alterar a percepção de conhecimento do seu contexto educativo e ainda não estabeleceram um projeto organizativo que atenda às novas demandas que buscam o Ensino Médio. Atualmente mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não atingiram esta etapa da Educação Básica e milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio, configurando uma grande dívida da sociedade com esta população.

De acordo com o documento “Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE: uma análise das condições de vida da população brasileira” (IBGE, 2010), constata-se que a taxa de frequência bruta às escolas dos adolescentes de 15 a 17 anos é de 85,2%. Já a taxa de escolarização líquida dos mesmos adolescentes (de 15 a 17 anos) é de 50,9%. Isso significa dizer que metade dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não está matriculada no Ensino Médio. No Nordeste a taxa de escolaridade líquida é ainda inferior, ficando em 39,1%. A proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, economicamente ativas, com mais de 11 anos de estudos é de 15,2% e a proporção de analfabetos nessa mesma amostra atinge a casa de 4,6%.

Especificamente em relação ao Ensino Médio, o número de estudantes da etapa é, atualmente, da ordem de 8,3 milhões. A taxa de aprovação no Ensino Médio brasileiro é de 72,6%, enquanto as taxas de reprovação e de abandono são, respectivamente, de 13,1% e de 14,3% (INEP, 2009). Observe-se que essas taxas diferem de região para região e entre as zonas urbana e rural. Há também uma diferença significativa entre as escolas privadas e públicas.

Em resposta a esses desafios que permanecem, algumas políticas, diretrizes e ações do governo federal foram desenvolvidas com a proposta de estruturar um

cenário de possibilidades que sinalizam para uma efetiva política pública nacional para a Educação Básica, comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira.

Nesse sentido, situam-se a aprovação e implantação do FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), a formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No âmbito deste Conselho, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e o processo de elaboração deste Parecer, de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), concretizado por Estados e Municípios, por meio da estruturação da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), conduz à revisão das políticas públicas de educação e potencializa a articulação de programas e ações educacionais de governo.

A concepção de uma educação sistêmica expressa no PDE, ao valorizar conjuntamente os níveis e modalidades educacionais, possibilita ações articuladas na organização dos sistemas de ensino. Significa compreender o ciclo educacional de modo integral, promovendo a articulação entre as políticas orientadas para cada nível, etapa e modalidade de ensino e, também, a coordenação entre os instrumentos disponíveis de política pública.

Visão sistêmica implica, portanto, reconhecer as conexões intrínsecas entre Educação Básica e Educação Superior; entre formação humana, científica, cultural e profissionalização e, a partir dessas conexões, implementar políticas de educação que se reforcem reciprocamente.

Para levar adiante todas as idéias preconizadas na LDB, a educação no Ensino Médio deve possibilitar aos adolescentes, jovens e adultos trabalhadores acesso a conhecimentos que permitam a compreensão das diferentes formas de explicar o mundo, seus fenômenos naturais, sua organização social e seus processos produtivos.

O debate sobre a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio deve, portanto, considerar importantes temáticas, como o financiamento e a qualidade da Educação Básica, a formação e o perfil dos docentes para o Ensino Médio e a relação com a Educação Profissional, de forma a reconhecer diferentes caminhos de atendimento aos variados anseios das “juventudes” e da sociedade.

É sabido que a questão do atendimento das demandas das “juventudes” vai além da atividade da escola, mas entende-se que uma parte significativa desse objetivo pode ser alcançada por meio da transformação do currículo escolar e do projeto político-pedagógico.

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio deve contemplar as recentes mudanças da legislação, dar uma nova dinâmica ao processo educativo dessa etapa educacional, retomar a discussão sobre as formas de organização dos saberes e reforçar o valor da construção do projeto político-pedagógico das escolas, de modo a permitir diferentes formas de oferta e de organização, mantida uma unidade nacional, sempre tendo em vista a qualidade do ensino.

2.2. As Diretrizes Curriculares e o Ensino Médio

Para tratar especificamente da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio foi criada, em janeiro de 2010, pela Portaria CNE/CEB nº 1/2010, recomposta pela Portaria CNE/CEB nº 2/2010, a Comissão constituída na Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE, formada pelos Conselheiros Adeum Sauer (presidente), José Fernandes de Lima (relator), Mozart Neves Ramos, Francisco Aparecido Cordão e Rita Gomes do Nascimento.

Registre-se, por oportuno, que o Conselho Nacional de Educação, no cumprimento do que determina o art. 7º da Lei nº 9.131/95 (que altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), vinha trabalhando na atualização das várias Diretrizes Curriculares Nacionais. Além da elaboração das Diretrizes

Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, já foram atualizadas, entre outras, as Diretrizes para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos.

Em agosto de 2010, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) encaminhou ao CNE uma sugestão de resolução feita por especialistas daquela Secretaria e outros contratados especificamente para elaboração do referido documento. Juntamente com a proposta de resolução, a SEB encaminhou outros documentos para subsidiar as discussões.

A proposta foi encaminhada aos membros do Fórum dos Coordenadores do Ensino Médio que apresentaram, além das sugestões das Secretarias Estaduais de Educação, um documento coletivo discutido na reunião do Fórum, realizada em Natal, RN, em 1º de setembro de 2010. Em seguida, a mesma proposta foi submetida à apreciação de especialistas que deram suas sugestões na reunião conjunta com os membros da Comissão Especial da CEB e da Secretaria de Educação Básica do MEC, realizada nas dependências do CNE, em 17 de setembro de 2010.

No dia 4 de outubro de 2010, a sugestão de resolução destas Diretrizes foi discutida em audiência pública convocada pela Câmara de Educação Básica e realizada no CNE e contou com a participação de mais de 100 pessoas, entre educadores e representantes de entidades.

Destaque-se que o mesmo documento foi enviado ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) que, por sua vez, o encaminhou para as Secretarias Estaduais de Educação.

Foram recebidas diversas contribuições individuais e de associações, dentre as quais se destaca o documento enviado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Em 16 de fevereiro de 2011, o relator participou da reunião do CONSED com os Secretários Estaduais de Educação, para informar sobre o andamento dos trabalhos de elaboração destas Diretrizes e solicitar a contribuição dos mesmos.

E o que temos hoje, artigo 9º, § 1º, alínea "c" da Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 22, 23, 24, 25, 26, 26-A, 27, 35, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996, e tendo em vista o Parecer CEB/CNE nº 5/2011, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2011 e Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, associado à proposta de trabalho da comissão, constituído no âmbito da Câmara de Educação Básica, que trata da oferta do Ensino Médio e a educação de adolescentes e de jovens e adultos trabalhadores, bem como estudar medidas que visem à melhoria do desempenho dos alunos matriculados no Ensino Médio noturno, faz-se necessário mapear os desdobramentos nos sistemas de ensino e suas instituições das Diretrizes em tela

3. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

3.1. Panorama Geral

Em uma perspectiva histórica (UNESCO, 2009), verifica-se que foi a reforma educacional conhecida pelo nome do Ministro Francisco Campos, que regulamentou e organizou o ensino secundário, além do ensino profissional e comercial (Decreto no 18.890/31) que estabeleceu a modernização do ensino secundário nacional.

Apesar de modernizadora, essa reforma não rompeu com a tradição de uma educação voltada para as elites e setores emergentes da classe média, pois foi concebida para conduzir seus estudantes para o ingresso nos cursos superiores.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, foi instituído o conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, assim configurada: a) Lei orgânica do ensino secundário, de 1942; b) Lei orgânica do ensino comercial, de 1943; c) Leis orgânicas do ensino primário, de 1946.

Nas leis orgânicas firmou-se o objetivo do ensino secundário de formar as elites condutoras do país, a par do ensino profissional, este mais voltado para as necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana.

Nessa reforma, o ensino secundário mantinha dois ciclos: o primeiro correspondia ao curso ginasial, com duração de 4 anos, destinado a fundamentos; o segundo correspondia aos cursos clássico e científico, com duração de 3 anos, com o objetivo de consolidar a educação ministrada no ginasial. O ensino secundário, de

um lado, e o ensino profissional, de outro, não se comunicavam nem propiciavam circulação de estudos, o que veio a ocorrer na década seguinte.

Em 1950, a equivalência entre os estudos acadêmicos e os profissionais foi uma mudança decisiva, comunicando os dois tipos de ensino. A Lei Federal nº 1.076/50 permitiu que concluintes de cursos profissionais ingressassem em cursos superiores, desde que comprovassem nível de conhecimento indispensável à realização dos aludidos estudos. Na década seguinte, sobreveio a plena equivalência entre os cursos, com a equiparação, para todos os efeitos, do ensino profissional ao ensino propedêutico, efetivada pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61).

Novo momento decisivo ocorreu dez anos depois, com a promulgação da Lei no 5.692/71, que reformou a Lei nº 4.024/61, no que se refere ao, então, ensino de 1º e de 2º graus. Note-se que ocorreu aqui uma transposição do antigo ginasial, até então considerado como fase inicial do ensino secundário, para constituir-se na fase final do 1º grau de oito anos.

Para o Ensino Médio, a profissionalização torna-se obrigatória, supostamente para eliminar o dualismo entre uma formação clássica e científica, preparadora para os estudos superiores e, outra, profissional (industrial, comercial e agrícola), além do Curso Normal, destinado à formação de professores para a primeira fase do 1º grau.

A implantação generalizada da habilitação profissional trouxe, entre seus efeitos, sobretudo para o ensino público, a perda de identidade que o 2º grau passara a ter, seja a propedêutica para o ensino superior, seja a de terminalidade profissional. Passada uma década, foi editada a Lei nº 7.044/82, tornando facultativa essa profissionalização no 2º grau.

O mais novo momento decisivo veio com a atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Federal nº 9.394/96, que ainda vem recebendo sucessivas alterações e acréscimos. A LDB define o Ensino Médio como uma etapa do nível denominado Educação Básica, constituído pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio, sendo este sua etapa final.

Das alterações ocorridas na LDB, destacam-se, aqui, as trazidas pela Lei nº 11.741/2008, a qual redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e

da Educação Profissional e Tecnológica. Foram alterados os artigos 37, 39, 41 e 42, e acrescido o Capítulo II do Título V com a Seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e com os artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. Esta lei incorporou o essencial do Decreto nº 5.154/2004, sobretudo, revalorizando a possibilidade do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, contrariamente ao que o Decreto nº 2.208/97 anteriormente havia disposto.

A LDB define como finalidades do Ensino Médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Determina, ainda, uma base nacional comum e uma parte diversificada para a organização do currículo escolar.

Na sequência, foram formuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em 1998, que destacam que as ações administrativas e pedagógicas dos sistemas de ensino e das escolas devem ser coerentes com princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade. Afirmam que as propostas pedagógicas devem ser orientadas por competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos previstos pelas finalidades do Ensino Médio.

Os princípios pedagógicos da identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização são adotados como estruturadores dos currículos. A base nacional comum organiza-se, a partir de então, em três áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Mesmo considerando o tratamento dado ao trabalho didático-pedagógico, com as possibilidades de organização do Ensino Médio, tem-se a percepção que tal discussão não chegou às escolas, mantendo-se atenção extrema no tratamento de conteúdos sem a articulação com o contexto do estudante e com os demais componentes das áreas de conhecimento e sem aproximar-se das finalidades propostas para a etapa de ensino, constantes na LDB.

Foi observado em estudo promovido pela UNESCO, que incluiu estudos de caso em dois Estados, que os ditames legais e normativos e as concepções teóricas, mesmo quando assumidas pelos órgãos centrais de uma Secretaria Estadual de Educação, têm fraca ressonância nas escolas e, até, pouca ou

nenhuma, na atuação dos professores (UNESCO, 2009).O Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, especificamente quanto ao Ensino Médio, reiteram que é etapa final do processo formativo da Educação Básica e indicam que deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas.

3.2. Panorama Específico

3.2.1. Os estudantes do Ensino Médio Noturno

O Ensino Médio Noturno tem estado ausente do conjunto de medidas acenadas para a melhoria da Educação Básica. Estas Diretrizes definem que todas as escolas com Ensino Médio, independentemente do horário de funcionamento, sejam locais de incentivo, desafios, construção do conhecimento e transformação social.

Para que esse objetivo seja alcançado, é necessário ter em mente as especificidades dos estudantes que compõem a escola noturna, com suas características próprias.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a maioria dos estudantes do ensino noturno são adolescentes e jovens. Uma parte está dando continuidade aos estudos, sem interrupção, mesmo que já tenha tido alguma reprovação. Outra parte, no entanto, está retornando aos estudos depois de haver interrompido em determinado momento.

Levantamentos específicos mostram que os estudantes do ensino noturno diferenciam-se dos estudantes do ensino diurno, pois estes últimos têm o estudo como principal atividade/interesse, enquanto os do noturno são, na sua maioria, trabalhadores antes de serem estudantes. Do ponto de vista das expectativas destes estudantes, uns objetivam prosseguir os estudos ingressando no ensino superior, enquanto outros pretendem manter ou retomar sua dedicação ao trabalho.

O fato de muitos terem retornado aos estudos depois de tê-los abandonado, é um atestado de que acreditam no valor da escolarização como uma forma de buscar melhores dias e um futuro melhor.

Em geral são estudantes que, não tendo condição econômica favorável, não têm acesso aos bens culturais e, como tal, esperam que a escola cumpra o papel de supridora dessas condições. Não raras vezes, a escola noturna é vista por esses estudantes trabalhadores como um locus privilegiado de socialização.

Os que estudam e trabalham, em geral, enfrentam dificuldades para conciliar as duas tarefas. Todos têm consciência de que as escolas noturnas convivem com maiores dificuldades do que as do período diurno e isso é um fator de desestímulo.

Desse modo, o enfrentamento das necessidades detectadas no ensino noturno passa, inicialmente, pelo reconhecimento da diversidade que caracteriza a escola e o corpo discente do ensino noturno para, em seguida, adequar seus procedimentos aos projetos definidos para a mesma.

A própria Constituição Federal, no inciso VI do art. 208, determina, de forma especial, a garantia da oferta do ensino noturno regular adequado às condições do educando. A LDB, no inciso VI do art. 4º, reitera este mandamento como dever do Estado.

Ainda a LDB, no § 2º do art. 23, prescreve que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto.

Considerando, portanto, a situação e as circunstâncias de vida dos estudantes trabalhadores do Ensino Médio noturno, cabe indicar e possibilitar formas de oferta e organização que sejam adequadas às condições desses educandos, de modo a permitir seu efetivo acesso, permanência e sucesso nos estudos desta etapa da Educação Básica.

O *impedimento* evidente a carga horária diária, a qual, se igual à do curso diurno, não é adequada para o estudante trabalhador, que já cumpriu longa jornada laboral. Este problema é agravado em cidades maiores, nas quais as distâncias e os deslocamentos do local de trabalho para a escola e desta para a morada impõe acréscimo de sacrifício, levando a atraso e perda de tempos escolares. Essa

sobrecarga de horas no período noturno torna-se, sem dúvida, causa de desestímulo e aproveitamento precário que leva a uma deficiente formação e/ou à reprovação, além da retenção por faltas além do limite legal e, no limite, de abandono dos estudos.

Nesse sentido, com base no preceito constitucional e da LDB, e respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o projeto pedagógico deve atender com qualidade a singularidade destes sujeitos, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, podendo incluir atividades não presenciais, até 20% da carga horária diária ou de cada tempo de organização escolar, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por professores e monitores, ou ampliar a duração para mais de 3 anos, com redução da carga horária diária e da anual, garantindo o mínimo total de 2.400 horas.

O Ensino Médio - Após 12 anos da LDB, os dados e as avaliações oficiais revelam que ainda não foi possível superar a dualidade histórica que tem prevalecido no Ensino Médio, tampouco garantir a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria de seus estudantes.

O Brasil ampliou a oferta do Ensino Médio de forma expressiva, mas tem ainda 1,8 milhões de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Massificou o acesso, mas não garantiu democraticamente a permanência e, principalmente, um currículo capaz de promover uma aprendizagem que faça sentido para os jovens adolescentes.

3.3. Objetivos deste levantamento

O objetivo desta pesquisa, seria realizar um estudo sobre o processo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)⁵ nos sistemas, para tanto mapear os desdobramentos nestes sistemas de ensino público Federal, Estadual e Municipal. O produto a ser apresentado em forma de um documento técnico contendo estudo analítico sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no currículo dos sistemas de ensino e suas instituições.

⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)

Também foi importante coletar um conjunto de informações relacionadas à Educação Básica, a ser sistematizado e disponibilizado para subsidiar os Conselheiros do CNE em suas atribuições. A realização de estudos e debates visando subsidiar o Conselho Nacional de Educação para revisão de normas, reflexões que facilitem a indução de políticas educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

3.4. Metodologia

A metodologia para realização deste trabalho, inicialmente, para a elaboração deste documento, foi feita a revisão de Diretrizes, Leis, Pareceres, Resoluções citadas no TOR, e participação em reuniões com CNE em Brasília.

Delimitou se caminhos, elaborou instrumento⁶ de coleta de dados, como questionário e formulários para realização de pesquisa documental, levantou endereços por email e contatos telefônicos.

Os instrumentos foram encaminhados via Emails com Ofício assinado pelo Presidente da Câmara de Educação Básica Luiz Roberto Alves, ver anexos⁷

Aplicou dos instrumentos e entrevistas (anexo 03). Distribuiu os instrumentos, via email, telefonemas e visitas em determinadas Secretarias de Estado de Educação e de determinados Conselhos federais e Estaduais, com parâmetro.

Consolidou dos dados obtidos, após análise e elaboração do produto final. A metodologia utilizada foi o levantamento de dados sendo realizado após as reuniões no Conselho Nacional de educação, e contatos diretamente com todos os Conselhos Estaduais de Educação e Secretarias estaduais de do País e do Distrito Federal.

A seguir, uma síntese da metodologia aplicada em um anteprojeto:

A) Problema: O governo, através do Ministério da Educação, implantou uma política de educação para o Ensino Médio através das Diretrizes Curriculares Nacionais

Hipóteses: As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio são cumpridas.

⁶ Ver modelos de Instrumento no Anexo 3

⁷ Ver anexos 1 e 2 Ofícios assinados pelo Presidente da Câmara de Educação Básica Luiz Roberto Alves.

(B) Indicadores da Situação Inicial - Os Indicadores que evidenciam a discussão sobre o Ensino Médio, e o nível de alunos nesta etapa, e o cumprimento das Diretrizes Nacionais sobre nesta modalidade.

C) Objetivo do trabalho: realizar um estudo sobre o processo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio nos sistemas, para tanto mapear os desdobramentos nestes sistemas de ensino público Federal, Estadual e Municipal

D) Público Alvo: Conselhos Estaduais de Educação e Secretarias Estaduais de Educação, sobre o Ensino Médio.

E) Beneficiário- Ensino Médio no Brasil.

F) Recursos UNESCO

Ações	Atividades	Produtos	Instrumentos	Cronograma
Diagnóstico da realidade educacional do Ensino Médio no Brasil.	Atividade - realização de estudos e debates visando subsidiar o Conselho Nacional de Educação para revisão de normas e reflexões que facilitem a indução de política educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.	Documento técnico contendo estudo analítico sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio no currículo dos sistemas de ensino e suas instituições.	Instrumento de pesquisa, Consolidado em Planilhas: Excel- Filmes, Fotos, Relatórios- Memória viva- Portfólios-Tese artigos Leis Pareceres resoluções Diretriz Pesquisa INEP e outros.	Dezembro 2014: organização Janeiro e fevereiro: pesquisa e síntese. Março: 23-2015 Entrega do produto

J) Resultados esperados após a pesquisa, apresentar os resultados ao CNE MEC para que possam elaborar projetos inovadores, e possam provocar uma mudança, na prática escolar. Mudanças esperadas desde a implantação até os dias atuais, propor novas ações de implementação do Programa.

Criar mecanismos de possibilidades tendo o aluno do Ensino Médio como referência.

A lógica das Diretrizes está correta? Há outros caminhos para atingir os resultados.

K) Fatores do Contexto: A realidade, A grade curricular, as ações, o calendário, Formação, Fóruns, eventos, Encontros.

(I) Favorável: Auto grau de compromisso de secretarias, quanto ao desempenho do Ensino Médio

(II) Desfavorável- Falta de inovação e criatividade, falta de professores com perfil para o Ensino Médio, tanto na formação quanto na compreensão das especificidades desde aluno.

3.4.1. Análise dos dados

Serão compilados os dados, realização de análise e conclusão. Com elaboração de um texto a partir da análise das respostas e interpretação dos gráficos.

3.4.2 Relatório Final

O relatório final será apresentado em forma de produto, encaminhado ao CNE e à UNESCO com as seguintes exigências “Os produtos devem ser entregues no Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva, SGAS, Avenida L2, quadra 607, no Edifício Sede do CNE, 1º andar, Sala 120: a) 1 cópia em CD em formato PDF, b) capa com nome e código do projeto, nº do contrato, título do produto, nome e assinatura do consultor, local e data, c) 3 cópias impressas com encadernação em espiral”.

3.5 Resultados Obtidos

A seguir, a apresentação da realidade das escolas de Ensino Médio no Brasil na rede Estadual, Municipal, Federal e Privado. Será apresentado nos quadros, o número de estabelecimento e o número de matrículas, do contexto do Ensino Médio Regular e EJA, entre outros, um panorama geral. Logo a seguir o resultado obtido a partir do levantamento de dados realizados em forma de pesquisa, utilizando instrumento que foi enviado ao SEE⁸ e CEE⁹ e devolvido a nós, via email.

⁸ Secretaria Estadual de Educação

⁹ Conselho Estadual de Educação

QUADRO 1 - DADOS GERAIS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.

ESTABELECIMENTOS										
Ensino Médio										
3.12 – Número de Estabelecimentos de Ensino Médio por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2013										
Unidade da Federação	Estabelecimentos de Ensino Médio									
	Localização/Dependência Administrativa									
	Total					Urbana				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	27.450	383	18.676	341	8.050	24.859	322	16.394	220	7.923
Norte	2.094	45	1.668	5	376	1.537	39	1.151	1	346
Rondônia	227	6	178	-	43	190	4	150	-	36
Acre	165	5	147	-	13	67	5	49	-	13
Amazonas	395	11	329	-	55	278	11	213	-	54
Roraima	129	5	115	1	8	48	3	37	-	8
Pará	742	10	529	2	201	638	9	442	1	186
Amapá	124	2	105	-	17	68	2	54	-	12
Tocantins	312	6	265	2	39	248	5	206	-	37
Nordeste	6.900	126	4.719	152	1.903	6.112	105	4.071	74	1.862
Maranhão	1.033	19	753	51	210	676	14	455	19	188
Piauí	638	14	474	13	137	574	13	424	5	132
Ceará	908	11	606	-	291	869	9	570	-	290
Rio Grande do Norte	436	15	290	-	131	419	13	276	-	130
Paraíba	557	12	369	18	158	535	11	349	17	158
Pernambuco	1.195	15	803	19	358	1.099	11	717	14	357
Alagoas	352	10	202	1	139	333	10	183	1	139
Sergipe	262	5	163	-	94	239	3	142	-	94
Bahia	1.519	25	1.059	50	385	1.368	21	955	18	374
Sudeste	11.973	106	7.557	140	4.170	11.438	92	7.089	122	4.135
Minas Gerais	3.014	43	2.211	49	711	2.829	33	2.056	38	702
Espírito Santo	436	15	287	1	133	392	12	259	-	121
Rio de Janeiro	2.193	34	1.092	24	1.043	2.102	33	1.010	23	1.036
São Paulo	6.330	14	3.967	66	2.283	6.115	14	3.764	61	2.276
Sul	4.364	70	3.291	33	970	3.946	61	2.904	20	961
Paraná	1.914	22	1.483	-	409	1.685	22	1.258	-	405
Santa Catarina	975	18	728	9	220	889	16	651	5	217
Rio Grande do Sul	1.475	30	1.080	24	341	1.372	23	995	15	339
Centro-Oeste	2.119	36	1.441	11	631	1.826	25	1.179	3	619
Mato Grosso do Sul	417	8	302	3	104	360	6	253	-	101
Mato Grosso	579	11	445	1	122	404	7	278	-	119
Goiás	922	15	607	7	293	873	11	571	3	288
Distrito Federal	201	2	87	-	112	189	1	77	-	111

Fonte: MEC/Inep/Deed

Notas: 1 - O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.
2 - Estabelecimentos em atividade.
3 - Inclui estabelecimentos que oferecem ensino médio integrado à educação profissional ou normal/magistério.

QUADRO 2 EJA ENSINO MÉDIO

Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio

Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2013

	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio									
	Localização/Dependência Administrativa									
Unidade da Federação	Total	Total				Urbana				
		Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	1.324.878	13.606	1.168.925	40.328	102.019	1.294.786	11.181	1.143.676	38.424	101.505
Fonte: MEC/Inep/Deed										
Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.										
2 - Inclui matrículas da educação de jovens e adultos presencial médio, semipresencial médio e integrada à educação profissional de Ensino Médio.										

QUADRO 3 EJA ENSINO MÉDIO INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

MATRÍCULAS

Educação de Jovens e Adultos – Cursos Presenciais

1.52 – Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais por etapa de ensino e por Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2013

	Matrícula na Educação de Jovens e Adultos – Integrada à Educação Profissional de Nível Médio										
	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Cursos Presenciais										
Unidade da Federação	Etapa/Dependência Administrativa										
	Total	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	3.254.510	2.233.053	562	647.045	1.547.297	38.149	1.021.457	595	934.426	19.663	66.773
Fonte: MEC/Inep/Deed											
Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.											
2 - Não inclui matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional dos ensinos fundamental e médio.											

QUADRO 4 EJA ENSINO MÉDIO SEMI PRESENCIAIS

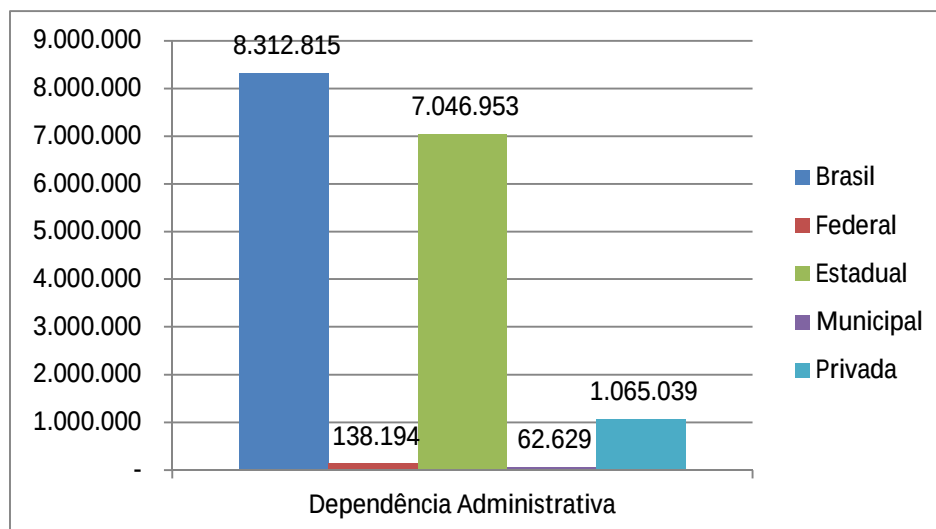
MATRÍCULAS											
Educação de Jovens e Adultos – Cursos Semipresenciais											
1.55– Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Semipresenciais por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2013											
Unidade da Federação	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Cursos Semipresenciais										
	Etapa/Dependência Administrativa										
	Total	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	456.697	194.545	14	152.140	34.124	8.267	262.152	-	212.488	20.283	29.381
Fonte: MEC/Inep/Deed											
Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.											
2 - Não inclui matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.											

QUANDO 05 ENSINOS MÉDIO – NORMAL/MAGISTÉRIO E INTEGRADO

MATRÍCULAS										
Ensino Médio – Normal/Magistério e Integrado										
Número de Matrículas no Ensino Médio – Normal/Magistério e Integrado por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2013										
Unidade da Federação	Matrículas no Ensino Médio – Normal/Magistério e Integrado									
	Localização/Dependência Administrativa									
	Total	Total				Total	Urbana			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	8.312.815	138.194	7.046.953	62.629	1.065.039	7.982.643	117.519	6.758.504	53.121	1.053.499
Fonte: MEC/Inep/Deed										
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.										

Foram apresentados nestes quadros, de 01 a 05, o número de estabelecimentos, o número das matrículas, no Ensino Médio, em todas as modalidades, com a intenção de ter uma visão do todo de nossa realidade, quanto ao Ensino Médio. Ver a seguir, o gráfico 01, representando o número de alunos nesse nível de ensino. QUADRO 05 ENSINO MÉDIO – NORMAL/MAGISTÉRIO E INTEGRADO.

Gráfico 01 – Ensino Médio – Número de Matrículas – Normal/Magistério e Integrado por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2013.



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>

O gráfico 01 demonstra a demanda destes alunos do Ensino Médio e da procura, pela rede estadual. Com isto, o compromisso dos órgãos do MEC, para garantir o ensino de qualidade para estes jovens que estão nesta faixa etária e a sua necessidade, <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Consulta em 18-03-2015

Serão apresentados, a seguir no quadro 6, os resultados das respostas de todos os documentos encaminhados pelas Secretarias Estaduais de Educação dos Estados e Distrito Federal, também dos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal. Ver todos instrumentos, os ofícios, documentos, emails no anexo 5. Apresentaremos a seguir uma síntese dos resultado enviados e na integra o material enviado por cada SEE¹⁰ e CEE¹¹.

¹⁰ SEE Secretaria de Estado da Educação

¹¹ CEE Conselho Estadual de Educação

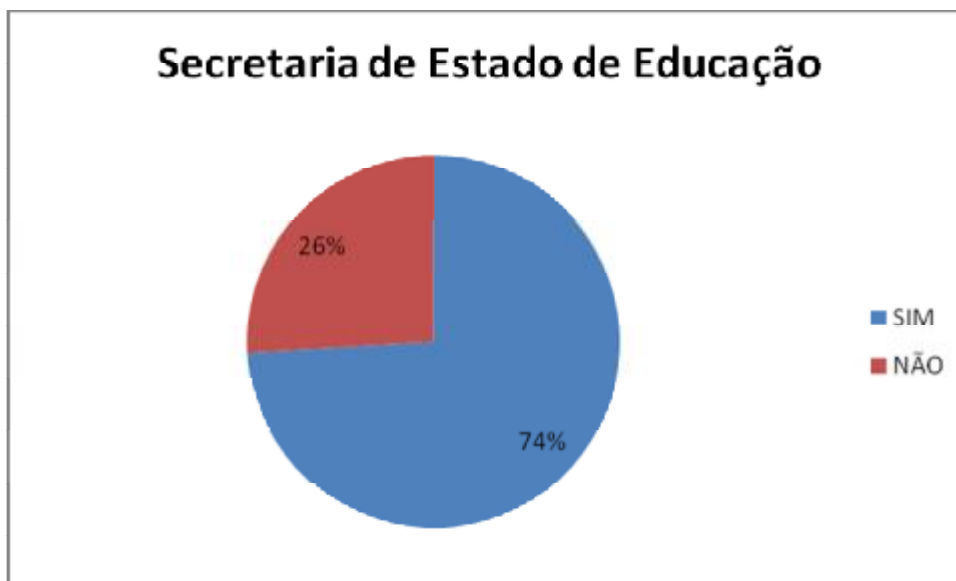
QUADRO 6 – Unidades Federativas (26) e Distrito Federal (01) que enviaram o instrumento de pesquisa e documentos por email.

Unidade Federativa e Distrito Federal	SEE	CEE
1 Acre	SIM	SIM
2 Alagoas	SIM	F
3 Amapá	SIM	SIM
4 Amazonas	SIM	F
5 Bahia	SIM	F
6 Ceará	F	SIM
7 Distrito Federal	SIM	SIM
8 Espírito Santo	SIM	F
9 Goiás	SIM	SIM
10 Maranhão	SIM	SIM
11 Mato Grosso	SIM	SIM
12 Mato Grosso do Sul	F	SIM
13 Minas Gerais	SIM	F
14 Pará	SIM	SIM
15 Paraíba	SIM	SIM
16 Paraná	SIM	F
17 Pernambuco	F	F
18 Piauí	F	SIM
19 Rio de Janeiro	SIM	F
20 Rio Grande do Norte	F	SIM
21 Rio Grande do Sul	F	SIM
22 Rondônia	SIM	F
23 Roraima	SIM	SIM
24 Santa Catarina	SIM	SIM
25 São Paulo	SIM	F
26 Sergipe	F	SIM
27 Tocantins	SIM	SIM
TOTAL	20	17

Fonte: Elaborado pela autora com base em instrumentos de coleta de dados.

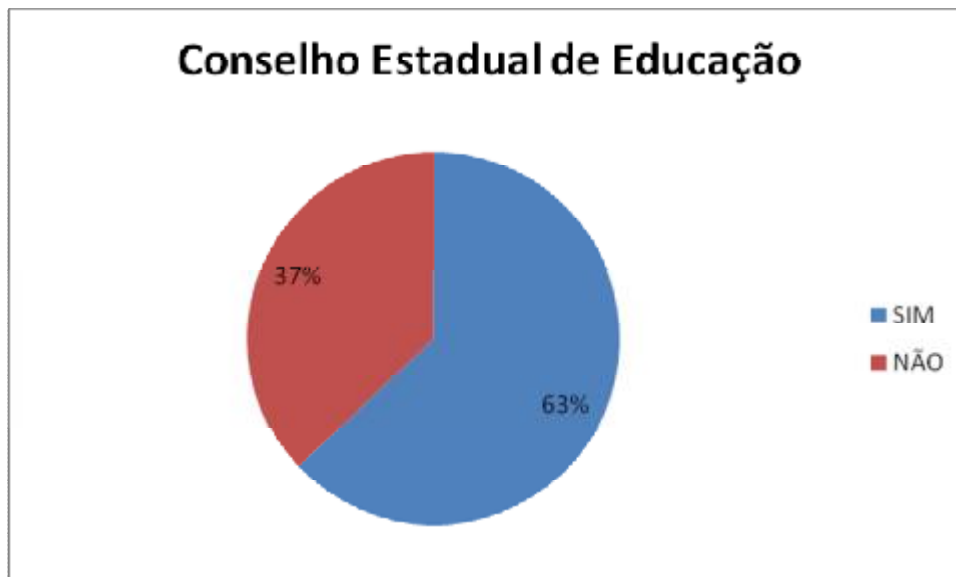
Do total de 27 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, 20 estados e o DF colaboraram na entrega dos instrumentos pela SEE, ver gráfico 02; e 17 Estados e DF entregaram pelos CEEs, ver gráfico 03. O SIM, corresponde à entrega dos instrumentos. O NÃO, para aqueles que não entregaram. O ÚNICO estado que não participou do envio dos documentos foi o estado Pernambuco.

Gráfico 02 – Instrumentos enviados - Secretaria de Estado de Educação



Fonte: Elaborado pela autora com base em Instrumentos de coleta de dados.

Gráfico 03 – Instrumentos enviados - Conselho Estadual de Educação



Fonte: Elaborado pela autora com base em Instrumentos de coleta de dados.

Como resultado, os gráficos 02 e 03, apresentam o número de participantes que enviaram os instrumentos, sobre as respostas dadas. Das 27 Unidades Federativas, 20 Instrumentos foram enviados com as respostas pela SEE e 17 pelo CEE, correspondendo a **SEE 74,07 % e CEE foi de 62,96%.**

Avaliamos o resultado como positivo e bom, mas com uma participação tímida nas respostas do CEE, embora aqueles que enviaram, tiveram na maioria muito interesse, comprometimento e dedicação.

Além da entrega dos instrumentos, também alguns estados encaminharam documentos complementares, ver anexo 05, estes documentos em PDF.

Documentos enviado pela SEE e pelo CEE, além dos instrumentos de aplicação:

Bahia - Portaria 424 2011(1)-1, Projeto Pedagógico EMITEC 1

Distrito Federal - Parecer Nº 224/2014-CEDF- Processo nº 084.000536/2014 Diretrizes Semestralidade.

Espírito Santo - CAD Matemática, CAD Metodologia de Literatura do Ensino Médio. III Concurso Literário Livro Darwin e Livro Einstein.

Goiás - Anexo 01 Documento Orientação 2014 1 Ensino Médio Inovador Anexo 2 Portaria 971 0910209 ProEmi Anexo 3 Lei 17 920 CEPI Novo Futuro Anexo 4 Plano de Ação 2015 Novo Futuro Anexo 5 Documento Orientador Pacto do Futuro Anexo 6 Portaria 1140 2013 Pacto do Futuro. Ofício ao Presidente do Conselho

Maranhão - Diretrizes Curriculares 3ª edição Ensino Médio do Estado.

Minas Gerais - Aprendizagem para o Domínio de projeto SRE, Guia do dia D da Escola de Ensino Médio, Portaria, Projeto de desenvolvimento Profissional de Educadores PDP, Reinventando o Ensino Médio SEE MG.

Pará - Matriz curricular PARÁ-_ENSINO MÉDIO INOVADOR- ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – DIURNO, Parecer CEE Regulamentação, Regulamentação FEM, Resolução 333- 01-2012, Convite Seminário de Formação, Folder do Seminário da Formação dos Professores Ensino Médio, Estudo diagnóstico sobre o Ensino Médio no Pará, Relatório dos grupos de trabalho sobre o Ensino Médio do Pará, Programação do Encontro do Ensino Médio.

Piauí - PROCESSO CEE/PI Nº 323/2012.

Rio Grande do Sul - Parecer 0156- 2012 SEDUC, Parecer 0310 – 2012SEDUC.

Rio Grande do Norte - Parecer nº 012/2011 - CEE/CEB/RN Aprovado em: 04 de maio de 2011.

Roraima - Parecer 34-12 APROVADO EM: 11/12/12, Referencial Curricular do Ensino Médio, Resolução CEE/RR Nº 36, de 11 de dezembro de 2012. Referencial Curricular.

Tocantins - Documento Orientador PROEMI 20120 2013, Proposta do Ensino Médio Noturno, RESOLUÇÃO Nº 51 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013 da SEE Tocantins

A seguir, no quadro abaixo e nos gráficos representados, os resultados sobre as respostas dadas, de acordo com as questões propostas:

- a questão de número 05, sobre a interlocução entre SEE e CEE – “*A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltada para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e informa as ações já realizadas, em realização ou previstas e anexar os documentos*”, apresenta um dado de distanciamento, entre ambos;
- a questão de número 07, sobre as dificuldades na aplicação da resolução, ambos responderam que não encontram dificuldades. Nas demais questões estão de acordo e apresentam um bom resultado, respondendo SIM.

INSTRUMENTO 1 - RESPOSTAS DA SEE

QUADRO 07 – Consolidado das respostas – SEE com 20 respostas

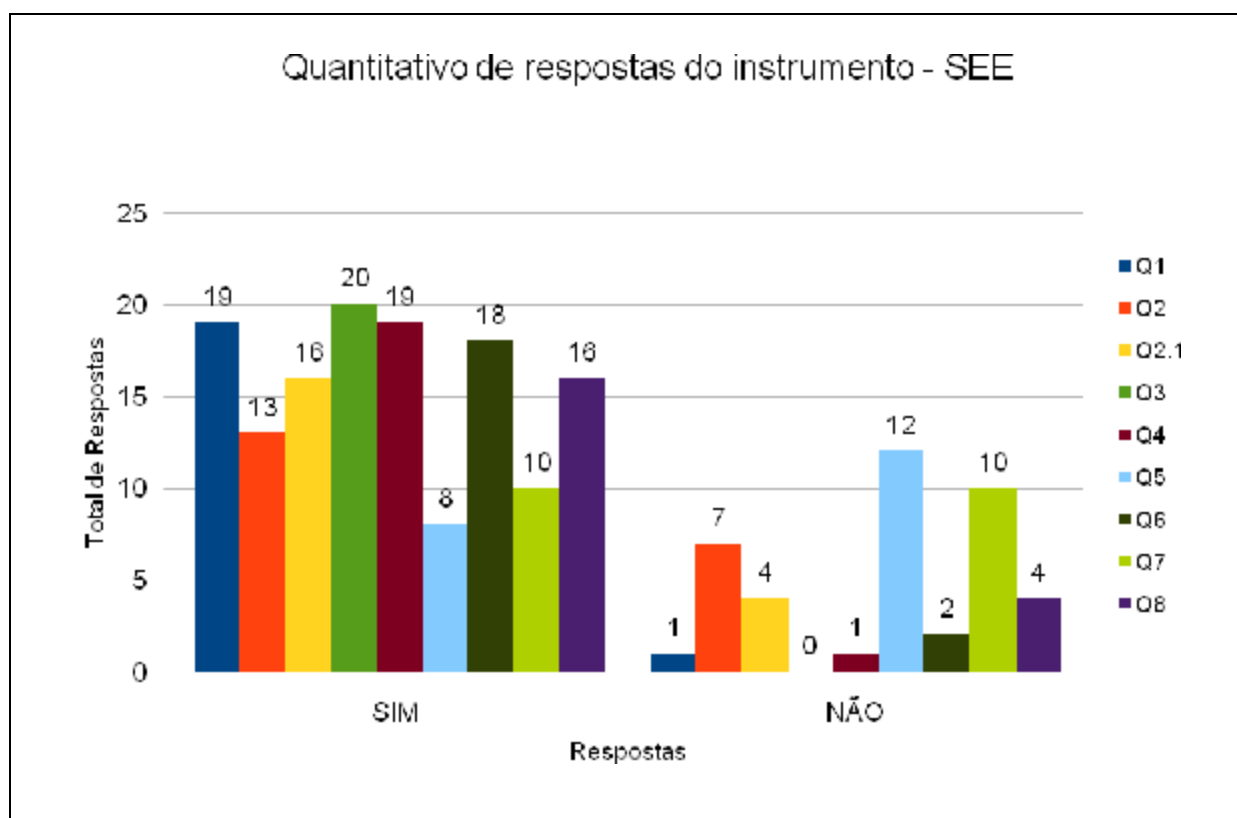
PERGUNTAS	SIM	NÃO
1. A Secretaria de Educação recebeu as Diretrizes Curriculares atuais para o Ensino Médio.	19	1
2. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio junto à Secretaria de Estado da Educação e qual a metodologia utilizada para este acompanhamento	13	7
2.1 A Secretaria de Estado da Educação tem apoiado as escolas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio? Destacar entre as ações desenvolvidas aquelas que consideram mais relevantes.	16	4
3. A Secretaria de Estado da Educação tem desenvolvido programas para o fortalecimento do Ensino Médio, a partir de 2011 citar o(s) Programa(s) e anexar proposta, se possível.	20	0
4. Na Rede Estadual de ensino existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio, descrever resumidamente e anexar documentos, por gentileza	19	1

5 A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltada para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e informam as ações já realizadas, em realização ou previstas e Anexar os documentos.	8	12
6 A Secretaria de Estado da Educação analisa com a equipe pedagógica da escola e com o corpo docente o processo de implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.	18	2
7 Existem dificuldades quanto à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.	10	10
8 A Secretaria de Educação tem participado do Fórum do Ensino Médio.	16	*4

* -1 Não respondeu

Este gráfico representa o resultados das respostas nos instrumentos: SIM ou NÃO.

Gráfico 4 – Quantitativo instrumento da Secretaria de Estado de Educação



Fonte: Elaborado pela autora com base em Instrumentos de coleta de dados.

A seguir, no quadro 08, os gráficos representados com os resultados, sobre as respostas dadas, de acordo com as questões propostas:

Instrumento 02 CEE

Quadro 08 - Consolidado das respostas – CEE com total de 17 respostas dadas

PERGUNTAS	SIM	NÃO
1 O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e qual a metodologia utilizada.	12	5
2 Seu estado existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio que se relaciona ao Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Descrever resumidamente e anexar documento(s) que considerar necessário(s).	13	4
3 O Conselho Estadual de Educação participa e/ou promove junto com a Secretaria de Estado da Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, informar, as ações já realizadas ou em realização e as previstas.	13	4
4 Destacar, entre as ações citadas, aquela(s) que esse Conselho de Educação considera como mais relevante(s), para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.	Descritiva	Descritiva

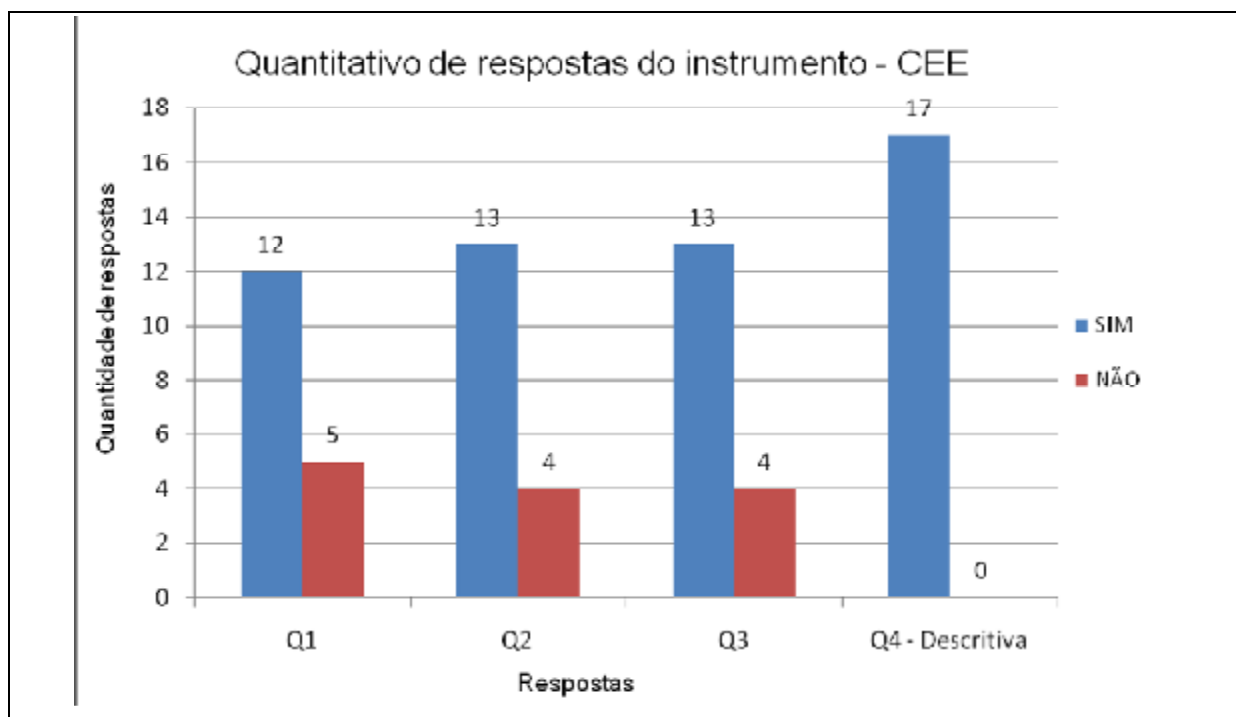
O resultado da entrega do material do CEE, no quadro acima, com 17 respostas, apresentou em sua maioria SIM.

Na questão número n. 3 do Conselho Estadual de Educação, houve uma contradição, com as respostas da Secretaria de Estado da Educação n.5 “*A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltada para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e informam as ações já realizadas, em realização ou previstas e Anexar os documentos*”, a SEE respondeu que NÃO existe este trabalho conjunto entre ambas as instituições, e o CEE afirmou que SIM

Já na questão da Secretaria do Estado n.4 e questão n.2 dos Conselhos, sobre os trabalhos inovadores, ambos concordam que existe trabalho inovador.

Gráfico 5 – Quantitativo instrumento do Conselho Estadual de Educação

Total 17



Fonte: Elaborado pela autora com base em Instrumentos de coleta de dados.

Sintetizamos que a partir destes números e das respostas dadas, que houve interesse no recebimento, na participação e envio dos instrumentos, e existe um bom trabalho realizado, embora a participação de todos tenha sido baixa nas respostas, num total da entrega do material da **SEE 74,07 % e CEE foi de 62,96%**, sendo que a maioria respondeu SIM, de acordo com os dados apresentados.

3.5.1 Resultados das respostas na integra, de cada Estado e Distrito Federal participante: SEE e CEE

a) Instrumento SEE Total de entrega: 20

De 26 Estados, responderam (19). Não responderam (07)

01 Distrito Federal. Sim respondeu (01)

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DESTINADO AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E A DO DISTRITO FEDERAL
--

Respostas na íntegra de todos

Em cada uma das questões a seguir, assinale com um X **SIM** ou **NÃO**, justificando, quando couber, e anexando documentos solicitados.

A PARTIR DO PARECER CEB/CNE Nº 5/2011 E DA RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, RESPONDA, POR FAVOR:	SIM	NÃO
1. A Secretaria de Educação recebeu as Diretrizes Curriculares atuais para o Ensino Médio?	19	1
Em caso AFIRMATIVO, indicar a fonte. 1 – Pará Inicialmente as informações foram obtidas no site do Conselho Nacional de Educação - CNE relativas à aprovação do Parecer 05/2011, e posteriormente, acesso a Resolução 02/2012, área da legislação. 2 - Tocantins A Seduc obteve via internet, no site do MEC. 3 - Santa Catarina MEC 4 - Minas Gerais Ministério da Educação – Subsecretaria de Educação Básica. 5 – Acre Através do Ministério da Educação/Coordenação Nacional do Ensino Médio - COEM. 6 - Amapá Foi repassado, logo após a homologação, em formato digital pela Coordenadoria Geral de Ensino Médio – COEM/SEB/MEC. Também deve ter sido entregue uma cópia impressa ao Gerente de Ensino Médio da época. 7 - Bahia O documento impresso foi enviado pelo Ministério da Educação à Coordenação do Ensino Médio/SEC-BA. 8 - Rio de Janeiro A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro recebeu as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, via online, pela Internet, uma versão por correios e outra no Seminário sobre currículo da Educação Básica, em Brasília, em 2013. 9 - São Paulo SIM. Recebemos uma versão impressa que foi distribuída durante o “Seminário		

Internacional da Educação Básica: Conhecimento e Currículo” nos dias 04 e 05/07/2013, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional da Educação (CNE). Em agosto de 2013 recebemos, pelo correio, outro exemplar impresso que nos foi enviado pela Jaqueline Moll em nome do MEC. Junto com o exemplar veio a informação do MEC que o material estava disponível no “portal. mec.gov.br”. 10 - Distrito Federal Por meio da Subsecretaria de Educação Básica. Ressalte-se que a Coordenação de Ensino Médio possui apenas um exemplar impresso das DCNEM. 11 - Roraima A organização e estruturação do Referencial Curricular do Ensino Médio no Estado de Roraima partem de pressupostos definidos para a educação no Brasil, em especial, FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), a formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012) ambos atualizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 12 - Goiás MEC/SEB (via digital) 13 – Alagoas CNE 14 - Espírito Santo SEB MEC 15 – Mato Grosso NR¹² 16- Amazonas A Secretaria de Educação recebeu do MEC as Diretrizes Curriculares impressa, e os técnicos utilizam as Diretrizes on line. 17- Maranhão Por meio de encontros nacionais do Ensino Médio e site do MEC 18- Paraná PDF(documento nos anexo) 19 - Rondônia Portal do MEC/CN 20 - Paraíba NR		
2. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio junto à Secretaria de Estado da Educação?	13	7

¹² NR significa Não Respondeu por escrito, mas assinalou a resposta com x.

Em caso AFIRMATIVO, qual a metodologia utilizada para este acompanhamento? Descrever resumidamente, por gentileza.

1 – Pará

O Conselho Estadual de Educação instituiu um fórum para acompanhar, avaliar, propor políticas para o Ensino Médio, assim como a implementação das Diretrizes Curriculares no âmbito do Estado. O Fórum encontra-se em andamento.

2 – Tocantins

Apesar do Conselho não ter acompanhado efetivamente a implantação das Diretrizes, em 2014 o CEE passou a ser o principal parceiro na reestruturação do Plano Estadual de Educação - PEE. Desta forma, as Diretrizes são pauta constante nas discussões para a construção do novo PEE.

3 - Santa Catarina

Durante a realização da Atualização da Proposta Curricular de SC, o CEE esteve presente como participante/ observador em todo o processo.

4 - Minas Gerais

A Secretaria de Estado da Educação encaminha ao Conselho Estadual de Educação os projetos voltados ao Ensino Médio que serão desenvolvidos, solicitando a apreciação e posicionamento do órgão.

Além disso, o Conselho Estadual de Educação acompanha a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio mediante a análise dos processos de solicitação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento encaminhado pelas escolas que ofertam essa etapa de ensino.

5 - Acre

O CEE realizou consultas a grupo de professores por disciplinas/área de conhecimento para compreensão do processo de implementação, das dificuldades encontradas e assim contribuir com as medidas de apoio.

6 - Amapá

Foi repassado, logo após a homologação, em formato digital pela Coordenadoria Geral de Ensino Médio – COEM/SEB/MEC. Também deve ter sido entregue uma cópia impressa ao Gerente de Ensino Médio da época.

7 - Bahia NR

8 - Rio de Janeiro

O acompanhamento por parte do Conselho Estadual de Educação é realizado, especialmente, através das reuniões com Secretários de Educação e da promoção de seminários/conferências, como o Seminário sobre Educação Integral, ocorrido em São Paulo, acompanhado pelos técnicos desta Secretaria.

9 - São Paulo

SIM. Foi formada uma **Comissão Especial** para tratar de assuntos referentes ao Ensino Médio. Essa comissão foi designada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Presidente, Guiomar Namó de Mello, considerando o disposto no Decreto nº 9.887/1977. A comissão foi regulamentada por meio da Portaria CEE/GP nº 429, de 23-10-2013, com a finalidade de:

- I. Levantar o marcos normativos nacionais referentes ao Ensino Médio a partir da Lei 9394/1996 e das diferentes emendas feitas à LDB;

II. Acompanhar o debate sobre Ensino Médio em curso no país, identificando concepções, perspectivas e propostas bem como as instituições envolvidas, governamentais e não governamentais; III. Indicar para a biblioteca do CEE estudos e diagnósticos relevantes sobre o Ensino Médio no Brasil ou no exterior e, se for o caso, indicar para ser apresentado em sessão extraordinária do CEE; IV. Reavaliar as Diretrizes Curriculares Complementares para o Ensino Médio em âmbito estadual constantes da Deliberação CEE n. 77/2008 e sugerir adaptações, se necessárias; V. “Acompanhar e analisar as políticas e programas para o Ensino Médio adotados na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e preparar proposta de indicação com as contribuições do CEE para o aperfeiçoamento dessas ações.”. 10 – Distrito Federal A participação do Conselho de Educação se faz pela anuência, acompanhamento e monitoramento da semestralidade (por meio de relatórios, enviados sistematicamente ao Conselho) e do Currículo em Movimento da Educação Básica. 11 - Roraima Através resolução CEE/RR nº 36, de 11 de dezembro de 2012: “Art. 2º Fica o órgão gestor do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação, responsável por encaminhar relatório anual para este Conselho Estadual de Educação, contendo pelo menos: avanços e dificuldades relacionadas ao ensino aprendizagem e a formação continuada, bem como acompanhamento e apoio pedagógico. 12 – Goiás NR 13 – Alagoas Por meio do Fórum Permanente da Educação 14 - Espírito Santo NR 15 – Mato Grosso NR 16- Amazonas Acompanhando e avaliando os projetos políticos pedagógicos, avaliando as matrizes curriculares. 17 Maranhão Encontros promovidos pela SEDUC e participação das discussões levantadas pelo Fórum Estadual de Educação. 18 - Paraná PDF 19 - Rondônia NR 20 – Paraíba NR		
2.1 - A Secretaria de Estado da Educação tem apoiado as escolas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?	16	4

Em caso AFIRMATIVO, destacar entre as ações desenvolvidas aquelas que consideram mais relevantes. 1 - Pará Sim. A SEDUC/PA aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador. Com o advento das versões para atualizada do Documento Orientador, as escolas foram orientadas na revisão de currículos levarem em consideração ao que dispõe as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução 02/2012 de 30 de janeiro. O Estado também aderiu ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, onde também, parte da formação, está voltada para discussão sobre as Áreas de Conhecimento do Currículo do Ensino Médio, com previsão de formação de mais de 10.500 professores e técnicos. 2 - Tocantins Formação Continuada com os técnicos das Diretorias Regionais de Ensino que repassaram às escolas; Divulgação através de documentos oficiais SEDUC/ DRE; Formação de Professores; Proposta para Revisão Curricular conforme as novas Diretrizes. 3 - Santa Catarina Por meio da atualização da proposta curricular e das Formações Continuada Centralizada Descentralizada de todas as áreas e temáticas; Durante a realização da Atualização da Proposta Curricular de SC, o CEE esteve presente como participante/ observador em todo o processo. 4 - Minas Gerais O acompanhamento da implantação das diretrizes é realizado pelos Analistas Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino mediante visitas <i>in loco</i> nas escolas com o intuito de capacitar professores e servidores, orientar na reformulação do projeto político pedagógico e do regimento escolar. Esta ação será intensificada com a atuação dos Formadores Regionais e Orientadores de Estudo no âmbito da 2ª etapa do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. 5 - Acre A SEE construiu em (2008-2010) paralelo as implementações DCNEM, suas Orientações Curriculares, com formação continuada para Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores; A SEE elaborou materiais de apoio para os professores desenvolverem atividades acadêmicas; A SEE realizou: programas de formação com ênfase na gestão de sala de aula; planejamento e avaliação; desenvolvimento das capacidades leitoras, escritoras e raciocínio; além de iniciação científica. 6 - Amapá A Secretaria de Educação, tão logo recebeu da COEM/SEB/MEC, repassou o Parecer e a Resolução ao grupo gestor (direção e coordenadores pedagógico) de todas as escolas de Ensino Médio, apenas em formato digital. Solicitou que fosse feita a leitura dos documentos e socializado com os professores nos horários de estudos da Hora Atividade.		
---	--	--

Ano passado (2014), esses dois documentos foram repassados, também em formato digital, a todos os Orientadores de Estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM, uma vez que os 6 Cadernos de Estudos da 1ª etapa tratavam das DCNEM. Então, além dos cadernos todos os professores cursistas do PNEM deveriam fazer a leitura e a discussão desses documentos. Na atual gestão, vamos reunir com o grupo gestor das escolas de Ensino Médio (houve a mudança de todos os gestores) para a realização de estudos desses dois documentos para que as unidades escolares façam, no âmbito escolar, as alterações/implementações que já deveriam ter sido feitas há mais tempo. 7 - Bahia Inserção da discussão sobre a base conceitual das diretrizes no processo de formação continuado do Pacto Ensino Médio, durante as reuniões semanais das Atividades Complementares (AC), em todas as unidades escolares de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino. 8 - Rio de Janeiro A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro elaborou uma proposta curricular básica, denominada Currículo Mínimo, organizada por nível e modalidade de ensino, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nas unidades escolares, é acompanhada a partir de constante formação continuada presencial e a distância aos professores da rede, alinhada esta proposta curricular, e de agentes de campo, tais como: • Mediadores de Tecnologia Educacional, que através de visitas regulares acompanham e formam os professores nas unidades escolares no que tange aos diferentes recursos didáticos e tecnológicos de suporte à implementação do currículo mínimo; • Mediadores de Leitura, que orientam e acompanham os Projetos de Leitura Escolar (PLE) das unidades escolares, que abarca os temas transversais na unidade escolar; • Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE), que participam de reuniões planejamento de ações, avaliação e alinhamento de metas coma equipe gestora, corpo docente e discente das unidades escolares e das Regionais Pedagógicas, fornecendo devolutivas à equipe sobre possíveis aprimoramentos pedagógicos; • Articuladores Regionais, que acompanham a implementação de programas e projetos de ensino. 9 - São Paulo SIM. O Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) orientou as equipes para que os pareceres, as orientações e documentos oficiais encaminhados para a rede sempre utilizassem como referência o Currículo do Estado de São Paulo, a LDB e também as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. A CGEB, por meio de seus Departamentos, também realizou dois grandes encontros com representantes (nossos Supervisores de Ensino e Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos) das nossas Diretorias Regionais de Ensino durante 2014. Durante esses encontros foi reforçada a importância do estudo e apropriação dos documentos oficiais, inclusive das Diretrizes		
--	--	--

Curriculares Nacionais da Educação Básica. Em 2014, esta Secretaria aderiu ao Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) em 2014, cuja primeira Etapa aborda justamente as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, sendo previstos, inclusive, estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) nas escolas como parte da formação. 10 - Distrito Federal A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no ano de 2014, publicou o Currículo em Movimento da Educação Básica – uma construção coletiva dos profissionais da educação do Distrito Federal, que iniciou em 2011. O Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio é um documento que favorece a interdisciplinaridade, a ressignificação dos conteúdos e conhecimentos construídos pela sociedade, permitindo uma prática pedagógica interdisciplinar, contextualizada, diferenciada e abrangente. Vale destacar que este documento norteador da práxis pedagógica está em consonância com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio no que tange aos eixos transversais – educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade, aos eixos integradores – ciência, tecnologia, cultura e mundo do trabalho, às linguagens, ao multiletramento e à função precípua do Ensino Médio – formação integral do estudante, bem como a organização da matriz curricular em áreas de conhecimento. A SEEDF tem como objetivo promover uma reorganização do espaço-tempo escolar e da proposição de estratégias metodológicas que contribuam para a melhoria dos indicadores educacionais, para o fortalecimento da escola pública e da construção de uma educação referenciada nos sujeitos sociais. Assim sendo, a discussão, estudo e utilização do Currículo no espaço-tempo da coordenação pedagógica é uma incessante recomendação da SEEDF para a materialização e concretização desse documento orientador e de reflexão. Ressalte-se que o Currículo em Movimento está ratificado pelos marcos legais que ancoram a Educação Básica e a Coordenação de Ensino Médio prevê ações tendo como norteadores os documentos que regulam o Ensino Médio com a finalidade de melhorar os indicadores e de fortalecer as possibilidades do estudante no ingresso à universidade, a preparação para o mundo do trabalho e a formação integral do estudante. 11 - Roraima O Referencial Curricular do Ensino Médio do Estado de Roraima foi amplamente discutido por profissionais de todas as áreas do conhecimento e componentes curriculares desde 2009. Em 2011 e 2012 as discussões se acentuaram com o propósito de reelaboração, sistematização e revisão de uma proposta curricular que represente os anseios da comunidade escolar. O documento contém algumas mudanças que são pertinentes, dentre elas o desmembramento da Matemática da Ciência da Natureza e suas tecnologias e passa a ser autônoma como área; outra mudança significativa é o acréscimo do quinto tempo e conseqüentemente a redução do tempo hora/aula sessenta minutos para hora/aula cinquenta minutos sem alteração da contratação do professor. No ano de 2012, foi aprovado através da resolução CEE/RR nº 36, de 11 de dezembro de 2012, o Referencial Curricular do Ensino Médio, sendo solicitada pelo conselho a implementação no ano subsequente. No ano 2013, foi aprovado pelo conselho, à prorrogação da implantação e		
--	--	--

implementação da Nova Matriz Curricular do Ensino Médio, aprovado pelo Parecer nº. 34/12, para o ano letivo de 2015, através da Portaria Nº. 2960/13/SEED/GAB/RR. Neste ano 2015, a nova Gestão Pedagógica da SEED/RR ao assumir o Departamento da Educação Básica do Estado de Roraima, através de uma análise de dados no Conselho Estadual, foi constatada que desde 2013 não houve nenhum avanço no processo de implementação do currículo, sendo reativado nesse ano letivo de 2015 através de um planejamento de ações para a implantação da Nova Matriz Curricular do Ensino Médio, aprovado pelo Parecer nº. 34/12. 12 - Goiás Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio - PNEM; Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI; discussão com as Subsecretarias Regionais de Educação-SREs para construção do Currículo de Referência (currículo Mínimo) 13 – Alagoas Formações com equipe técnicas (corpo técnico das CREs e Escolas); 14 - Espírito Santo PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESPÍRITO SANTO - PAEBES – Ampliação da avaliação sistêmica como diagnóstico nas áreas de Ciências da Natureza (nas disciplinas de Física, Química e Biologia) e de Ciências Humanas (nas disciplinas Geografia e História). PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR - Programa Federal que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações propostas pelas escolas, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos estudantes do Ensino Médio. ADESÃO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E PEDAGOGOS DO ENSINO MÉDIO: tem como objetivos de contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e pedagogos do Ensino Médio; promover a valorização pela formação dos professores e pedagogos do Ensino Médio; discutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM; e melhorar os resultados dos estudantes do Ensino Médio nas avaliações internas e externas. FORTALECIMENTO DO PROGRAMA PRIORITÁRIO DE AMPLIAÇÃO NOS ESTUDOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: • Centro Estadual de Idiomas - propiciar aos alunos da rede estadual de ensino a oportunidade de aprendizagem de um segundo idioma (Inglês ou Espanhol) para uso nas diversas situações em que seu conhecimento é necessário. • Intercâmbio - oferecer bolsa de estudo no exterior para aprofundamento dos estudos em Língua Inglesa e Língua Espanhola dos alunos do Ensino Médio da rede pública estadual, matriculados nos Centros Estaduais de Idiomas. • Conselho Britânico - ofertar curso de inglês, estruturado em módulos semipresenciais, para estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino e formar professores de Língua Inglesa para atuarem como tutores do		
--	--	--

curso;		
REPASSE DE RECURSOS DO PROGRAMA ESTADUAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PEDDE para que as escolas desenvolvam ações de cunho pedagógico. FORMAÇÃO CIÊNCIAS DA NATUREZA: PRÁTICAS EXPERIMENTAIS INVESTIGATIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS: Formação para 364 professores de Física, Química e Biologia, efetivos e contratados, em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo-IFES, com o objetivo de promover a formação de professores para o desenvolvimento de práticas investigativas de experimentação com o intuito de melhorar a aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio. AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE PLANEJAMENTO (1/3): Instituição da Lei nº 9.770 que altera o dispositivo da Lei Nº 5.580 especificando no Art. 30, § 1º que o tempo destinado a horas-aula corresponderá a 2/3 da carga horária semanal e no § 2º que o tempo destinado a horas-atividade corresponderá a 1/3 da carga horária semanal e deverá ser cumprido na unidade escolar, em atendimento aos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional. A Secretaria de Estado da Educação definiu Orientações para a implementação da nova carga horária e planejamento por área de conhecimento e em dia específico. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ATENDENDO AO QUE PRECONIZA A RESOLUÇÃO E AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE 800 PARA 921 HORAS. INCENTIVO AO PROTAGONISMO JUVENIL: Jogos na Rede, mostras de dança e teatro, Lei Nº 10.333/2015 que assegura a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis dos estabelecimentos de ensino do Estado. No âmbito das <u>diversidades e temáticas</u> contemporâneas previstas pelas DCNEM, há iniciativas da SEDU para o trato transversal e integral, permeando o currículo da rede estadual, das seguintes temáticas: Educação Alimentar, Processo de envelhecimento e valorização do idoso, Educação Ambiental, Educação para o Trânsito e a Educação em Direitos Humanos. Nos Conteúdos Básicos Comuns (CBC) dos componentes curriculares de Biologia e Educação Física existe a abordagem sobre <u>Educação Alimentar, valores nutricionais</u> como eixos temáticos. Além disso, a SEDU produziu o material “Abordagem CTS – Ciências, Tecnologia e Sociedade no Espírito Santo”, no qual a temática Educação Alimentar foi abordada, fazendo uma articulação com as DCNEM. Em relação à <u>Educação Ambiental</u>, a Secretaria é Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e, para gerir essa política pública, algumas iniciativas são promovidas a partir de duas grandes frentes de trabalho: <i>Políticas Estruturantes de Educação Ambiental e Enraizamento da Educação Ambiental</i>. Uma das ações a serem desenvolvidas no Estado é a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, no qual, será direcionado o papel dos espaços escolares para a implementação dos marcos legais tal como preconiza a legislação específica e as DCNEM. Em relação à <u>Educação para o Trânsito</u>, o DETRAN em parceria com a SEDU, concebeu o programa denominado “Nosso Trânsito”, que tem como principal objetivo construir uma ferramenta digital que se apropria do conceito de conhecimento em rede para articular temáticas de cunho sócio-histórico e		

cultural que propicia exercer a cidadania no trânsito. Na esfera da <u>Educação em Direitos Humanos</u>, uma das ações, iniciada em 2014, que propõe a inclusão do temático gênero e sexualidade nas escolas instituída pela SEDU, foi o Grupo de Trabalho em Gênero e Diversidade Sexual nas Escolas. Esse Grupo Técnico de Trabalho tem como objetivo a elaboração das Diretrizes de Diversidade Sexual e Gênero nas Escolas, que comporão o documento de Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais. Além disso, instituímos no Calendário Escolar o “Di da Conscientização contra o bullying”, em 20/03 de cada ano. A abordagem da <u>Violência e da cultura da paz</u> tem sido abordada pelos componentes curriculares de Filosofia e Sociologia. No ano de 2014, a SEDU em parceria com o Ministério Público, coordenou o <i>Programa Conte até 10</i> nas escolas tratando desse assunto. Ainda sobre a cultura da paz e valores humanos, há a iniciativa para abordagem dessas temáticas por meio do <i>Programa Valores Humana, que também é uma parceria com o Ministério Público</i>. Por fim, além da implementação das DCNEM, há um compromisso, enquanto políticas públicas, para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, de Educação das Relações Étnico-Raciais, com ações específicas. 15 – Mato Grosso As diretrizes foram encaminhadas para as escolas por meio eletrônico, orientando o estudo na sala de educador-espço de Formação continuada dos profissionais da educação básica no Estado- 16- Amazonas Proposta Curricular elaborada de acordo com as orientações das Diretrizes. E a implementação da proposta em todos os pólos do estado. Todos os encontros com professores são realizados sob a luz das Diretrizes Curriculares e da Proposta Curricular do Ensino Médio. 17- Maranhão Encontros promovidos pela SEDUC e participação das discussões levantadas pelo Fórum Estadual de Educação. 18 - Paraná PDF 19 - Rondônia NR 20 – Paraíba NR		
3 - A Secretaria de Estado da Educação tem desenvolvido programas para o fortalecimento do Ensino Médio, a partir de 2011?	20	00
Em caso AFIRMATIVO citar o(s) Programa(s) e anexara proposta, se possível. 1 - Pará Sim. A SEDUC/PA aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador. Com o advento das versões para atualizada do Documento Orientador, as escolas foram orientadas na revisão de currículo levar em consideração ao que dispõe as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução 02/2012 de 30 de janeiro. O Estado também aderiu ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, onde também, parte da formação, está voltada para discussão sobre as Áreas de Conhecimento do Currículo do Ensino Médio, com previsão de formação de mais de 10.500 professores e técnicos.		

2 - Tocantins

Formação de professores do Ensino Médio – Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio;

- Programa Ensino Médio Inovador;
- Programa Ensino Médio Noturno;
- Programa Acerte os Ponteiros com o ENEM.

3 - Santa Catarina

A SED atua no fortalecimento do Ensino Médio por meio de:

- Ensino Médio Inovador/Integral (www.mec.gov.br)
- Atualização da Proposta Curricular; (www.propostacurricular.sed.sc.gov.br)
- Ensino Médio Integrado a Educação Profissional
- Programa Estadual de Novas oportunidades de Aprendizagem/ PNOA;
- Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio- PNEM. (www.sed.sc.gov.br)

4 - Minas Gerais

Em 2012, após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores, criado em 2004, foi remodelado com o objetivo de possibilitar o aprimoramento das práticas pedagógicas relacionadas às temáticas descritas nas diretrizes (Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura).

Outro programa que foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação denomina-se Reinventando do Ensino Médio. Em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, o programa, que vigorou entre os anos de 2012 e 2014, tinha como propósito promover uma reformulação curricular da rede pública de Ensino Médio integrando os conteúdos das áreas de empregabilidade ao conteúdo estabelecido pelo Currículo Básico Comum (CBC).

Em parceria com o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria de Estado da Educação integra o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, promovendo a formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio.

A Secretaria de Estado da Educação também desenvolve o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). O propósito deste programa é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do Ensino Médio não profissional. Esse programa é uma das ações que compõem a política nacional para a melhoria do Ensino Médio.

Outras parcerias da Secretaria de Estado da Educação que contribuem para o fortalecimento do Ensino Médio merecem destaque.

O ILEP (Internacional Leaders in Education Program) é uma iniciativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) com o objetivo de oferecer oportunidade para professores de inglês das mais diversas partes do mundo participem de curso de aperfeiçoamento de cinco meses nos Estados Unidos. Segundo a Embaixada Americana, o objetivo desse intercâmbio é o "fortalecimento da excelência no ensino da língua inglesa, um conhecimento

mais aprofundado das melhores práticas em metodologias de ensino, planejamento de aula e uso da tecnologia na educação". O Programa Jovens Embaixadores busca beneficiar alunos brasileiros da rede pública de ensino que são exemplos em suas comunidades por meio de sua liderança, atitude positiva, consciência cidadã, excelência acadêmica, e conhecimento da língua inglesa. Os selecionados viajam em janeiro para um programa de três semanas nos Estados Unidos. A experiência de ser um Jovem Embaixador oferece a esses estudantes a oportunidade de expandirem seus horizontes. A Secretaria de Estado de Educação, em parceria com o Ministério de Educação, Cultura e Desporto da Espanha vem realizando, desde 2006, Cursos de Atualização para Professores de Língua Espanhola, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos dos conteúdos específicos e metodológicos da língua, bem como atender à Lei n. 11.161, de 05 de agosto de 2005 que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. A Secretaria de Estado de Educação divulga o Curso, acompanha todas as fases de seleção, organiza-o e responsabiliza pelos gastos financeiros para a realização do mesmo e os professores são certificados através da MAGISTRA. O Parlamento Jovem Brasileiro possibilita aos alunos de Ensino Médio de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, em que os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens. Já o Programa Parlamento Juvenil do MERCOSUL é uma ação que promove a participação dos estudantes de Ensino Médio público dos países do MERCOSUL, servindo como espaço para encontro e diálogo a partir da discussão de temáticas de interesse comum e com foco na formação política e cidadã da juventude. A partir do questionamento "o Ensino Médio que queremos", são trabalhados cinco (cinco) eixos temáticos: inclusão educativa, gênero, jovens e trabalho, participação cidadã dos jovens e direitos humanos. Os parlamentares juvenis estaduais têm mandato de dois anos e durante esse período participam de diversas ações de integração e formulação de propostas para melhoria do Ensino Médio. 5 - Acre Ampliação da Jornada escolar, a partir do 6º tempo. 6 - Amapá A Secretaria fez adesão ao Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, da COEM/SEB/MEC. Temos 32 escolas nesse Programa. Nessas escolas temos ampliação de Carga Horária (5h diárias) e as escolas escolhem as Atividades Integradoras que vão oferecer aos alunos. Ao que compete a Secretaria para desenvolver o ProEMI está sendo feito, o acompanhamento e o monitoramento das escolas que fazem parte do ProEMI. Foi organizada uma Matriz Curricular diferenciada a essas escolas e aprovada pelo CEE/AP. A Secretaria de Educação também fez a adesão no final de 2013 ao PNEM (já mencionado acima) e 87 escolas participam da Formação, com cerca de dois mil professores como cursistas que fazem formação continuada. 7 - Bahia O Programa Ensino Médio Inchação foi criado em 2012, numa parceria entre SEC e Universidades (UESC, UESB, UNEB, UEFS e UFRB), como uma iniciativa de fortalecimento do Ensino Médio. Estruturado em três vertentes (formação de professores, suporte pedagógico aos estudantes e produção de		
--	--	--

matérias didáticas), enfatizou os processos de ensino e da aprendizagem de conteúdos curriculares da Base Nacional Comum do Currículo, promovendo a formação continuada de professores em Língua Portuguesa e Matemática e a realização de monitorias, no turno oposto, para os estudantes.

O Programa vigorou até o ano de 2013, quando foi absorvido pelo do Pacto Ensino Médio Bahia.

8 - Rio de Janeiro

Registramos o desenvolvimento dos seguintes programas junto à Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Detalhamentos em anexo):

- Currículo Mínimo;
- Reforço Escolar;
- Programa Estadual de Leitura;
- Programa de Tecnologia Educacional;
- EJA Ensino Médio;
- Programa de Educação Integral com proposta curricular inovadora, denominada Solução Educacional para o Ensino Médio.

9 - São Paulo

SIM. A SEESP tem Currículo próprio desde 2008, Currículo este pautado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e desde então vem desenvolvendo um Programa denominado São Paulo Faz Escola (<http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola> acesso em 09/03/2015), para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Além do próprio Currículo a SEESP disponibiliza materiais de apoio como Cadernos de Orientações Pedagógicas destinadas aos professores, com exemplos de Situações de Aprendizagem e Cadernos para os alunos desenvolverem essas Situações de Aprendizagem em todas as disciplinas. Para implementação do mesmo, a SEESP desenvolveu várias Orientações Técnicas e cursos de formação para nossos representantes nas Diretorias Regionais de Ensino e para os Educadores nas nossas Unidades Escolares. Esse material de apoio e as formações já passaram por revisões e atualização, e desde 2012, também tem utilizado as Diretrizes Curriculares Nacionais como referência.

A SEESP, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP), tem oferecido o **Programa (curso) Currículo e Prática Docente (CPD)** aos professores da rede.

O CPD aborda conteúdos, estratégias e metodologias em consonância com o Currículo implementado em 2008, que, ao serem inseridos na rotina escolar - trabalhados com os alunos dos Ensinos Fundamental (EF) dos Anos Finais, Ensino Médio (EM) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), favorecem resultados positivos nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando assim, a qualidade da Educação no Estado de São Paulo.

O Programa Currículo e Prática Docente foram realizados em 2014 na modalidade à distância e com a realização obrigatória de uma vivência, exclusivamente para professores do Ensino Médio nas disciplinas de Biologia, Filosofia, Física, Química e Sociologia (<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=6258> – acesso em 09/03/2015).

A SEESP também possui o Programa de **Novo modelo de Escola de Tempo Integral** que começou especificamente com escolas de Ensino Médio e hoje atende 257 Unidades Escolares. Nesse novo modelo a jornada é de até nove horas e meia, incluindo três refeições diárias. Na matriz curricular, os alunos têm orientação de estudos, preparação para o mundo do trabalho e auxílio na elaboração de um projeto de vida. Além das disciplinas obrigatórias, os estudantes contam também com disciplinas eletivas, que são escolhidas de acordo com seu objetivo (<http://www.educacao.sp.gov.br/escola-tempo-integral> - acesso em 09/03/2015). Observação: em 2015 o Programa foi ampliado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental com 17 Unidades Escolares participantes.

Outro Programa de destaque é o **Centro de Estudos de Línguas (CEL)** que oferece cursos no contra turno para alunos do Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente ao estado possui 227 unidades onde são desenvolvidos cursos de inglês, espanhol, italiano, francês, alemão, japonês e mandarim em diversas regiões (<http://www.educacao.sp.gov.br/centro-estudo-linguas> - acesso em 09/03/2015).

Merece destaque também a **Feira de Ciências** promovida pela SEESP para alunos da rede estadual. Em sua primeira versão, ocorrida em 2013, a Feira foi direcionada aos alunos do novo modelo de Escola de Tempo Integral e em 2014 foi ampliada para todas as Unidades Escolares da rede pública. A Feira contou com a participação de alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e principalmente com alunos do Ensino Médio (<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/jovens-vencedores-da-feira-de-ciencias-da-educacao-recebem-premios-nesta-sexta-12> - acesso em 09/03/2015).

Outro importante destaque deve ser dado a **Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo (EVESP)** criada, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com a finalidade de oferecer programas educacionais regulares, especiais e de capacitação em situações que requeiram atendimentos a necessidades de grupos específicos da população (<http://www.educacao.sp.gov.br/evesp/cursos/NovaExibicao/Home.aspx> - acesso em 09/03/2015).

Sob supervisão pedagógica da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), a EVESP desenvolve programas e cursos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as deliberações do Conselho Estadual de Educação. Dentre várias opções de cursos temos um especificamente para os alunos do Ensino Médio das escolas regulares e também da EJA: **Cursinho Pré-Universitário Online** onde os alunos podem fazer simulados virtuais e estudar o conteúdo com questões baseadas nas últimas provas do Enem e FUVEST. O curso é uma ferramenta voltada para o desenvolvimento dos alunos, visando prepará-los para a vida profissional e auxiliar os que desejam continuar os estudos após o término do Ensino Médio.

A EVESP também possibilita acesso ao **Geekie Games** principalmente para alunos do Ensino Médio interessados em prestar o ENEM e professores de escola pública.

Ainda pela EVESP podemos citar os seguintes cursos que são ofertados aos alunos: **Inglês Online** – para alunos do Ensino Médio regular e EJA; **Libras Online** – para alunos da rede com ou sem deficiência auditiva; Espanhol Online – para alunos do Ensino Médio regular e EJA entre outras opções.

Visando as ações de recuperação e reforço a SEESP desenvolve a **Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP)**. Essa avaliação tem como objetivo identificar o nível de aprendizagem dos alunos e serve como parâmetro para

ações de recuperação e reforço. A Avaliação conta com questões de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como base o Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Ela é realizada duas vezes ao ano (início do 1º semestre e início do 2º semestre) e é aplicada para alunos do Ensino Fundamental e para todas as séries do Ensino Médio (http://www.educacao.sp.gov.br/avaliacao-aprendizagem - acesso em 09/03/2015). A SEESP iniciou em 2014 o Currículo + que, a partir de uma plataforma online, oferta conteúdos digitais (vídeos, vídeo aulas, jogos, animações, simuladores e infográficos), articulados com o Currículo do Estado de São Paulo. Esses conteúdos podem ser utilizados para recuperação, reforço e aprofundamento curricular. Os conteúdos são destinados a todos os segmentos da Educação Básica e atualmente o Ensino Médio possui o maior número de conteúdos disponíveis (http://curriculomais.educacao.sp.gov.br – acesso em 09/03/2015). Para que os professores, a equipe escolar e a equipe do Núcleo Pedagógico de nossas Diretorias Regionais possam criar projetos que ampliem, enriqueçam, aprofundem temas em estudo, e também beneficiem alunos com dificuldades de aprendizagem de um determinado conteúdo escolar, A SEESP criou Programa Projetos Descentralizados (PRODESC). Os Educadores de nossa rede são estimulados a propor estratégias metodológicas inovadoras e diversificadas para propiciar aos alunos uma aprendizagem mais significativa e duradoura dos conteúdos de ensino, um conhecimento menos fragmentado, mais contextualizado e próximo do seu cotidiano. Para criar, dentro do ambiente escolar, condições que favoreçam esse propósito, são destinados recursos financeiros para custear a aquisição de materiais e a contratação de serviços necessários para o aprimoramento da prática pedagógica, por meio desse Programa. As escolas elaboram seus projetos e submetem a avaliação de nossas Diretorias Regionais de Ensino. Isso contribui com a autonomia das Unidades Escolares (http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?alias=www.rededosaber.sp.gov.br/portais/cadprojetos& - acesso em 09/03/2015). 10 - Distrito Federal • O Currículo em Movimento da Educação Básica. • Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade: Ensino Médio. • Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. • Orientação Pedagógica: Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas. • Diretrizes de Avaliação: Ressalta-se o caráter de construção coletiva dos documentos supracitados, ratificando a visão de fortalecer a voz e expressão viva do coletivo integrado da escola e a ampla participação de todos os atores envolvidos no processo educativo para a elaboração de documentos norteadores de toda a ação educativa. • PROEMI. • PNEM. 11 - Roraima		
--	--	--

• PACTO Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. • PRONATEC • PROEMI • EMI 12 – Goiás NR 13 - Alagoas - Pacto para o fortalecimento do Ensino Médio - Programa do MEC 14 - Espírito Santo PROGRAMA EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO: Assegurar a oportunidade de acesso dos jovens capixabas ao Ensino Médio público regular e garantir as condições para a sua permanência com aprendizagem até a conclusão dessa etapa. Projetos: • Apoio à aprendizagem em língua portuguesa e matemática na 1ª série do em; • Construção, reconstrução, reforma e ampliação das escolas de em; • Expansão da oferta do Ensino Médio integrado à educação profissional; • Formação continuada dos profissionais do magistério; • Fortalecimento do ensino de ciências no Ensino Médio; Oportunidades aos estudantes concluintes do Ensino Médio 15 – Mato Grosso NR 16- Amazonas Construção da proposta curricular do Ensino Médio. Neste processo de construção da proposta foi possível dialogar com representantes dos professores de todas as áreas. E todos os encontros foram embasados pela Diretriz Curricular. 17 - Maranhão Elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares do Estado (anexo) Formação para 14.000 professores PNEM/UFMA- SEDUC 18 - Paraná PDF 19 - Rondônia Formação Continuada por meio do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Programa Ensino Médio Inovador e Projeto Guaporé de Educação Integral. 20 Paraíba PROEMI, Educação Profissional , Projeto se Sabe de Repente		
4 Na Rede Estadual de ensino existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio?	19	1

Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente. Anexar documentos, por gentileza.

1 - Pará

Podemos destacar entre as inovações, a adoção de um currículo organizado em blocos de disciplinas pela E.E. Presidente Costa e Silva, proposto em 2011, em decorrência de a escola haver registrado nos últimos anos, indicadores de evasão escolar acentuados.

2 - Tocantins

Programa Ensino Médio Inovador; Geekie Games - Plataforma de preparação para o ENEM.

3 - Santa Catarina

Ensino Médio Inovador, que tem como objetivo garantir a formação integral do estudante. Este programa diferencia-se do Ensino Médio regular no que diz respeito ao redesenho curricular e carga horária. A SED atua no fortalecimento do Ensino Médio por meio de:

- Ensino Médio Inovador/Integral (www.mec.gov.br)
- Atualização da Proposta Curricular; (www.propostacurricular.sed.sc.gov.br)
- Ensino Médio Integrado a Educação Profissional
- Programa Estadual de Novas oportunidades de Aprendizagem/ PNOA;

Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio- PNEM. (www.sed.sc.gov.br)

4 - Minas Gerais

A Secretaria de Estado da Educação com o intuito de promover uma maior participação da comunidade escolar nas discussões das ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas de Ensino Médio criou o Programa Dia D.O programa envolve a participação de educadores e familiares para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica em busca do aprimoramento e qualidade do Ensino Médio.

O Programa Aprendizagem para o Domínio propõe o funcionamento de uma escola de Ensino Médio diferenciada com a opção de tempo integral sintonizada com as demandas educacionais contemporâneas por meio de uma nova proposta de organização curricular.

5 - Acre

A SEE programou, entre 2012-2014, ampliação da jornada escolar, a partir de oficinas que articulam com temas interdisciplinares possibilitando ao aluno ampliação do conhecimento.

6 - Amapá

Somente o acompanhamento/monitoramento das escolas com o Ensino Médio Inovador.

7 - Bahia

EMITEC é o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica que se constitui como alternativa pedagógica para atender a jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso), em relação a centros de ensino-aprendizagem onde não há oferta do Ensino Médio.

Atende a jovens e adultos de localidades que apresentam carência de profissionais com formação específica, em determinadas áreas do currículo. Em anexo, o Projeto Pedagógico do EMITEC. 8 - Rio de Janeiro Registramos o desenvolvimento dos seguintes programas inovadores, voltados ao Ensino Médio, junto à Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Detalhamentos em anexo): • Programa de Educação Integral com proposta curricular inovadora, conforme Deliberação CEE nº 344/2014, denominada Solução Educacional para o Ensino Médio, que compreende os seguintes modelos: • Modelo em Tempo Integral Pleno; • Modelo em Tempo Integral, com estruturas curriculares ampliadas; • Modelo em Tempo Integral articulado com Educação Profissional; • Modelo em Tempo Parcial, aplicado nas escolas regulares; • Modelo em Tempo Integral Intercultural; • Modelo em Tempo Integral de Curso Normal de Nível Médio; • Modelo em Tempo Parcial de Educação de Jovens e Adultos. 9 - São Paulo SIM. Consideramos que todos os Programas citados na questão anterior são inovadores ou apresentam aspectos de inovação. 10 – Distrito Federal As Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade: Ensino Médio. No início do ano letivo (2015), foi realizado o encontro de entrega das Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade. O evento contou com a participação de representantes das Coordenações Regionais de Ensino, Gestores das Unidades de Ensino Médio, representantes da Subsecretaria de Educação Básica e da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional. Vale destacar que a apresentação do documento realizou-se por meio do diálogo entre os atores sociais responsáveis pelo Ensino Médio, evidenciando o respeito e a responsabilidade no processo de construção dessa Política Pública. As Diretrizes da Semestralidade têm por objetivo uma nova forma de organização dos tempos e espaços escolares, favorecendo aprendizagens e consolidando novos conhecimentos que visam ao desenvolvimento do senso crítico e da autonomia intelectual. Busca a construção de aprendizagens mais significativas a partir da abertura para as culturas locais e para as novas dinâmicas de sociabilidades tecnológicas vigentes. No processo de elaboração, buscou-se respeitar a identidade de cada Unidade Escolar que aderiu à Semestralidade, valorizar sua trajetória e os esforços dos atores envolvidos (professores, gestores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, servidores, estudantes, equipes de apoio). A expectativa é de que estas Diretrizes não sejam vistas apenas como um plano de intenções, mas como subsídios teórico-metodológicos ao trabalho dos		
---	--	--

professores, estudantes e escolas para auxiliar o planejamento, execução e avaliação das práticas pedagógicas, de modo a contribuir na compreensão, organização e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Semestralidade. Destaca-se, aqui, também o Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio que trabalha a perspectiva dos multiletramentos, a qual requer a compreensão de que os conteúdos se relacionam de modo a favorecer a construção do conhecimento e promover a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. 11 – Roraima NR 12 - Goiás Todos os programas descritos no item 4: ProEMI – Documento. Orientador e Portaria em anexo. Programa Novo Futuro - CEPI's- Centros de Ensino em Período Integral – Proposta em anexo. PNEM – Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – Portaria em anexo. 13 – Alagoas Construção coletiva por professores da rede estadual de ensino do Referencial Curricular da Educação Básica. 14 - Espírito Santo Caderno de Práticas Experimentais Investigativas Guia de Intervenção pedagógica em Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia, Caderno Metodológico de Literatura, Vídeo Pedagógico de Intervenção; e o Atlas Histórico-Geográfico do Estado do Espírito Santo 15 – Mato Grosso NR 16- Amazonas - Todas as formações continuadas são fundamentadas pelas Diretrizes e a partir de 2014 com o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio houve um aprofundamento dessas reflexões. 17- Maranhão Implantação de Diretrizes Curriculares Estaduais em momentos pontuais de formação; Alinhamento com Pacto Nacional do Ensino Médio; Implantação do Ensino Médio Regular mediado por tecnologia – MTEC. 18- Paraná PDF 19 - Rondônia Cinco escolas da rede estadual oferecem por iniciativa própria projetos pedagógicos voltados à aprovação de estudantes para a Universidade pública federal e aos programas de acesso ao ensino superior (PROUNI E SISU). 20 – Paraíba NR		
5 - A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?	8	12

Em caso AFIRMATIVO, informe as ações já realizadas, em realização ou previstas. Anexe documentos. 1 - Pará Considerar as informações prestadas no questionário respondido pelo CEE/PA. 2 – Tocantins NR 3 - Santa Catarina Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina. 4 - Minas Gerais NR 5 - Acre Orientações na elaboração e revisão de seus PPPs em consonância das DCNEM; • Formações para gestores, coordenadores pedagógicos e professores, a partir das Orientações Curriculares para o Ensino Médio; • Orientações e implementações no desenvolvimento das atividades apresentadas pelos Pareceres e Resoluções, tais como: Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira; Educação ambiental; Direitos Humanos; Educação Escolar Indígena; Educação de Jovens e Adultos. 6 - Amapá O que já foi feito em parceria com o CEE/AP foi à análise/aprovação de Resoluções de questões relativas às disciplinas da Língua Espanhola, Sociologia, Filosofia (que por força de Lei específicas obrigatórias no Ensino Médio). Também a análise/aprovação da Matriz específica do Ensino Médio Inovador. Ainda não temos finalizado as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica (nela incluída o Ensino Médio). Isso desde 2009. A atual Matriz Curricular do Ensino Médio Regular e EJA ainda não estão organizadas em 4 áreas do conhecimento (Art. 8º da Resolução nº 2/2012) e sim em 3 áreas, porque é de 2010 quando a Matemática ainda não era uma Área do Conhecimento. Isso é preciso ser revisto. Já consta no Plano de Trabalho/2015 do Núcleo de Ensino Médio ações para a revisão das Matrizes e das Diretrizes Curriculares Estaduais do Ensino Médio. 7 – Bahia NR 8 - Rio de Janeiro A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) participa, conforme já registrado no item 2, e promove ações em parceria com o Conselho Estadual de Educação como, por exemplo, um seminário de âmbito nacional, previsto para ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano, acerca da elevação da qualidade da educação no Ensino Médio, em que se objetiva debater a implementação das DCNs em modelos inovadores. 9 - São Paulo Os Programas e projetos da SEESP que envolvem convênios passam pelo Conselho Estadual de Educação. Além disso, sempre que considera necessária a SEESP realiza consultas ao CEE em relação as suas ações.		
---	--	--

10 - Distrito Federal Destaca-se que a principal ação para a implementação das DCNEM é a ratificação e a materialização do Currículo em Movimento como meio de empoderamento do professor na construção de uma práxis pedagógica que promova a interface do pensar e do fazer como categorias indissociáveis. O Currículo em Movimento propicia a reflexão sobre uma educação flexível, geradora de conhecimentos fundados nas ações de reflexão, cooperação, criticidade, criatividade e articulação, operacionalizadas e co-atuadas por um professor preparado para essa práxis reflexiva e, do outro lado, um estudante co-partícipe dos processos escolares de produção do conhecimento. Dessa forma, encontra-se o fim maior da educação, ou seja, a capacidade de compreender o mundo na sua totalidade, ancorada no processo de construção e (re) construção do saber envolvido em sentidos e significados que legitimam o conhecimento e promovem a formação integral do estudante. 11 – Roraima NR 12 – Goiás NR 13 - Alagoas- Formações e Seminários para discussão/construção e socialização do Referencial Curricular da Educação Básica com a comunidade educacional; - Formações com equipes técnicas das CREs e Coordenadores Pedagógicos das Escolas; PREVISTAS: Implementação do Referencial Curricular - Formação dos professores da rede estadual por componente curricular e por área de ensino; - Formação para Avaliação e Reconstrução dos PPP- Projeto Político Pedagógico e Regimentos Escolares das escolas da rede estadual. 14 - Espírito Santo Há uma nova resolução do Conselho Estadual de Educação (Res. CEE Nº 3777/2014) que foi balizada pelas DCNEM 15 – Mato Grosso NR 16- Amazonas NR 17- Maranhão Elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares do Estado (anexo) Formação para 14.000 professores PNEM/UFMA- SEDUC 18- Paraná PDF 19 – Rondônia Formação Continuada por meio do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Programa Ensino Médio Inovador e Projeto Guaporé de Educação Integral. 20 - Paraíba NR		
6 - A Secretaria de Estado da Educação analisa com a equipe pedagógica da escola e com o corpo docente o processo de implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio?	18	2

1 - Pará Esta secretaria após a implementação das Diretrizes Curriculares vigentes desenvolveu um ação de assessoramento as Unidades Regionais de Educação em cada região do Estado. Essas ações ainda se mantêm. 2 – Tocantins NR 3 - Santa Catarina Por meio das Gerências regionais de Educação 4 - Minas Gerais. Sim. A Secretaria de Estado da Educação realizou a capacitação das Equipes Regionais do Programa de Intervenção Pedagógica, dos diretores das escolas estaduais, das Especialistas da Educação Básica e dos Professores das escolas sobre a importância do alinhamento do Projeto Político Pedagógico com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio 5 – Acre NR 6 – Amapá NR 7 – Bahia NR 8 - Rio de Janeiro A Secretaria de Estado de Educação acompanha e analisa a implementação das Diretrizes Curriculares através de seus agentes de campo – Mediadores de Tecnologia Educacional; Mediadores de Leitura e Agente de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE)–, cujas ações estão descritas no item 2 deste questionário. 9 - São Paulo SIM. A SEESP, como órgão Central e também contando com seus representantes oficiais nas Diretorias Regionais de Ensino, buscando uma relação dialógica, tem realizado visitas, reuniões, encontros, Orientações Técnicas, videoconferências e cursos que visam à implementação efetiva do Currículo estadual assim como seguir os marcos normativos nacionais de toda a Educação Básica. 10 - Distrito Federal Sim 11 - Roraima Adequação a Matriz Nova, pois existe escola que atendem as duas modalidades: Ensino Fundamental e Ensino Médio; Carga Horária dos professores prevista em lei para atendimento ao aluno no total de 16h; Aumento do da demanda de professores na rede estadual para atendimento do Ensino Médio. 12 - Goiás Sim, existe uma equipe responsável no Programa de Tutoria Pedagógica 13 – Alagoas NR 14 - Espírito Santo NR 15 – Mato Grosso NR 16- Amazonas NR		
---	--	--

17 - Maranhão NR 18- Paraná Resposta no documento em PDF 19 - Rondônia NR 20 - Paraíba NR		
7. Existem dificuldades quanto à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?	10	10
Em caso AFIRMATIVO, indicar a(s) dificuldade(s) encontrada(s) 1 - Pará Por se tratar de uma organização de currículo que possibilita as escolas autonomia para implementação de seus currículos, muitas escolas ainda encontram dificuldades de planejar suas atividades curriculares na perspectiva dos 04 (quatro) eixos de integração, trabalho ciência, cultura e tecnologia, assim como na organização por área de conhecimento, associado aos macros campos obrigatória e não obrigatórios do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI. 2 - Tocantins A principal dificuldade diz respeito aos recursos financeiros. 3 - Santa Catarina Necessidade de aporte financeiro. 4 - Minas Gerais NR 5 - Acre • Incompatibilidade de formação inicial dos professores com as DCNEM; • Os PPPs não são implementados em conformidade com as DCNEM; • Ausência de uma Base Curricular mínima para o Ensino Médio; • O ENEM, em alguns itens da avaliação, contradiz as DCNEM. 6 - Amapá Dissociação do Setor Pedagógico da SEED com o Setor de Ensino Médio; Não monitoramento eficaz da SEED às Unidades escolares para análise dos PPPs e das ações da Coordenação Pedagógica; Faltam de maiores investimentos financeiros em ações de formação continuada para os docentes, coordenação pedagógica e gestores escolares, organizadas pela SEED para com as escolas de Ensino Médio. 7 - Bahia Apesar de não existirem dificuldades para a implementação das diretrizes, o cenário atual da Rede Pública Estadual de Ensino ainda é de compreensão e apropriação das DCNEM. O processo de construção das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio vem aproximando as DCNEM das unidades escolares e o Pacto Ensino Médio Bahia, cujo formato assegura a realização da formação continuada dos professores de todas as áreas do conhecimento nas unidades escolares, vem contribuindo para os avanços na compreensão da base conceitual das DCNEM 8 - Rio de Janeiro		

Podem ser consideradas dificuldades quanto à implementação das DCNEM: • A obrigatoriedade de implementação da disciplina Filosofia e Sociologia em todos os anos do curso, haja vista dificuldade de provimento de professores acarretada pela falta de disponibilidade profissionais formados na área; • A indicação da Matemática como área de conhecimento, disposta, atualmente, por uma única disciplina, pode propiciar uma leitura de isolamento em relação às outras, o que vai de encontro à proposta global das DCNEM. • O tratamento dos temas transversais de forma a colaborar com a construção do currículo, o que, muitas vezes, ocorre de forma desassociada ao percurso formativo desenvolvido nas disciplinas. 9 - São Paulo SIM. A SEESP, como órgão Central e também contando com seus representantes oficiais nas Diretorias Regionais de Ensino, buscando uma relação dialógica, tem realizado visitas, reuniões, encontros, Orientações Técnicas, videoconferências e cursos que visam a implementação efetiva do Currículo estadual assim como seguir os marcos normativos nacionais de toda a Educação Básica. 10 – Distrito Federal Sim 11 – Roraima NR 12 – Goiás NR 13 – Alagoas As dificuldades são sobretudo de ordem de infra-estruturar para acompanhamento/monitoramento efetivo às escolas bem como de rotatividade de recursos humanos (monitoria) 14 - Espírito Santo- O professor trabalhar por área de conhecimento; - O professor trabalhar de forma interdisciplinar, transversal e contextualizada; - A resistência do professor na mudança de postura frente ao fazer pedagógico; - O professor atuando em diversas unidades escolares em busca de melhoria da remuneração, o que impede sua participação efetiva nos planejamentos; - Falta de profissionais habilitados. - uma política de formação para o Ensino Médio 15 – Matos Grossos No acompanhamento sistemático das ações propostas 16- Amazonas NR 17 - Maranhão Alcançar todos os professores nos encontros formativos. A quantidade de encontros é insuficiente. 18 - Paraná PDF 19 - Rondônia Reordenação dos escolas por etapas de ensino, readequação do espaço físico, falta de profissionais habilitados para o exercício da docência, prover as escolas com equipamentos tecnológicos e mobiliário apropriados á etapa.		
---	--	--

20 - Paraíba A elaboração (iniciamos) de uma Proposta Pedagógica do Estado para nortear o trabalho dos educadores nas escolas, a partir das DCNEM.		
8 A Secretaria de Educação tem participado do Fórum do Ensino Médio? 1 – Pará Sim 2 – Tocantins SIM 3 - Santa Catarina SIM 4 - Minas Gerais SIM Obs. Minas Gerais: Apesar do esforço para implantação dos diferentes projetos e programas aqui apresentados, ainda precisamos construir estratégias que assegurem o debate, em cada escola estadual, das implicações das diretrizes curriculares nos projetos pedagógicos. Este movimento pressupõe formação continuada, fortalecimento dos colegiados e da ação da equipe de gestão político-pedagógica. 5 - Acre Apenas 1 (um) membro da equipe gestora anterior (Diretor de Ensino ou Coordenadora do Ensino Médio), participava dos encontros do Fórum para o Ensino Médio. 6 - Amapá Está-se se referindo às reuniões trimestrais com os Coordenadores Estaduais de Ensino Médio, organizado pela COEM/SEB/MEC, sim. Nestas os gerentes de Ensino Médio sempre foram. Outro Fórum de Ensino Médio, não. Não existe no Estado um Fórum instituído para se discutir as questões relativas ao Ensino Médio. 7 – Bahia SIM 8 - Rio de Janeiro Sim, esta Secretaria participa ativamente do Fórum com os seus representantes. 9 - São Paulo SIM. Assim como, em relação à própria implementação do Currículo e demais marcos normativos, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio enfrenta dificuldades em relação à escala, pois a rede estadual conta com número elevado de alunos, professores, gestores e familiares que devem ter conhecimento dos documentos oficiais e, além do conhecimento, devem se apropriar dos mesmos para aplicá-los e até mesmo para críticas construtivas. A apropriação é um processo. 10 - Distritos Federais Sim 11 – Roraima NR 12 – Goiás NR 13 – Alagoas NR 14 - Espírito Santo NR 15 – Mato Grosso NR	16	4

16- Amazonas Obs.: A Proposta Curricular do Ensino Médio encontra-se no site: ensinomedio-am.com.br 17- Maranhão. A SEDUC-MA participa do Fórum Maranhense que abrange toda a Educação Básica. 18- Paraná PDF 19 - Rondônia NR Obs. Outras questões e também esta última questão, somente assinalar. 20 - Paraíba NR		
--	--	--

Instrumento 2 - CEE Total Entrega 17

De 26 Estados, responderam e entregaram (16). Não responderam (11)

01 Distrito Federal Respondeu (01).

Em cada uma das questões a seguir, assinale com um X **SIM** ou **NÃO** justificando, quando couber, e anexando documentos solicitados.

A PARTIR DO PARECER CEB/CNE Nº 5/2011 E DA RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO (DCNEM), RESPONDA, POR FAVOR:	SIM	NÃO
1. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?	12	05
Em caso AFIRMATIVO, qual a metodologia utilizada. Se possível, descrever resumidamente e anexar documento(s) pertinente(s). R. Tem sim, acompanhado a implantação: 1 - Pará O CEE criou um fórum para avaliar, monitorar e propor políticas para a aplicação das DCN's no Estado do Pará, conforme mostra os anexos A (Parecer 366/ 2012 - Criação do Fórum do Ensino Médio), B (Regulamento do Fórum do Ensino Médio), C (Resolução 333/2012 – institui a criação do Fórum do Ensino Médio). A SEDUC enviou proposta de alteração na Matriz Curricular do Ensino Médio Diurno, sendo analisada pelo CEE e gerado o Parecer nº 251/2012, que aprovou a proposta Curricular para o Ensino Médio Diurno para ser implantada nas escolas da rede pública estadual de ensino. Parecer disponível no site do Conselho: www.ceepe.pro.br 2 - Piauí A SEDUC enviou proposta de alteração na Matriz Curricular do Ensino Médio Diurno, sendo analisada pelo CEE e gerado o Parecer nº 251/2012, que aprovou a		

proposta Curricular para o Ensino Médio Diurno para ser implantada nas escolas da rede pública estadual de ensino.
Parecer disponível no site do Conselho: www.ceepe.pro.br

3 – Maranhão NR

4 - Acre

O Conselho Estadual de Educação/AC exarou a Resolução CEE/AC Nº 96/2012, com base no Parecer CEB/CNE Nº 5/2011 e Resolução Nº 02/2012, através de:

- Realização de audiência pública com a participação de técnicos do CEE, diretores, coordenadores de ensino e pedagógico das unidades escolares, para orientar a operacionalização da resolução CEE/AC Nº 96/2012.
- Assessoramento diário às escolas, no esclarecimento de dúvidas dos atos normativos.

5 - Sergipe

Por meio de suas Resoluções o CEE estabelece as normas e procedimentos para o funcionamento das unidades escolares do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Nesse sentido, todos os processos de credenciamento, autorização, reconhecimento etc, são submetidos à análise das Assessorias do Conselho que realizam visita “in loco” com a finalidade de diagnosticar as condições físicas e pedagógicas para o funcionamento, incluindo a sua organização curricular.

É importante destacar que a Rede Estadual de Ensino construiu, com a participação dos professores, o Referencial Curricular que está sendo adotado pelas escolas públicas estaduais.

6 - Amapá

Foi repassado, logo após a homologação, em formato digital pela Coordenadoria Geral de Ensino Médio – COEM/SEB/MEC. Também deve ter sido entregue uma cópia impressa ao Gerente de Ensino Médio da época.

7 - Goiás NR

8 - Mato Grosso Sul

O Conselho Estadual de Educação verifica a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio na organização curricular das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino que oferecem a etapa do Ensino Médio, por ocasião da análise dos processos de solicitação de credenciamento e de autorização de funcionamento.

9 - Rio Grande do Norte NR

10 - Roraima

Sim. Inclusive já exarou norma para atender o sistema estadual de ensino, orientada nos princípios propostos pela Resolução CEB/CNE Nº 2/2012. Embora, essa iniciativa ainda enfrente dificuldades na implantação efetiva, no acompanhamento e na avaliação

11 - Rio Grande do Sul

. O CEEEd/RS, a partir da aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, decidiu por manifestar-se ao Sistema Estadual de Ensino. Uma Comissão Especial está concluindo a minuta das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e as Comissões de Ensino, estão trabalhando com as Diretrizes Curriculares específicas para cada Nível de Ensino e suas modalidades. Nos trabalhos das Comissões estão previstos momentos para ouvir a comunidade escolar, como seminários e audiências públicas

12 – Tocantins

Por meio de análise e aprovação de currículo (estrutura curricular)

13 Distrito Federal - NR 14 Santa Catarina Estudos das referidas Diretrizes na Comissão de Educação Básica e diálogo com a equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação. 15 - Mato Grosso No ano de 2014 o TCE – MT juntamente com o CEE organizou diversas reuniões, bem como, “visitas in loco” para averiguarem a qualidade do Ensino Médio, momento em que as diretrizes foram ponto de questionamento. Outro momento importante em relação as diretrizes se refere ao momento em que as escolas solicitam nova autorização, o CEE confere o PPP com as diretrizes. 16 - Ceará R. Sim. O CEE tem participado do processo de discussão das DCN para o Ensino Médio, promovido pela Secretaria da Educação do Estado, e colaborado pontualmente com as ações formativas dos docentes envolvidos. Outra forma de acompanhamento aos processos de reorganização curricular do Ensino Médio, instaurados a partir da nova legislação, tem se efetivado por meio dos processos de credenciamento e recredenciamento das escolas regulares, bem como das escolas de educação profissional, e do reconhecimento dos cursos ofertados. Os documentos requeridos para essa finalidade que incluem os instrumentos de gestão, como os projetos pedagógicos, as matrizes curriculares, os planos de cursos e, ainda, o regimento escolar, têm sido objeto de análise por parte das equipes técnicas e Câmaras deste Conselho, com vistas à compatibilidade e coerência em relação às DCN vigentes. 17 - Paraíba NR		
2. Em seu estado existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio que se relaciona ao Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?	13	04
Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente e anexar documento(s) que considerar necessário(s) R. Trabalho Inovador tem sido assim: 1 - Pará A ação conjunta entre SEDUC, UFPA, MEC que realizam a formação dos professores do Ensino Médio pelo “Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/ Programa de Formação de Professores do Ensino Médio” que já realizou dois encontros. O primeiro em Maio e o segundo em Dezembro de 2014, os quais tiveram o acompanhamento do CEE- PA, como também a participação das escolas no PROEMI (Programa Ensino Médio Inovador) e no Programa Jovem de Futuro que existe desde 2011 e que em 2013 passaram a integrar o Pacto pela Educação do Pará que tem desenvolvido ações de capacitação, fomento de metodologias próprias em escolas e com professores. Nos anexos D (convite do I Seminário do Ensino Médio), E (convite do II Seminário do Ensino Médio). 2 - Piauí A Rede Pública Estadual de Ensino vem desenvolvendo desde 2012 o Programa Ensino Médio Inovador/ Jovem de Futuro, em parceria com o MEC e o Instituto Unibanco. O Programa tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a		

inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e as demandas da sociedade contemporânea. O estado do Piauí também fez adesão junto ao MEC do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que tem como um dos objetivos fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

3 - Maranhão

Este CEE-MA conhece somente experiências pontuais implementadas no contexto do Programa Ensino Médio Inovador. Cita, como exemplo, o Projeto de Educação Sexual desenvolvido pelo Centro de Ensino Eugênio Barros, do município de Caxias, Maranhão, no Seminário Nacional do Ensino Médio Integral realizado pelo MEC, em Brasília, de 26 a 28 de junho de 2012. (Os documentos pertinentes estão arquivados nos anais do referido Seminário). O projeto partiu do número alarmante de adolescentes grávidas na escola e foi incorporado às disciplinas lecionadas. Os alunos venceram o temor de debater o assunto e de esclarecer suas dúvidas, o que provocou mudança de visão e comportamento entre os estudantes, extinguindo a gravidez adolescente no âmbito escolar.

4 - Acre

O trabalho inovador referente ao Ensino Médio foi à aprovação da Proposta de Ampliação da Jornada Diária para as Escolas Públicas do Estado do Acre, através do Parecer CEE/AC Nº 56/2014 e Resolução CEE/AC Nº 172/2014, por solicitação da SEE.

5 - Sergipe

O Estado de Sergipe aderiu ao programa Ensino Médio Inovador, o qual estabelece um currículo diferenciado contemplando três macro-campos: Leitura e Escrita, Acompanhamento Pedagógico e Pesquisa e Iniciação Científica. Toda a base pedagógica do PROEMI encontra-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

As escolas que aderiram ao Ensino Médio inovador apresentam ampliação da carga horária de cinco módulos–aula diários para seis ou sete horas-aula com matriz curricular diferenciada, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

Sergipe também integra o Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, Programa de formação continuada desenvolvido no estado em parceria com o MEC, Universidade Federal de Sergipe e Secretaria de Estado da Educação, com atualmente 1.225 cursistas em formação, dentre professores e coordenadores de ensino que atuam no Ensino Médio em escolas da capital e interior do estado.

6 - Amapá

As Escolas Estaduais que oferecem o Ensino Médio Inovador, somente elas que proporcionam outras atividades e temáticas que constam no Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012.

7 – Goiás Não

8 - Mato Grosso Sul

Atualmente, a COPEB/SED (Coordenadoria de Políticas para Educação Básica) desenvolve duas frentes de trabalho pedagógico, visando subsidiar o Ensino Médio, o **ProEMI** (Programa Ensino Médio Inovador) que atende todas as escolas do Estado de Mato Grosso do Sul, que ofertam esta modalidade e o **Núcleo de Currículo**, que está promovendo um estudo sistemático de reforma nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e

Ciências Humanas.

Dentro do que é proposto pelo ProEMI, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolveu-se uma parceria, em que surgiu o "Jovem de Futuro", iniciando como um projeto, com o mesmo objetivo, ou seja, melhorar a qualidade, a proficiência e combater a evasão escolar do Ensino Médio. São três os parceiros com a mesma responsabilidade social: a Secretaria Estadual de Educação - MS, Instituto Unibanco e o Ministério da Educação (MEC).

A Secretaria de Estadual de Educação-MS contribui com recursos humanos, coordenando e supervisionando as escolas envolvidas no projeto Jovem de Futuro.

O Instituto Unibanco fornece o Sistema de Gestão de Projetos (SGP/IU), pelo qual as escolas podem acompanhar todo o trabalho executado em sua unidade e as Metodologias, que capacitam gestores, professores e estudantes, buscando a realização das atividades que venham atingir as metas estabelecidas.

O Ministério de Educação (MEC), por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), fornece um aporte financeiro anual respeitando o quantitativo de estudantes da escola, responsável por financiar os materiais de custeio e de capital, necessários para a execução das atividades elencadas, visando alcançar as metas estipuladas:

- Aumentar em 25 pontos os índices de proficiência mensurados pelo SAEMS (Sistema de Avaliação Externa do Mato Grosso do Sul);
- Diminuir em 50% a classificação escolar mensurada no SAEMS como muito crítico e crítico, dentro da escala de proficiência;
- Diminuir em 40% a evasão escolar no Ensino Médio registrado, segundo censo escolar do ano anterior à vigência de cada ciclo instituído no projeto;

Para obtermos o sucesso esperado, dentro destas ações e conseguirmos atingir as metas, ficaram acordadas as seguintes atribuições a cada um dos parceiros:

- Formações ofertadas pelo Instituto Unibanco, capacitando coordenação, supervisão e gestão escolar que atuarão diretamente na escola para acompanhamento das ações propostas e executadas;
- O Ministério da Educação (MEC) fornece para a execução financeira das ações elencadas pela escola, um aporte financeiro estabelecido pelo quantitativo de estudantes da escola, por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola); A Secretaria Estadual de Educação proporciona às escolas a adesão ao programa, recebendo supervisão e acompanhamento físico financeiro, garantindo suporte às atividades elencadas.
- Por meio do ProEMI, recebemos o Documento Orientador fornecido pelo MEC e desenvolvemos ações que promovem o redesenho curricular, distribuído por macro campos que são direcionados por eixos norteadores, responsáveis pelas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, em que estamos trabalhando o Currículo, de forma buscar a integração com o Trabalho, a Tecnologia, a Cultura e a Ciência.

A atualização do Currículo deverá refletir numa melhoria significativa, em que a promoção do estudo, envolvendo diversas áreas de conhecimento, voltada para a

capacitação de professores, não somente do Ensino Médio, mas também do ensino fundamental, irá impactar em resultados positivos em todo este processo educacional.

9 - Rio Grande do Norte

Apesar deste Conselho não ter acompanhado a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio tomou conhecimento da implantação do Ensino Médio Inovador por meio de Processo encaminhado pela Secretaria Estadual de Educação solicitando deste Colegiado, análise e aprovação das estruturas curriculares da educação básica a serem implantadas a partir de 2012, nas escolas da rede estadual do Rio Grande do Norte, conforme Parecer nº 12/2011 do CEE/CEB/RN, em anexo.

10 - Roraima

Atualmente em Roraima, 24 instituições de ensino sendo cinco do interior e outras 19 na Capital trabalham com o ProEMI. O programa possui na Matriz Curricular 600 horas destinadas a atividades complementares e outras 400 horas de aula, perfazendo um total de 1.000 horas por ano e 3.000 horas ao longo dos três anos do Ensino Médio completo.

11 - Rio Grande do Sul

No RS, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, a partir de 2012, iniciou-se um processo de reestruturação do Ensino Médio, implantando em todas as escolas públicas estaduais o “Ensino Médio Politécnico”. A proposta, construída com base nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, promoveu mudanças em todos os cursos de Ensino Médio, Curso Normal de Nível Médio e na Educação Profissional, passando a desenvolver a oferta de cursos técnicos de forma integrada ao Ensino Médio.

Atendendo à solicitação da Seduc/RS, este Conselho exarou o Parecer 156/2012, que se manifesta sobre a reestruturação do Ensino Médio, estabelecendo procedimentos e determinando providências à mantenedora. É oportuno relatar que, também, foi exarado o Parecer 310/2012, que aprova o Regimento Padrão para as escolas novas que viessem a oferecer o Ensino Médio a partir de 2012.

Obs. Segue, em anexo, cópia dos Parecer CEE 156/2012 e 310/2012.

12 – Tocantins

Nos últimos quatro anos, a oferta do Ensino Médio em regime de tempo integral foi consideravelmente ampliada. O enriquecimento do currículo por meio da introdução de práticas pedagógicas na parte diversificada faz com que as escolas sejam procuradas como instituições de ensino diferenciadas.

13 Distrito Federal

No DISTRITO FEDERAL o Ensino Médio é ofertado em consonância com a Resolução nº 2/2012- CEB_CNE. Teve o currículo redimensionado no Documento Currículo em Movimento da rede pública de ensino do DISTRITO FEDERAL (implantado em 2012 e passando por nova revisão). Em 2013, o Conselho de Educação aprovou as Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade para as Instituições Educacionais da rede pública de ensino do DISTRITO FEDERAL que ofertam Ensino Médio; além da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em tempo Integral.

14 Santa Catarina

A iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, com o acompanhamento do

Conselho Estadual de Educação, da atualização da Proposta Curricular do Estado, procurando contemplar o disposto nas citadas Diretrizes. Frise-se que o processo citado, re atualização da Proposta Curricular, não envolveu somente pessoas da rede estadual de ensino, mas também da rede privada e das redes municipais.

15 Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso em suas orientações curriculares já orienta as suas escolas a organização curricular através de áreas do conhecimento, bem como, o PPP das escolas que já estão sendo organizados de acordo com Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012. Anexo às orientações do PPP e as orientações.

16- Ceará

. Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente e anexar documento(s) que considerar necessário(s)

R. Sim. Com base nas DCNEM e nos Protótipos Curriculares para o Ensino Médio (UNESCO), a SEDUC vem procedendo a algumas experiências de reorganização curricular em escolas de Ensino Médio regular de sua rede. Uma das mais relevantes refere-se à implantação na matriz curricular do Ensino Médio regular do *Núcleo de Trabalho, Pesquisa e demais Práticas Sociais (NTPPS)*, “integrador e indutor de novas práticas, que tem como finalidade o desenvolvimento de competências socioemocionais, por meio da pesquisa, da interdisciplinaridade, do protagonismo estudantil, contribuindo fortemente para um ambiente escolar mais integrado, motivador e favorável à produção de conhecimentos”.

A experiência iniciou em 2012, com 12 escolas como projeto piloto e, atualmente, conta com 80 escolas envolvidas. O NTPPS se estrutura em cada escola por meio de oficinas, com uma carga horária de 160/horas/ano, com o apoio de material estruturado, planos de aula e caderno do aluno. Constituem ambientes de investigação pela comunidade escolar: a escola e a família, no primeiro ano; a comunidade, no segundo; e o mundo do trabalho, no terceiro ano.

Podem ser consideradas como outras ações inovadoras e que têm repercussão sobre as DCNEM:

- a Aprendizagem Cooperativa, que mobiliza estudantes para formarem células de estudo tanto na escola como em outros ambientes externos;

- o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), tecnologia educacional em que um professor, ministrante de qualquer disciplina e com perfil adequado para exercer a função, assume o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos de uma única turma, ao longo de 05 horas semanais, desenvolvendo atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes. Desenvolve práticas pedagógicas que concorrem para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, por meio de: Dossiê da Turma, Mapeamentos de salas, Conselho de Turma, Atendimentos aos pais ou responsáveis, Formação para a cidadania, Estudo orientado e Atendimento individual ao aluno. Atualmente estão envolvidas no Projeto 530 escolas de Ensino Médio da rede estadual, com 4.821 turmas e 4.241 professores;

- o Projeto Jovem de Futuro, cujo objetivo é melhorar o desempenho escolar dos alunos do Ensino Médio e reduzir os índices de evasão, por meio de apoio técnico e financeiro para concepção, implantação e avaliação de um Plano de Melhoria da Qualidade, ao longo dos três anos do Ensino Médio. O projeto é desenvolvido em articulação com o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), na busca de induzir o processo de reestruturação curricular das escolas, focado na aprendizagem. Aderiram ao Projeto 438 escolas de Ensino Médio, envolvendo

cerca de 261.000 alunos; - Reorganização curricular de escolas do campo: projeto piloto com 05 escolas, localizadas em áreas de assentamento, compreendendo a ampliação da carga horária e da jornada escolar, e introduzindo os seguintes componentes curriculares na Parte Diversificada: Práticas Sociais Comunitárias, Organização do Trabalho e Práticas Produtivas; e Pesquisa. Estão sendo contemplados 1.299 alunos que residem em assentamentos ou comunidades adjacentes. 17 - Paraíba NR		
3. O Conselho Estadual de Educação participa e/ou promove junto com a Secretaria de Estado da Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?	13	04
Em caso AFIRMATIVO, informar, por gentileza, as ações já realizadas ou em realização e as previstas. R. Sim, participa e promove de ações 1 - Pará A ação do Fórum do Ensino Médio no Estado do Pará se desenvolveu a partir de reuniões com as entidades participantes fórum desde 2012. Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo, o Diagnóstico do Ensino Médio, foi uma das formas de conhecer a situação do Ensino Médio no Estado do Pará, que atende a 80% dessa etapa da Educação Básica no Estado. A realização do diagnóstico culminou com a realização do Encontro Estadual do Ensino Médio, realizado nos dias 08 e 09 de Maio de 2014, no qual reuniu 250 profissionais das redes públicas e privadas no auditório David Mufarrej da Universidade da Amazônia, conforme pode ser observado nos anexos F (estudo Diagnóstico sobre o Ensino Médio no Pará), G (Relatório do I Encontro do Ensino Médio), H (Projeto do I Encontro do I Encontro do Ensino Médio), I (Programação do I Encontro do Ensino Médio). 2 - Piauí O Conselho participou de eventos como: a) Encontro Interinstitucional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Piauí e Reformulação dos Projetos Curriculares dos cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior Formadoras, b) Seminário Estadual para Reformulação do Ensino Médio. Também é destaque a Participação na Auditoria Operacional na área de educação – Ensino Médio, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, colaborando com a disponibilização de informações e documentos do CEE. 3 - Maranhão O CEE-MA participou de reuniões juntamente com a SEDUC visando discutir as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, organizou um dia de estudos do Conselho Estadual de Educação sobre o tema e ofereceu contribuições à SEDUC-MA em relação à matéria. 4 - Acre O Conselho Estadual de Educação vem promovendo e participando junto com a Secretaria de Estado da Educação, ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tais como: • Análise dos Cadernos de Orientações Curriculares do Ensino Médio, realizada em subcomissões, por área de conhecimento, com a participação de conselheiros do CEE/AC, especialistas e professores da rede pública do Estado do Acre; da qual foi exarado o Parecer CEE/AC Nº 79/2012.		

• Participação efetiva na implementação das Leis Federais 11.639/2003 e 11.645/2008 através de Fóruns, Seminários. • Elaboração, apresentação e discussão em Audiência Pública do Parecer CEE/AC Nº 70/2009 – que orienta os Sistemas de Ensino quanto às Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito do Estado do Acre. • Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 162/2013 – que dispõe sobre Diretrizes Estaduais para a Educação Ambiental. • Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 168/2013 – que estabelece as Diretrizes, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo, no Estado do Acre. • Elaboração, apresentação e discussão em audiência Pública da Resolução CEE/AC Nº 169/2013 – que estabelece as Diretrizes Estaduais para a Educação em Direitos Humanos. • Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 177/2013 - Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. • Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 189/2013 – Define Normas Gerais para a Implementação da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito do Estado do Acre. • Elaboração e Divulgação da Resolução CEE/AC º 201/2013 – Fixa normas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos Sistemas de Ensino Estadual e Municipais.		
5 - Sergipe O CEE é parceiro em diversas ações realizadas pelas Redes Pública e Particular de Ensino, como seminários e encontros. Citamos como exemplos o Encontro Pedagógico realizado em outubro de 2014 que contou com a participação de 400 professores que atuam no Ensino Médio e o Seminário do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Sergipe que teve a participação de 1.200 professores da rede estadual, realizado em fevereiro de 2015. 6 – Amapá NR 7 – Goiás NR 8 - Mato grosso Sul Em 2014, a Secretaria de Estado de Educação (SED), juntamente com o Conselho Estadual de Educação (CEE) e outras instituições governamentais e não governamentais, elaborou o Plano Estadual de Educação 2014-2024 (PEE-MS), atendendo dispositivo da Lei n.º 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, a partir da Análise Situacional do panorama educacional do estado, mediante dados e pesquisas em fontes oficiais, e contando com a participação ampla da sociedade sul-mato-grossense, o PEE-MS foi concluído em outubro, aprovado pela Assembleia Legislativa em novembro e sancionado pelo governador do Estado em 22-12-2014. Entre as 20 metas desse Plano, a Meta três refere-se especificamente à etapa do Ensino Médio,		

apresentando 23 estratégias para serem cumpridas no prazo de 10 anos, com monitoramento e avaliação periódicos.

Outra ação desenvolvida em parceria com a SED é a de supervisão realizada pelos técnicos da Coordenadoria de Normatização e Políticas Educacionais - CONPED/SED no que se refere às condições de infra-estruturar e de organização curricular das instituições de ensino do Sistema que oferecem Ensino Médio a fim de serem credenciadas e autorizadas pelo CEE.

9 - Rio Grande do Norte NR

10 - Roraima

Não. A Secretaria de Educação Desportos de Roraima, assim como esse Conselho, resumiram o diálogo institucional ao processo de aprovação de norma que instituiu o Ensino Médio Inovador Secretaria de Educação e no âmbito desse Sistema Estadual de Ensino.

11 - Rio Grande do Sul

Durante o ano de 2012 e 2013, foram realizadas diversas reuniões com a Seduc com o objetivo de acompanhar o processo de reestruturação e esclarecer dúvidas, muitas delas, oriundas de escolas que demandavam ao Conselho. Foram realizadas, também, visitas às escolas bem como um Seminário para avaliar o processo de implantação.

Para o ano de 2015, estão planejadas novas visitas às escolas, considerando que, como a implantação foi gradual, somente em 2014 o processo de reestruturação atingiu todas as turmas. As novas visitas servirão, também, como subsídio para a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, no trabalho de elaboração das novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino.

12 - Tocantins

O Conselho, considerada a falta de condições e de recursos financeiros, limita-se à análise e aprovação dos atos normativos solicitados. Quanto a isso, ele vela pela conformidade do ensino às Diretrizes Curriculares em comento.

13- Distrito Federal

O Conselho de Educação do DISTRITO FEDERAL estabelece diretrizes e normas para o sistema de ensino do DISTRITO FEDERAL na Resolução nº 1/2012-CEDISTRITO FEDERAL, contemplando integralmente a

A Resolução nº 2/2012 – CEB- CNE, estando no momento procedendo com a sua revisão e atualização.

14 -Santa Catarina

O Conselho Estadual de Educação acompanhou, durante o ano de 2014, toda a discussão e demais atividades referentes à atualização da Proposta Curricular do Estado, coordenada pela Secretaria de Estado da Educação.

15- Mato Grosso

O CEE – MT tem comissão específica para discutir a educação básica, como também comissão permanente para discutir e acompanhar o Ensino Médio integrado a educação profissional.

16 - Ceará

. Em parte. As articulações com a SEDUC para o cumprimento dessa ação ainda têm um caráter insipiente, demandando por parte do CEE uma ação mais efetiva e permanente. Entre as ações previstas, a serem realizadas de forma conjunta,

incluem-se: seminários, pesquisas, monitoramento de indicadores de rendimento e proficiência dos alunos do Ensino Médio e instalação de um fórum de debate mais permanente no CEE. 17 - Paraíba NR		
4 Destacar, entre as ações citadas, aquela(s) que esse Conselho de Educação considera como mais relevante(s), para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. R. Ações mais relevantes para a implementação das DCNEM. 1 - Pará Considerando as dificuldades de implementação das DCN's do Ensino Médio no Estado do Pará, o fórum discutiu amplamente a situação a situação do ENEM que já era adotado pela UFPA e IES privadas como forma de acesso. Nesse sentido, a UEPA, que demandava o currículo para o Ensino Médio estadual, não tinha o ENEM como forma de ingresso nessa universidade. A partir de 2014, o ENEM passou a ser adotado também pela UEPA, ampliando as tarefas do fórum na direção de discutir a construção de um currículo unificado e alinhado ao ENEM. Assim, é necessário destacar o papel da SEDUC na busca por este alinhamento, ao realizar o PROENEM - Projeto de Orientação ao Estudante para o Exame Nacional do Ensino Médio, o qual tem como centro de sua proposta pedagógica, a organização de aulas complementares, nas quais os estudantes terão acesso a questões temáticas sobre atualidades e temas transversais e interdisciplinares, contemplando, prioritariamente os conteúdos do ENEM. 2 - Piauí • Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – que vem sendo desenvolvido no estado do Piauí em parceria com o MEC, SEDUC e as Universidades: Federal e Estadual do Piauí, promovendo a formação continuada de 8.693 professores do Ensino Médio que atuam nas escolas da rede pública estadual de ensino; • Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro – Implantado em 411 escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, correspondendo ao atendimento de 95% do total de escolas. 3 – Maranhão Ao Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação Assunto: Resposta à Pesquisa sobre acompanhamento da Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em resposta ao Ofício nº 16/CEB/CNE/MEC/2012 gostaríamos de informar a V.S.a o que se segue: • Temos pleno conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que têm fundamentado a elaboração de nossos Pareceres e Resoluções referentes a essa etapa da Educação Básica; • No que concerne às Diretrizes Estaduais para o Ensino Médio, participamos de reuniões quando de sua elaboração, participamos de encontros para sua apresentação e discussão e organizamos um dia de estudos do Conselho Estadual de Educação cujo resultado enviamos como anexo;		

• Anexamos igualmente o questionário remetido por V.S.a com as devidas respostas. Permanecemos à disposição de V.S.a e reafirmando os nossos desejos de permanente parceria e troca de experiência subscrevemo-nos. 4 - Acre Das ações acima listadas a considerada mais relevante é a operacionalização da Resolução CEE/AC Nº 96/2012 para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Estado do Acre. 5 - Sergipe A formação continuada dos professores e coordenadores pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Essa ação permite que os cursistas organizem um tempo dedicado ao estudo individual, aprofundando e atualizando seu conhecimento, bem como oportuniza os estudos em grupo, os quais são realizados na própria escola em que atuam, fomentando discussões sobre a prática pedagógica, gestão escolar e currículo, favorecendo o diálogo entre as áreas do conhecimento. Toda a fundamentação pedagógica dos cadernos de estudos utilizados no Pacto está concentrada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio 6 – Amapá NR 7 - Goiás O Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, apesar de nossa vontade, não foi consultado/convidado pela Secretaria de Estado da Educação para contribuir com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 8- Mato Grosso Sul Destacamos o ProEMI e o Plano Estadual de Educação. 9 - Rio Grande do Norte NR 10 - Roraima Este Conselho acredita que seu papel deve se estender à formação técnica, instituição de fóruns, seminários e audiências públicas para avaliação do Ensino Médio (dados de aprovação/reprovação/evasão/transferência). 11 - Rio Grande do Sul Não há dúvida que todas as iniciativas que promoveram o diálogo entre os diferentes sujeitos envolvido no processo de implantação, foram essenciais para que se alcançasse os objetivos propostos. No Ensino Médio Politécnico, há Políticas Públicas que permitem a estruturação do Ensino Médio, com o objetivo de aproximá-los das Diretrizes Curriculares Nacionais e da realidade das escolas. 12 – Tocantins Mesmo o Conselho não realizando nenhum acompanhamento, acredita-se que a implementação e atualização de acervos bibliográficos das bibliotecas escolares e dos diversos laboratórios são de fundamental importância para ressignificar o ensino. 13 - Distrito Federal Uma das inovações que merece destaque é a implantação da semestralidade como forma de organização do trabalho pedagógico nas Escolas da Rede pública de Ensino. 14 - Santa Catarina - Consideramos como ação mais importante, na qual o		
---	--	--

Conselho Estadual de Educação teve parte, o trabalho da atualização da Proposta Curricular do Estado, contemplando todas as redes de ensino, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação. 15 - Mato Grosso NR 16 - Ceará Estreitar a articulação e o diálogo com as instituições públicas e privadas que ofertam o Ensino Médio, bem como com as agências formadoras de docentes que atuam ou vão atuar nesse nível de ensino, assegurando a implementação de estratégias de trabalho que viabilizem sua concretização. 17 - Paraíba NR		
---	--	--

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre o poema “Tecendo a Manhã” de João Cabral de Melo Neto, vemos que sempre dependeremos de outras pessoas, até mesmo para realizar atividades que julgamos individuais. Tecendo os fios, formando tendas na busca do amanhã, para a melhoria do Ensino Médio no País, assim deve ser a parceria das diferentes instituições públicas. Isso se aplica à Resolução nº 2/2012, que foi objeto desta pesquisa, observa-se que os resultados do estudo tornam-se uma medida para ser desenvolvida em toda a realidade brasileira, com as especificidades de cada região, em uma visão sistêmica das diferentes instâncias Estadual, Municipal e Federal.

As considerações sobre este estudo refletem o processo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), nos sistemas, bem como o mapeamento e os desdobramentos da prática de acordo com o Parecer CEB/CNE nº 5/2011, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2011 e Resolução nº 2/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nos citados sistemas de ensino público Federal, Estadual e Municipal, e, por fim, como se a sua aplicabilidade na prática.

Os dados apresentados neste produto, bem como o conjunto de informações relacionado à Educação Básica, após ser sistematizado e disponibilizado para subsidiar os Conselheiros do CNE em suas atribuições refletem a realização de estudos e debates cujos objetivos são subsidiar o Conselho Nacional de Educação para revisão de normas, reflexões que facilitem a indução de políticas educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

Conclui-se, após analisar as respostas, que os entrevistados demonstram, por unanimidade, que existe interesse na implantação da DCNEM, porém, que precisam repensar e reinventar novas metodologias. A motivação das escolas, dos professores e dos alunos indica que dentro das possibilidades apresentadas há eficiência na gestão dos processos, e a busca por uma melhor qualidade do ensino. Sabe-se, porém, que há muito que caminhar para se alcançar os objetivos propostos

pelas respostas oriundas do documento encaminhado via email, observa-se que os entrevistados expressam interesse na discussão sobre o Ensino Médio.

Os participantes das respostas desta documentação estão inseridos nos seguintes grupos: Secretários Estaduais de Educação, Diretores, Gestores, Conselheiros, equipe de apoio, coordenadores, e equipe de trabalho. Verificamos que somente a união das instituições na discussão, no diálogo, é que possibilita a evolução na educação.

Observa-se, assim que uma avaliação reflexiva aponta êxitos e dificuldades na realização do trabalho de consultoria, devido à diversidade de realidades do país, em diferentes locais, bem como apontar sugestões reais de melhoria da realidade educacional presenciada.

Comprovamos e concluímos que a gestão criativa, competente e participativa empregando uma visão sistêmica, numa perspectiva de Interrelação entre SEE e CEE é o grande passo para acertos. Os líderes abraçam a causa, e superam todos os obstáculos, apresentando grande interesse, satisfação e resultados.

Sobre esta discussão, as sugestões que se seguem:

- Realizar Fóruns e/ou Seminários Estaduais;
- Realizar encontros com Conselhos Estaduais de Educação;
- Elaborar documentos técnicos, a partir das discussões, que já são ações empregadas e em realização.

Mas, vale evidenciar a ação apontada a seguir:

Discutir o Ensino Médio, sua realidade, seu currículo e os reais interesses de acordo com a demanda, possibilita a ampliação da discussão sobre esse grau de ensino no país.

O estudo leva à conclusão de que é possível executar e realizar uma proposta de reformulações e adequações, que promoverá grandes mudanças no Ensino Médio brasileiro.

Com a participação de todos os envolvidos, e conhecendo a importância de do debate, e discussão sobre o tema Ensino Médio, constatamos a presença de vários fatores que dificultam a execução do proposto, tais como, a vontade política para investir na organização, investimento na formação dos profissionais da

educação ainda insipiente e revisão da carga horária do Ensino Médio, dentre outros constantes da tabela abaixo.

Apontamento s Relevantes	Apontamentos frágeis a considerar	Proposta sugestões e
As inovações, a adoção de um currículo organizado em blocos de disciplinas em decorrência de a escola haver registrado nos últimos anos, indicadores de evasão escolar acentuados. O Programa Ensino Médio Inovador que tem como objetivo garantir a formação integral do estudante. Este programa diferencia-se do Ensino Médio regular no que diz respeito ao redesenho curricular e carga horária. A Secretaria de Estado da Educação com o intuito de promover uma maior participação da comunidade escolar nas discussões	Por se tratar de uma organização de currículo que possibilita as escolas autonomia para implementação de seus currículos, muitas escolas ainda encontram dificuldades de planejar suas atividades curriculares na perspectiva dos 04 (quatro) eixos de integração, trabalho ciência, cultura e tecnologia, assim como na organização por área de conhecimento, associado aos macros campos obrigatórios e não obrigatórios do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI. A principal dificuldade diz respeito aos recursos financeiros. Necessidade de aporte financeiro. Os PPPs não são implementados em conformidade com as DCNEM; Ausência de uma Base Curricular mínima para o Ensino Médio; O ENEM, em alguns itens da avaliação, contradiz as DCNEM. Dissociação do Setor Pedagógico da SEED com o Setor de Ensino Médio; Não monitoramento eficaz da SEED às Unidades escolares para análise dos PPPs e das ações da Coordenação Pedagógica; Falta de maiores investimentos financeiros em ações de formação continuada para os docentes, coordenação pedagógica e gestores escolares, organizadas pela SEED para com as escolas de Ensino Médio. Apesar de não existirem dificuldades para a implementação das diretrizes, o cenário atual da Rede Pública Estadual de Ensino ainda é de compreensão e apropriação das DCNEM. O processo de construção das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio vem aproximando as DCNEM das unidades escolares e o Pacto Ensino Médio Bahia, cujo formato assegura a realização da formação continuada dos professores de todas as áreas do conhecimento nas unidades escolares, vem contribuindo para os avanços na compreensão da base conceitual das DCNEM Podem ser consideradas dificuldades quanto à implementação das DCNEM: A obrigatoriedade de implementação da disciplina Filosofia e Sociologia em todos os anos do curso, haja vista dificuldade de provimento de professores acarretada pela falta de disponibilidade profissionais	Realizar Fóruns Seminários e/ou Estaduais. Realizar encontros com Conselho Estaduais de educação. Elaborar documentos técnicos, a partir das discussões Construir estratégias que assegurem o debate, em cada escola estadual, das implicações das diretrizes curriculares nos projetos pedagógicos. Pressupõe formação continuada, fortalecimento dos colegiados e da ação da equipe de gestão político-pedagógica.

das ações pedagógicas desenvolvidas pelas	formados na área; A indicação da Matemática como área de conhecimento, disposta, atualmente, por uma única disciplina, pode propiciar uma leitura de isolamento em relação às outras, o que vai de encontro à proposta global das DCNEM. O tratamento dos temas transversais de forma a colaborar com a construção do currículo, o que, muitas vezes, ocorre de forma desassociada ao percurso formativo desenvolvido nas disciplinas. A SEESP, como órgão Central e também contando com seus representantes oficiais nas Diretorias Regionais de Ensino, buscando uma relação dialógica, tem realizado visitas, reuniões, encontros, Orientações Técnicas, videoconferências e cursos que visam à implementação efetiva do Currículo estadual assim como seguir os marcos normativos nacionais de toda a Educação Básica.	
---	--	--

Para encerrar a conclusão, encaminhamos sugestão de realização de Seminário Nacional após a realização desta pesquisa.

O Tema sugerido é “**Os impactos e ações realizadas após a aplicação das DCNEM.**”

.A seguir a **Composição**¹³ da equipe do CNE e CEB:

Presidente do Conselho Nacional de Educação: Gilberto Gonçalves Garcia

Conselheiros da Câmara de Educação Básica:

- ü Luiz Roberto Alves (Presidente da Câmara)
- ü Antonio Carlos Caruso Ronca (Vice-Presidente da Câmara)
- ü Antonio Cesar Russi Callegari
- ü Antonio Ibañez Ruiz
- ü Francisco Aparecido Cordão (DCNEM))
- ü José Fernandes de Lima (DCN Educação Básica 2013)
- ü Malvina Tânia Tuttman

¹³ http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=754&catid=323%3Aorgaos-vinculados&id=14305%3Acne-composicao&option=com_content&view=article. Consultado em 12-04-2015

- ü Maria Beatriz Moreira Luce (Membro nato)
- ü Nilma Lino Gomes
- ü Raimundo Moacir Mendes Feitosa(DCN Educação Básica 2013)
- ü Rita Gomes do Nascimento

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Atos Normativos do Conselho Nacional de Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?Option=content&task=section&id=7&Itemid=206> > Acesso em 20 de mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Legislação**. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em 27 de mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU 23.12.1996.

BRASIL. **Melhores Práticas em Escolas de Ensino Médio no Brasil**. Brasília: INEP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB nº 2/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos humanos/MEC, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8.035/2010**, que trata da instituição do *Plano Nacional de Educação* para novo decênio.

CARVALHO, M. J. S., TOGNI, A. C. **A escola noturna de Ensino Médio no Brasil**. *Revista Ibero-Americana de Educação*. OEI, nº 44, maio-agosto 2008.

CURY, C. R. J. **O Ensino Médio no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*. V.38, nº 134, maio/agosto 2008.

DAYRELL, J. et alli. **O aluno do Ensino Médio: o jovem desconhecido, in Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**. TV Escola. Ano XIX. Boletim 18. Brasília: MEC. novembro 2009.

DICK, H. **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história**. São Paulo: Loyola, 2003.

GOMES, C. A. G. (org.). **A nova LDB: uma lei de esperança**. Brasília: Universa – UCB, 1998.

KUENZER, A. (org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. M. (Org.). **Ensino Médio e educação profissional: desafios da integração**. Brasília: Unesco, 2009.

SAVIANI, D. **A educação musical no contexto da relação entre currículo e sociedade.** Revista HISTEDBR *on line*, nº 1, 2000. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/reder2.html> > Acesso em 1º abril de 2015.

UNESCO: AUR, B. A. **Integração entre o Ensino Médio e a educação profissional.** In: REGATTIERI, (2009).

UNESCO: **Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos.** Brasília: UNESCO, OREALC, 2008.

ZIBAS, D. et alli (org.). **O Ensino Médio e a reforma da educação, da escola e das políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ANEXO 1 - OFÍCIO N.16

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SGAS Av. L2 Sul Quadra 607 Lote 50

70200-670 Brasília DISTRITO FEDERAL

OFÍCIO nº 16/CEB/CNE/MEC/2015

Brasília (DISTRITO FEDERAL), 20 de fevereiro de 2015.

Ao Presidente do Conselho Estadual de Educação

Assunto: Pesquisa sobre acompanhamento da Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

1. O Conselho Nacional de Educação (CNE), no exercício de suas funções e responsabilidades com a política nacional de educação e assessoramento ao Ministério da Educação (MEC), necessita estar continuamente informado sobre o cumprimento das orientações e normas emanadas pela legislação educacional brasileira, identificando medidas necessárias à adequação de seus atos para atender aos avanços e modernização da educação brasileira, avaliando os impactos destes atos na sociedade.

2. Tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 5/2011 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, este Conselho está realizando um estudo analítico sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio nas escolas das redes oficiais de ensino. Nesse sentido, solicita-se a participação desse Conselho Estadual de Educação respondendo ao questionário em anexo, que tem por objetivo levantar atos normativos exarados pelos Conselhos e ações desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais de Educação.

3. O instrumento de coleta de dados deve ser encaminhado para o seguinte endereço eletrônico até o dia 10 de março de 2015: profvaleria10@hotmail.com

4. Contamos com a parceria e o empenho dos Conselhos e das Secretarias Estaduais de Educação para que os resultados do estudo possam contribuir para a melhoria do Ensino Médio brasileiro.

Atenciosamente,

LUIZ ROBERTO ALVES

Presidente da Câmara de Educação Básica

ANEXO 2 - OFÍCIO N.17

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SGAS Av. L2 Sul Quadra 607 Lote 50 70200-670 Brasília DISTRITO FEDERAL

OFÍCIO nº 17/CEB/CNE/MEC/2015

Brasília (DISTRITO FEDERAL), 20 de fevereiro de 2015.

Ao Exmo (a)). Senhor (a)

Secretário (a) Estadual de Educação

Assunto: Pesquisa sobre acompanhamento da Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

1. O Conselho Nacional de Educação (CNE), no exercício de suas funções e responsabilidades com a política nacional de educação e assessoramento ao Ministério da Educação (MEC), necessita estar continuamente informado sobre o cumprimento das orientações e normas emanadas pela legislação educacional brasileira, identificando medidas necessárias à adequação de seus atos para atender aos avanços e modernização da educação brasileira, avaliando os impactos destes atos na sociedade.
2. Tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 5/2011 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, este Conselho está realizando um estudo analítico sobre o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio nas escolas das redes oficiais de ensino. Nesse sentido, solicita-se a participação dessa Secretaria Estadual de Educação respondendo ao questionário em anexo, que tem por objetivo levantar atos normativos exarados pelos Conselhos e ações desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais de Educação.
3. O instrumento de coleta de dados deve ser encaminhado para o seguinte endereço eletrônico até o dia 10 de março de 2015: profvaleria10@hotmail.com
4. Contamos com a parceria e o empenho das Secretarias e dos Conselhos Estaduais de Educação para que os resultados do estudo possam contribuir para a melhoria do Ensino Médio brasileiro.

Atenciosamente,

LUIZ ROBERTO ALVES

Presidente da Câmara de Educação Básica

ANEXO 3 – INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS SEE e CEE.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DESTINADO AOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E DO DISTRITO FEDERAL

Em cada uma das questões a seguir, assinale com um X **SIM** ou **NÃO** justificando, quando couber, e anexando documentos solicitados.

A PARTIR DO PARECER CEB/CNE Nº 5/2011 E DA RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, RESPONDA, POR FAVOR:	SIM	NÃO
1. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?		
Em caso AFIRMATIVO, qual a metodologia utilizada. Se possível, descrever resumidamente e anexar documento(s) pertinente(s). R.		
2. Em seu estado existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio que se relaciona ao Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?		
Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente e anexar documento(s) que considerar necessário(s) R.		
3. O Conselho Estadual de Educação participa e/ou promove junto com a Secretaria de Estado da Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?		
Em caso AFIRMATIVO, informar, por gentileza, as ações já realizadas ou em realização e as previstas. R.		
4 Destacar, entre as ações citadas, aquela(s) que esse Conselho de Educação considera como mais relevante(s), para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. R.		

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DESTINADO AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E A DO DISTRITO FEDERAL
--

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DESTINADO AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E A DO DISTRITO FEDERAL

Em cada uma das questões a seguir, assinale com um X **SIM** ou **NÃO**, justificando, quando couber, e anexando documentos solicitados.

A PARTIR DO PARECER CEB/CNE Nº 5/2011 E DA RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, RESPONDA, POR FAVOR:	SIM	NÃO
1. A Secretaria de Educação recebeu as Diretrizes Curriculares atuais para o Ensino Médio?		
Em caso AFIRMATIVO, indicar a fonte.		
2. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio junto à Secretaria de Estado da Educação?		
Em caso AFIRMATIVO, qual a metodologia utilizada para este acompanhamento? Descrever resumidamente, por gentileza.		
2.1 A Secretaria de Estado da Educação tem apoiado as escolas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?		
Em caso AFIRMATIVO, destacar entre as ações desenvolvidas aquelas que consideram mais relevantes.		
3. A Secretaria de Estado da Educação tem desenvolvido programas para o fortalecimento do Ensino Médio, a partir de 2011?		
Em caso AFIRMATIVO citar o(s) Programa(s) e anexara proposta, se possível. R.		
4. Na Rede Estadual de ensino existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio?		

Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente. Anexar documentos, por gentileza. R.		
5. A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltadas para a implementação da Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.		
Em caso AFIRMATIVO, informe as ações já realizadas, em realização ou previstas. Anexe documentos. R.		
6. A Secretaria de Estado da Educação analisa com a equipe pedagógica da escola e com o corpo docente o processo de implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio? R.		
7. Existem dificuldades quanto à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?		
Em caso AFIRMATIVO, indicar a(s) dificuldade(s) encontrada(s) R.		
A Secretaria de Educação tem participado do Fórum do Ensino Médio? R.		

ANEXO 4 – RESULTADOS CONSOLIDADOS

Resultados consolidados, de cada estado: SEE

Em cada uma das questões a seguir, assinale com um X SIM ou NÃO justificando, quando couber, e anexando documentos solicitados.

A PARTIR DO PARECER CEB/CNE Nº 5/2011 E DA RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO (DCNEM), RESPONDA, POR FAVOR:

1. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio? Em caso AFIRMATIVO, qual a metodologia utilizada. Se possível, descrever resumidamente e anexar documento(s) pertinente(s).

Tem sim, acompanhado a implantação.

CEE criou um fórum para avaliar, monitorar e propor políticas para a aplicação das DCN's no Estado do Pará, conforme mostra os anexos A (Parecer 366/ 2012 - Criação do Fórum do Ensino Médio), B (Regulamento do Fórum do Ensino Médio), C (Resolução 333/2012 – institui a criação do Fórum do Ensino Médio). A SEDUC enviou proposta de alteração na Matriz Curricular do Ensino Médio Diurno, sendo analisada pelo CEE e gerado o Parecer nº 251/2012, que aprovou a proposta Curricular para o Ensino Médio Diurno para ser implantada nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Parecer disponível no site do Conselho: www.ceepi.pro.br.

A SEDUC enviou proposta de alteração na Matriz Curricular do Ensino Médio Diurno, sendo analisada pelo CEE e gerado o Parecer nº 251/2012, que aprovou a proposta Curricular para o Ensino Médio Diurno para ser implantada nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Parecer disponível no site do Conselho: www.ceepi.pro.br

O Conselho Estadual de Educação/AC exarou a Resolução CEE/AC Nº 96/2012, com base no Parecer CEB/CNE Nº 5/2011 e Resolução Nº 02/2012, através de:

- Realização de audiência pública com a participação de técnicos do CEE, diretores, coordenadores de ensino e pedagógico das unidades escolares, para orientar a operacionalização da resolução CEE/AC Nº 96/2012.
- Assessoramento diário às escolas, no esclarecimento de dúvidas dos atos normativos.

Por meio de suas Resoluções o CEE estabelece as normas e procedimentos para o funcionamento das unidades escolares do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Nesse sentido, todos os processos de credenciamento, autorização, reconhecimento etc., são submetidos à análise das Assessorias do Conselho que realizam visita “in loco” com a finalidade de diagnosticar as condições físicas e pedagógicas para o funcionamento, incluindo a sua organização curricular.

É importante destacar que a Rede Estadual de Ensino construiu, com a participação dos professores, o Referencial Curricular que está sendo adotado pelas escolas públicas estaduais.

Foi repassado, logo após a homologação, em formato digital pela Coordenadoria Geral de Ensino Médio – COEM/SEB/MEC. Também deve ter sido entregue uma cópia impressa ao Gerente de Ensino Médio da época.

Mato grosso Sul O Conselho Estadual de Educação verifica a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio na organização curricular das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino que oferecem a etapa do Ensino Médio, por ocasião da análise dos processos de solicitação de credenciamento e de autorização de funcionamento.

Inclusive já exarou norma para atender o sistema estadual de ensino, orientada nos princípios propostos pela Resolução CEB/CNE Nº 2/2012. Embora, essa iniciativa ainda enfrente dificuldades na implantação efetiva, no acompanhamento e na avaliação

2. Em seu estado existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio que se relaciona ao Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente e anexar documento(s) que considerar necessário(s)

Trabalho Inovador tem sido assim:

A ação conjunta entre SEDUC, UFPA, MEC que realizam a formação dos professores do Ensino Médio pelo “Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/ Programa de Formação de Professores do Ensino Médio” que já realizou dois encontros. O primeiro em Maio e o segundo em Dezembro de 2014, os quais tiveram o acompanhamento do CEE- PA, como também a participação das escolas no PROEMI (Programa Ensino Médio Inovador) e no Programa Jovem de Futuro que existe desde 2011 e que em 2013 passaram a integrar o Pacto pela Educação do Pará que tem desenvolvido ações de capacitação, fomento de metodologias próprias em escolas e com professores. Nos anexos D (convite do I Seminário do Ensino Médio), E (convite do II Seminário do Ensino Médio).

A Rede Pública Estadual de Ensino vem desenvolvendo desde 2012 o Programa Ensino Médio Inovador/ Jovem de Futuro, em parceria com o MEC e o Instituto Unibanco. O Programa tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e as demandas da sociedade contemporânea. O estado do Piauí também fez adesão junto ao MEC do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que tem como um dos objetivos fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Este CEE-MA conhece somente experiências pontuais implementadas no contexto do Programa Ensino Médio Inovador. Cita, como exemplo, o Projeto de Educação Sexual desenvolvido pelo Centro de Ensino Eugênio Barros, do município

de Caxias, Maranhão, no Seminário Nacional do Ensino Médio Integral realizado pelo MEC, em Brasília, de 26 a 28 de junho de 2012. (Os documentos pertinentes estão arquivados nos anais do referido Seminário). O projeto partiu do número alarmante de adolescentes grávidas na escola e foi incorporado às disciplinas lecionadas. Os alunos venceram o temor de debater o assunto e de esclarecer suas dúvidas, o que provocou mudança de visão e comportamento entre os estudantes, extinguindo a gravidez adolescente no âmbito escolar.

O trabalho inovador referente ao Ensino Médio, foi a aprovação da Proposta de Ampliação da Jornada Diária para as Escolas Públicas do Estado do Acre, através do Parecer CEE/AC Nº 56/2014 e Resolução CEE/AC Nº 172/2014, por solicitação da SEE.

O Estado de Sergipe aderiu ao programa Ensino Médio Inovador, o qual estabelece um currículo diferenciado contemplando três macro-campos: Leitura e Escrita, Acompanhamento Pedagógico e Pesquisa e Iniciação Científica. Toda a base pedagógica do PROEMI encontra-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

As escolas que aderiram ao Ensino Médio inovador apresentam ampliação da carga horária de cinco módulos–aula diários para seis ou sete horas-aula com matriz curricular diferenciada, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação.

Sergipe também integra o Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio, Programa de formação continuada desenvolvido no estado em parceria com o MEC, Universidade Federal de Sergipe e Secretaria de Estado da Educação, com atualmente 1.225 cursistas em formação, dentre professores e coordenadores de ensino que atuam no Ensino Médio em escolas da capital e interior do estado.

As Escolas Estaduais que oferecem o Ensino Médio Inovador, somente elas que proporcionam outras atividades e temáticas que constam no Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012.

Atualmente, a COPEB/SED (Coordenadoria de Políticas para Educação Básica) desenvolve duas frentes de trabalho pedagógico, visando subsidiar o Ensino Médio, o ProEMI (Programa Ensino Médio Inovador) que atende todas as escolas do Estado de Mato Grosso do Sul, que ofertam esta modalidade e o Núcleo de Currículo, que está promovendo um estudo sistemático de reforma nas seguintes

áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Dentro do que é proposto pelo ProEMI, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolveu-se uma parceria, em que surgiu o "Jovem de Futuro", iniciando como um projeto, com o mesmo objetivo, ou seja, melhorar a qualidade, a proficiência e combater a evasão escolar do Ensino Médio. São três os parceiros com a mesma responsabilidade social: a Secretaria Estadual de Educação-MS, Instituto Unibanco e o Ministério da Educação (MEC).

A Secretaria de Estadual de Educação-MS contribui com recursos humanos, coordenando e supervisionando as escolas envolvidas no projeto Jovem de Futuro.

O Instituto Unibanco fornece o Sistema de Gestão de Projetos (SGP/IU), pelo qual as escolas podem acompanhar todo o trabalho executado em sua unidade e as Metodologias, que capacitam gestores, professores e estudantes, buscando a realização das atividades que venham atingir as metas estabelecidas.

O Ministério de Educação (MEC), por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), fornece um aporte financeiro anual respeitando o quantitativo de estudantes da escola, responsável por financiar os materiais de custeio e de capital, necessários para a execução das atividades elencadas, visando alcançar as metas estipuladas:

- Aumentar em 25 pontos os índices de proficiência mensurados pelo SAEMS (Sistema de Avaliação Externa do Mato Grosso do Sul);
- Diminuir em 50% a classificação escolar mensurada no SAEMS como muito crítico e crítico, dentro da escala de proficiência;
- Diminuir em 40% a evasão escolar no Ensino Médio registrado, segundo censo escolar do ano anterior à vigência de cada ciclo instituído no projeto;
- Para obtermos o sucesso esperado, dentro destas ações e conseguirmos atingir as metas, ficaram acordadas as seguintes atribuições a cada um dos parceiros;

- Formações ofertadas pelo Instituto Unibanco, capacitando coordenação, supervisão e gestão escolar que atuarão diretamente na escola para acompanhamento das ações propostas e executadas;
- O Ministério da Educação (MEC) fornece para a execução financeira das ações elencadas pela escola, um aporte financeiro estabelecido pelo quantitativo de estudantes da escola, por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola);
- A Secretaria Estadual de Educação proporciona às escolas a adesão ao programa, recebendo supervisão e acompanhamento físico financeiro, garantindo suporte às atividades elencadas.

Por meio do ProEMI, recebemos o Documento Orientador fornecido pelo MEC e desenvolvemos ações que promovem o redesenho curricular, distribuído por macro campos que são direcionados por eixos norteadores, responsáveis pelas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, em que estamos trabalhando o Currículo, de forma buscar a integração com o Trabalho, a Tecnologia, a Cultura e a Ciência.

A atualização do Currículo deverá refletir numa melhoria significativa, em que a promoção do estudo, envolvendo diversas áreas de conhecimento, voltada para a capacitação de professores, não somente do Ensino Médio, mas também do ensino fundamental, irá impactar em resultados positivos em todo este processo educacional.

Apesar deste Conselho não ter acompanhado à implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio tomou conhecimento da implantação do Ensino Médio Inovador por meio de Processo encaminhado pela Secretaria Estadual de Educação solicitando deste Colegiado, análise e aprovação das estruturas curriculares da educação básica a serem implantadas a partir de 2012, nas escolas da rede estadual do Rio Grande do Norte, conforme Parecer nº 12/2011 do CEE/CEB/RN, em anexo.

Atualmente em Roraima, 24 instituições de ensino sendo cinco do interior e outras 19 na Capital trabalham com o ProEMI. O programa possui na Matriz Curricular 600 horas destinadas a atividades complementares e outras 400 horas de

aula, perfazendo um total de 1.000 horas por ano e 3.000 horas ao longo dos três anos do Ensino Médio completo.

3. O Conselho Estadual de Educação participa e/ou promove junto com a Secretaria de Estado da Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio? Em caso AFIRMATIVO, informar, por gentileza, as ações já realizadas ou em realização e as previstas

Sim, participa e promove de ações.

A ação do Fórum do Ensino Médio no Estado do Pará se desenvolveu a partir de reuniões com as entidades participantes fórum desde 2012. Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo, o Diagnóstico do Ensino Médio, foi uma das formas de conhecer a situação do Ensino Médio no Estado do Pará, que atende a 80% dessa etapa da Educação Básica no Estado. A realização do diagnóstico, culminou com a realização do Encontro Estadual do Ensino Médio, realizado nos dias 08 e 09 de Maio de 2014, no qual reuniu 250 profissionais das redes pública e privada no auditório David Mufarrej da Universidade da Amazônia, conforme pode ser observado nos anexos F (estudo Diagnóstico sobre o Ensino Médio no Pará), G (Relatório do I Encontro do Ensino Médio), H (Projeto do I Encontro do I Encontro do Ensino Médio), I (Programação do I Encontro do Ensino Médio).

O Conselho participou de eventos como: a) Encontro Interinstitucional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Piauí e Reformulação dos Projetos Curriculares dos cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior Formadoras, b) Seminário Estadual para Reformulação do Ensino Médio. Também é destaque a Participação na Auditoria Operacional na área de educação – Ensino Médio, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, colaborando com a disponibilização de informações e documentos do CEE.

O CEE-MA participou de reuniões juntamente com a SEDUC visando discutir as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, organizou um dia de estudos do Conselho Estadual de Educação sobre o tema e ofereceu contribuições à SEDUC-MA em relação à matéria.

O Conselho Estadual de Educação vem promovendo e participando junto com a Secretaria de Estado da Educação, ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tais como:

- Análise dos Cadernos de Orientações Curriculares do Ensino Médio, realizada em subcomissões, por área de conhecimento, com a participação de conselheiros do CEE/AC, especialistas e professores da rede pública do Estado do Acre; da qual foi exarado o Parecer CEE/AC Nº 79/2012;
- Participação efetiva na implementação das Leis Federais 11.639/2003 e 11.645/2008 através de Fóruns, Seminários;
- Elaboração, apresentação e discussão em Audiência Pública do Parecer CEE/AC Nº 70/2009 – que orienta os Sistemas de Ensino quanto às Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito do Estado do Acre;
- Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 162/2013 – que dispõe sobre Diretrizes Estaduais para a Educação Ambiental;
- Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 168/2013 – que estabelece as Diretrizes, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo, no Estado do Acre;
- Elaboração, apresentação e discussão em audiência Pública da Resolução CEE/AC Nº 169/2013 – que estabelece as Diretrizes Estaduais para a Educação em Direitos Humanos;
- Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 177/2013 – Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 189/2013 – Define Normas Gerais para a Implementação da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito do Estado do Acre;

- Elaboração e Divulgação da Resolução CEE/AC ° 201/2013 – Fixa normas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos Sistemas de Ensino Estadual e Municipais.

O CEE é parceiro em diversas ações realizadas pelas Redes Pública e Particular de Ensino, como seminários e encontros.

Citamos como exemplos o Encontro Pedagógico realizado em outubro de 2014 que contou com a participação de 400 professores que atuam no Ensino Médio e o Seminário do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em Sergipe que teve a participação de 1.200 professores da rede estadual, realizado em fevereiro de 2015.

2014, a Secretaria de Estado de Educação (SED), juntamente com o Conselho Estadual de Educação (CEE) e outras instituições governamentais e não governamentais, elaborou o Plano Estadual de Educação 2014-2024 (PEE-MS), atendendo dispositivo da Lei n.º 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, a partir da Análise Situacional do panorama educacional do estado, mediante dados e pesquisas em fontes oficiais, e contando com a participação ampla da sociedade sul-mato-grossense, o PEE-MS foi concluído em outubro, aprovado pela Assembleia Legislativa em novembro e sancionado pelo governador do Estado em 22-12-2014. Entre as 20 metas desse Plano, a Meta 3 refere-se especificamente à etapa do Ensino Médio, apresentando 23 estratégias para serem cumpridas no prazo de 10 anos, com monitoramento e avaliação periódicas.

Outra ação desenvolvida em parceria com a SED é a de supervisão realizada pelos técnicos da Coordenadoria de Normatização e Políticas Educacionais - CONPED/SED no que se refere às condições de infraestrutura e de organização curricular das instituições de ensino do Sistema que oferecem Ensino Médio a fim de serem credenciadas e autorizadas pelo CEE.

A Secretaria de Educação Desportos de Roraima, assim como esse Conselho, resumiram o diálogo institucional ao processo de aprovação de norma que instituiu o Ensino Médio Inovador Secretaria de Educação e no âmbito desse Sistema Estadual de Ensino.

4 Destacar, entre as ações citadas, aquela(s) que esse Conselho de Educação considera como mais relevante(s), para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Ações mais relevantes para a implementação das DCNEM.

Considerando as dificuldades de implementação das DCN's do Ensino Médio no Estado do Pará, o fórum discutiu amplamente a situação a situação do ENEM que já era adotado pela UFPA e IES privadas como forma de acesso. Nesse sentido, a UEPA, que demandava o currículo para o Ensino Médio estadual, não tinha o ENEM como forma de ingresso nessa universidade. A partir de 2014, o ENEM passou a ser adotado também pela UEPA, ampliando as tarefas do fórum na direção de discutir a construção de um currículo unificado e alinhado ao ENEM. Assim, é necessário destacar o papel da SEDUC na busca por este alinhamento, ao realizar o PROENEM - Projeto de Orientação ao Estudante para o Exame Nacional do Ensino Médio, o qual tem como centro de sua proposta pedagógica, a organização de aulas complementares, nas quais os estudantes terão acesso a questões temáticas sobre atualidades e temas transversais e interdisciplinares, contemplando, prioritariamente os conteúdos do ENEM.

- Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – que vem sendo desenvolvido no estado do Piauí em parceria com o MEC, SEDUC e as Universidades: Federal e Estadual do Piauí, promovendo a formação continuada de 8.693 professores do Ensino Médio que atuam nas escolas da rede pública estadual de ensino;
- Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro – Implantado em 411 escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, correspondendo ao atendimento de 95% do total de escolas.

Temos pleno conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que têm fundamentado a elaboração de nossos Pareceres e Resoluções referentes a essa etapa da Educação Básica.

No que concerne às Diretrizes Estaduais para o Ensino Médio, participamos de reuniões quando de sua elaboração, participamos de encontros para sua

apresentação e discussão e organizamos um dia de estudos do Conselho Estadual de Educação cujo resultado enviamos como anexo.

Anexamos igualmente o questionário remetido por V.Sa. com as devidas respostas.

Permanecemos à disposição de V.Sa. e reafirmando os nossos desejos de permanente parceria e troca de experiência subscrevemo-nos.

Das ações acima listadas a considerada mais relevante é a operacionalização da Resolução CEE/AC Nº 96/2012 para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Estado do Acre.

A formação continuada dos professores e coordenadores pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Essa ação permite que os cursistas organizem um tempo dedicado ao estudo individual, aprofundando e atualizando seu conhecimento, bem como oportuniza os estudos em grupo, os quais são realizados na própria escola em que atuam, fomentando discussões sobre a prática pedagógica, gestão escolar e currículo, favorecendo o diálogo entre as áreas do conhecimento.

Toda a fundamentação pedagógica dos cadernos de estudos utilizados no Pacto está concentrada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, apesar de nossa vontade, não foi consultado/convidado pela Secretaria de Estado da Educação para contribuir com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Destacamos o ProEMI e o Plano Estadual de Educação.

Este Conselho acredita que seu papel deve se estender à formação técnica, instituição de fóruns, seminários e audiências públicas para avaliação do Ensino Médio (dados de aprovação/reprovação/evasão/transferência).

Resultados consolidados, de cada estado: CEE

A PARTIR DO PARECER CEB/CNE Nº 5/2011 E DA RESOLUÇÃO Nº 2/2012, QUE DEFINE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, RESPONDA, POR FAVOR

1. A Secretaria de Educação recebeu as Diretrizes Curriculares atuais para o Ensino Médio? Em caso AFIRMATIVO, indicar a fonte.

- Site do Conselho Nacional de Educação - CNE relativas à aprovação do Parecer 05/2011, e posteriormente, acesso a Resolução 02/2012, área da legislação. 1
- A Seduc obteve via internet, no site do MEC
- Subsecretaria de Educação Básica.
- Através do Ministério da Educação/Coordenação Nacional do Ensino Médio - COEM.
- Documento impresso foi enviado pelo Ministério da Educação à Coordenação do Ensino Médio/SEC-BA.
- Via online, pela Internet, uma versão por correios e outra no Seminário sobre currículo da Educação Básica, em Brasília, em 2013.
- Versão impressa que foi distribuída durante o “Seminário Internacional da Educação Básica: Conhecimento e Currículo” nos dias 04 e 05/07/2013, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional da Educação (CNE). pelo correio, outro exemplar impresso que nos foi enviado pela Jaqueline Moll em nome do MEC. Junto com o exemplar veio a informação do MEC que o material estava disponível no “portal.mec.gov.br”.
- Subsecretaria de Educação Básica. Ressalte-se que a Coordenação de Ensino Médio possui apenas um exemplar impresso das DCNEM.

- A organização e estruturação do Referencial Curricular do Ensino Médio no Estado de Roraima partem de pressupostos definidos para a educação no Brasil, em especial, FUNDEB (Lei nº 11.494/2007), a formulação e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012) ambos atualizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

2. O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio junto à Secretaria de Estado da Educação?

Em caso AFIRMATIVO, qual a metodologia utilizada para este acompanhamento? Descrever resumidamente, por gentileza.

Um fórum para acompanhar, avaliar, propor políticas para o Ensino Médio, assim como a implementação das Diretrizes Curriculares no âmbito do Estado. O Fórum encontra-se em andamento.

Apesar do Conselho não ter acompanhado efetivamente a implantação das Diretrizes, em 2014 o CEE passou a ser o principal parceiro na reestruturação do Plano Estadual de Educação - PEE. Desta forma, as Diretrizes são pauta constante nas discussões para a construção do novo PEE.

Durante a realização da Atualização da Proposta Curricular de SC, o CEE esteve presente como participante/ observador em todo o processo.

A Secretaria de Estado da Educação encaminha ao Conselho Estadual de Educação os projetos voltados ao Ensino Médio que serão desenvolvidos, solicitando a apreciação e posicionamento do órgão.

O Conselho Estadual de Educação acompanha a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio mediante a análise dos processos de solicitação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento encaminhados pelas escolas que ofertam essa etapa de ensino. O

CEE realizou consultas a grupo de professores por disciplinas/área de conhecimento para compreensão do processo de implementação, das dificuldades encontradas e assim contribuir com as medidas de apoio.

Foi repassado, logo após a homologação, em formato digital pela Coordenadoria Geral de Ensino Médio – COEM/SEB/MEC. Também deve ter sido entregue uma cópia impressa ao Gerente de Ensino Médio da época.

O acompanhamento por parte do Conselho Estadual de Educação é realizado, especialmente, através das reuniões com Secretários de Educação e da promoção de seminários/conferências, como o Seminário sobre Educação Integral, ocorrido em São Paulo, acompanhado pelos técnicos desta Secretaria.

Foi formada uma Comissão Especial para tratar de assuntos referentes ao Ensino Médio. Essa comissão foi designada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Presidente, Guiomar Namó de Mello, considerando o disposto no Decreto nº 9.887/1977. A comissão foi regulamentada por meio da Portaria CEE/GP nº 429, de 23-10-2013, com a finalidade de:

- “Levantar os marcos normativos nacionais referentes ao Ensino Médio a partir da Lei 9394/1996 e das diferentes emendas feitas à LDB;
- Acompanhar o debate sobre Ensino Médio em curso no país, identificando concepções, perspectivas e propostas bem como as instituições envolvidas, governamentais e não governamentais;
- Indicar para a biblioteca do CEE estudos e diagnósticos relevantes sobre o Ensino Médio no Brasil ou no exterior e, se for o caso, indicar para ser apresentado em sessão extraordinária do CEE;
- Reavaliar as Diretrizes Curriculares Complementares para o Ensino Médio em âmbito estadual constantes da Deliberação CEE n. 77/2008 e sugerir adaptações, se necessárias;
- “Acompanhar e analisar as políticas e programas para o Ensino Médio adotados na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e preparar proposta de indicação com as contribuições do CEE para o aperfeiçoamento dessas ações.”.

A participação do Conselho de Educação se faz pela anuência, acompanhamento e monitoramento da semestralidade (por meio de relatórios, enviados sistematicamente ao Conselho) e do Currículo em Movimento da Educação Básica.

Através resolução CEE/RR nº 36, de 11 de dezembro de 2012: “Art. 2º Fica o órgão gestor do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação, responsável por encaminhar relatório anual para este Conselho Estadual de Educação, contendo pelo menos: avanços e dificuldades relacionadas ao ensino aprendizagem e a formação continuada, bem como acompanhamento e apoio pedagógico.

2.1 - A Secretaria de Estado da Educação tem apoiado as escolas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio? Em caso AFIRMATIVO, destacar entre as ações desenvolvidas aquelas que consideram mais relevantes.

- A SEDUC/PA aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador. Com o advento das versões para atualizada do Documento Orientador, as escolas foram orientadas na revisão de currículos levar em consideração ao que dispõe as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução 02/2012 de 30 de janeiro;
- O Estado também aderiu ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, onde também, parte da formação, está voltada para discussão sobre as Áreas de Conhecimento do Currículo do Ensino Médio, com previsão de formação de mais de 10.500 professores e técnicos;
- Formação Continuada com os técnicos das Diretorias Regionais de Ensino que repassaram às escolas;
- Divulgação através de documentos oficiais SEDUC/ DRE;
- Formação de Professores;
- Proposta para Revisão Curricular conforme as novas Diretrizes;

- Por meio da atualização da proposta curricular e das Formações Continuadas Centralizada e Descentralizada de todas as áreas e temáticas;
- O acompanhamento da implantação das diretrizes é realizado pelos Analistas Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino mediante visitas in loco nas escolas com o intuito de capacitar professores e servidores, orientar na reformulação do projeto político pedagógico e do regimento escolar. Esta ação será intensificada com a atuação dos Formadores Regionais e Orientadores de Estudo no âmbito da 2ª etapa do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio;
- A SEE construiu em (2008-2010) paralelo as implementações DCNEM, suas Orientações Curriculares, com formação continuada para Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores;
- A SEE elaborou materiais de apoio para os professores desenvolverem atividades acadêmicas;
- A SEE realizou: programas de formação com ênfase na gestão de sala de aula; planejamento e avaliação; desenvolvimento das capacidades leitoras, escritoras e raciocínio; além de iniciação científica;
- A Secretaria de Educação, tão logo recebeu da COEM/SEB/MEC, repassou o Parecer e a Resolução ao grupo gestor (direção e coordenadores pedagógico) de todas as escolas de Ensino Médio, apenas em formato digital. Solicitou que fosse feita a leitura dos documentos e socializado com os professores nos horários de estudos da Hora Atividade.

Ano passado (2014), esses dois documentos foram repassados, também em formato digital, a todos os Orientadores de Estudos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM, uma vez que os 6 Cadernos de Estudos da 1ª etapa tratavam das DCNEM. Então, além dos cadernos todos os professores cursistas do PNEM deveriam fazer a leitura e a discussão desses documentos.

Na atual gestão, vamos reunir com o grupo gestor das escolas de Ensino Médio (houve a mudança de todos os gestores) para a realização de estudos desses

dois documentos para que as unidades escolares façam, no âmbito escolar, as alterações/implementações que já deveriam ter sido feitas há mais tempo.

Inserção da discussão sobre a base conceitual das diretrizes no processo de formação continuado do Pacto Ensino Médio, durante as reuniões semanais das Atividades Complementares (AC), em todas as unidades escolares de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro elaborou uma proposta curricular básica, denominada Currículo Mínimo, organizada por nível e modalidade de ensino, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nas unidades escolares, é acompanhada a partir de constante formação continuada presencial e a distância aos professores da rede, alinhada esta proposta curricular, e de agentes de campo, tais como:

- Mediadores de Tecnologia Educacional, que através de visitas regulares acompanham e formam os professores nas unidades escolares no que tange aos diferentes recursos didáticos e tecnológicos de suporte à implementação do currículo mínimo;
- Mediadores de Leitura, que orientam e acompanham os Projetos de Leitura Escolar (PLE) das unidades escolares, que abarca os temas transversais na unidade escolar;
- Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE), que participam de reuniões planejamento de ações, avaliação e alinhamento de metas coma equipe gestora, corpo docente e discente das unidades escolares e das Regionais Pedagógicas, fornecendo devolutivas à equipe sobre possíveis aprimoramentos pedagógicos;
- Articuladores Regionais, que acompanham a implementação de programas e projetos de ensino.

O Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica (DEGEB) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) orientou as equipes para que os pareceres, as orientações e documentos oficiais encaminhados para a rede sempre utilizassem como referência o Currículo do

Estado de São Paulo, a LDB e também as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

A CGEB, por meio de seus Departamentos, também realizou dois grandes encontros com representantes (nossos Supervisores de Ensino e Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos) das nossas Diretorias Regionais de Ensino durante 2014. Durante esses encontros foi reforçada a importância do estudo e apropriação dos documentos oficiais, inclusive das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Em 2014, esta Secretaria aderiu ao Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) em 2014, cuja primeira Etapa aborda justamente as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, sendo previstos, inclusive, estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) nas escolas como parte da formação.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no ano de 2014, publicou o Currículo em Movimento da Educação Básica – uma construção coletiva dos profissionais da educação do Distrito Federal, que iniciou em 2011.

O Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio é um documento que favorece a interdisciplinaridade, a ressignificação dos conteúdos e conhecimentos construídos pela sociedade, permitindo uma prática pedagógica interdisciplinar, contextualizada, diferenciada e abrangente.

Vale destacar que este documento norteador da práxis pedagógica está em consonância com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio no que tange aos eixos transversais – educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade, aos eixos integradores – ciência, tecnologia, cultura e mundo do trabalho, às linguagens, ao multiletramento e à função precípua do Ensino Médio – formação integral do estudante, bem como a organização da matriz curricular em áreas de conhecimento.

A SEEDISTRITO FEDERAL tem como objetivo promover uma reorganização do espaço-tempo escolar e da proposição de estratégias metodológicas que contribuam para a melhoria dos indicadores educacionais, para o fortalecimento da escola pública e da construção de uma educação referenciada nos sujeitos sociais. Assim sendo, a discussão, estudo e utilização do Currículo no espaço-tempo da

coordenação pedagógica é uma incessante recomendação da SEEDISTRITO FEDERAL para a materialização e concretização desse documento orientador e de reflexão.

Ressalte-se que o Currículo em Movimento está ratificado pelos marcos legais que ancoram a Educação Básica e a Coordenação de Ensino Médio prevê ações tendo como norteadores os documentos que regulam o Ensino Médio com a finalidade de melhorar os indicadores e de fortalecer as possibilidades do estudante no ingresso à universidade, a preparação para o mundo do trabalho e a formação integral do estudante.

O Referencial Curricular do Ensino Médio do Estado de Roraima foi amplamente discutido por profissionais de todas as áreas do conhecimento e componentes curriculares desde 2009. Em 2011 e 2012 as discussões se acentuaram com o propósito de reelaboração, sistematização e revisão de uma proposta curricular que represente os anseios da comunidade escolar. O documento contém algumas mudanças que são pertinentes, dentre elas o desmembramento da Matemática da Ciência da Natureza e suas tecnologias e passa a ser autônoma como área; outra mudança significativa é o acréscimo do quinto tempo e conseqüentemente a redução do tempo hora/aula sessenta minutos para hora/aula cinqüenta minutos sem alteração da contratação do professor.

No ano de 2012, foi aprovado através da resolução CEE/RR nº 36, de 11 de dezembro de 2012, o Referencial Curricular do Ensino Médio, sendo solicitada pelo conselho a implementação no ano subsequente.

No ano 2013, foi aprovado pelo conselho, à prorrogação da implantação e implementação da Nova Matriz Curricular do Ensino Médio, aprovado pelo Parecer nº. 34/12, para o ano letivo de 2015, através da Portaria Nº. 2960/13/SEED/GAB/RR.

Neste ano 2015, a nova Gestão Pedagógica da SEED/RR ao assumir o Departamento da Educação Básica do Estado de Roraima, através de uma análise de dados no Conselho Estadual, foi constatada que desde 2013 não houve nenhum avanço no processo de implementação do currículo, sendo reativado nesse ano letivo de 2015 através de um planejamento de ações para a implantação da Nova Matriz Curricular do Ensino Médio, aprovado pelo Parecer nº. 34/12.

Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio - PNEM; Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI; discussão com as Subsecretarias Regionais de Educação - SREs para construção do Currículo de Referência (currículo Mínimo)

3 - A Secretaria de Estado da Educação tem desenvolvido programas para o fortalecimento do Ensino Médio, a partir de 2011? Em caso AFIRMATIVO citar o(s) Programa(s) e anexara proposta, se possível.

A SEDUC/PA aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador. Com o advento das versões para atualizada do Documento Orientador, as escolas foram orientadas na revisão de currículos levar em consideração ao que dispõe as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução 02/2012 de 30 de janeiro.

O Estado também aderiu ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, onde também, parte da formação, está voltada para discussão sobre as Áreas de Conhecimento do Currículo do Ensino Médio, com previsão de formação de mais de 10.500 professores e técnicos.

- Formação de professores do Ensino Médio – Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio;
- Programa Ensino Médio Inovador;
- Programa Ensino Médio Noturno;
- Programa Acerte os Ponteiros com o ENEM.

A SED atua no fortalecimento do Ensino Médio por meio de:

- Ensino Médio Inovador/Integral (www.mec.gov.br)
- Atualização da Proposta Curricular; (www.propostacurricular.sed.sc.gov.br)
- Ensino Médio Integrado a Educação Profissional
- Programa Estadual de Novas oportunidades de Aprendizagem/ PNOA;

- Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio- PNEM. (www.sed.sc.gov.br)

Em 2012, após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores, criado em 2004, foi remodelado com o objetivo de possibilitar o aprimoramento das práticas pedagógicas relacionadas às temáticas descritas nas diretrizes (Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura).

Outro programa que foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação denomina-se Reinventando do Ensino Médio. Em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, o programa, que vigorou entre os anos de 2012 e 2014, tinha como propósito promover uma reformulação curricular da rede pública de Ensino Médio integrando os conteúdos das áreas de empregabilidade ao conteúdo estabelecido pelo Currículo Básico Comum (CBC).

Em parceria com o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria de Estado da Educação integra o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, promovendo a formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio.

A Secretaria de Estado da Educação também desenvolve o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). O propósito deste programa é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do Ensino Médio não profissional. Esse programa é uma das ações que compõem a política nacional para a melhoria do Ensino Médio.

Outras parcerias da Secretaria de Estado da Educação que contribuem para o fortalecimento do Ensino Médio merecem destaque.

O ILEP (International Leaders in Education Program) é uma iniciativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) com o objetivo de oferecer oportunidade para professores de inglês das mais diversas partes do mundo participem de curso de aperfeiçoamento de cinco meses nos Estados Unidos. Segundo a Embaixada Americana, o objetivo desse intercâmbio é o "fortalecimento da excelência no ensino

da língua inglesa, um conhecimento mais aprofundado das melhores práticas em metodologias de ensino, planejamento de aula e uso da tecnologia na educação".

O Programa Jovens Embaixadores busca beneficiar alunos brasileiros da rede pública de ensino que são exemplos em suas comunidades por meio de sua liderança, atitude positiva, consciência cidadã, excelência acadêmica, e conhecimento da língua inglesa. Os selecionados viajam em janeiro para um programa de três semanas nos Estados Unidos. A experiência de ser um Jovem Embaixador oferece a esses estudantes a oportunidade de expandirem seus horizontes.

A Secretaria de Estado de Educação, em parceria com o Ministério de Educação, Cultura e Desporto da Espanha vem realizando, desde 2006, Cursos de Atualização para Professores de Língua Espanhola, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos dos conteúdos específicos e metodológicos da língua, bem como atender à Lei n. 11.161, de 05 de agosto de 2005 que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. A Secretaria de Estado de Educação divulga o Curso, acompanha todas as fases de seleção, organiza-o e responsabiliza pelos gastos financeiros para a realização do mesmo e os professores são certificados através da MAGISTRA.

O Parlamento Jovem Brasileiro possibilita aos alunos de Ensino Médio de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, em que os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens.

Já o Programa Parlamento Juvenil do Mercosul é uma ação que promove a participação dos estudantes de Ensino Médio público dos países do Mercosul, servindo como espaço para encontro e diálogo a partir da discussão de temáticas de interesse comum e com foco na formação política e cidadã da juventude. A partir do questionamento "o Ensino Médio que queremos", são trabalhados 5 (cinco) eixos temáticos: inclusão educativa, gênero, jovens e trabalho, participação cidadã dos jovens e direitos humanos. Os parlamentares juvenis estaduais tem mandato de 2 anos e durante esse período participam de diversas ações de integração e formulação de propostas para melhoria do Ensino Médio.

Ampliação da Jornada escolar, a partir do 6º tempo.

A Secretaria fez adesão ao Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, da COEM/SEB/MEC. Temos 32 escolas nesse Programa. Nessas escolas temos ampliação de Carga Horária (5h diárias) e as escolas escolhem as Atividades Integradoras que vão oferecer aos alunos. Ao que compete a Secretaria para desenvolver o ProEMI está sendo feito, o acompanhamento e o monitoramento das escolas que fazem parte do ProEMI. Foi organizado uma Matriz Curricular diferenciada a essas escolas e aprovada pelo CEE/AP.

A Secretaria de Educação também fez a adesão no final de 2013 ao PNEM (já mencionado acima) e 87 escolas participam da Formação, com cerca de dois mil professores como cursistas que fazem formação continuada.

O Programa Ensino Médio EM-Ação foi criado em 2012, numa parceria entre SEC e Universidades (UESC, UESB, UNEB, UEFS e UFRB), como uma iniciativa de fortalecimento do Ensino Médio. Estruturado em três vertentes (formação de professores, suporte pedagógico aos estudantes e produção de matérias didático), enfatizou os processos de ensino e da aprendizagem de conteúdos curriculares da Base Nacional Comum do Currículo, promovendo a formação continuada de professores em Língua Portuguesa e Matemática e a realização de monitorias, no turno oposto, para os estudantes. O Programa vigorou até o ano de 2013, quando foi absorvido pelo do Pacto Ensino Médio Bahia.

Registramos o desenvolvimento dos seguintes programas junto à Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Detalhamentos em anexo): Currículo Mínimo; Reforço Escolar; Programa Estadual de Leitura; Programa de Tecnologia Educacional; EJA Ensino Médio; Programa de Educação Integral com proposta curricular inovadora, denominada Solução Educacional para o Ensino Médio.

A SEESP tem Currículo próprio desde 2008, Currículo este pautado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e desde então vem desenvolvendo um Programa denominado São Paulo Faz Escola (<http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola> acesso em 09/03/2015), para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Além do próprio Currículo a SEESP disponibiliza materiais de apoio como Cadernos de Orientações Pedagógicas destinadas aos professores, com exemplos de Situações de Aprendizagem e Cadernos para os alunos desenvolverem essas Situações de Aprendizagem em todas as disciplinas. Para implementação do mesmo, a SEESP desenvolveu várias

Orientações Técnicas e cursos de formação para nossos representantes nas Diretorias Regionais de Ensino e para os Educadores nas nossas Unidades Escolares. Esse material de apoio e as formações já passaram por revisões e atualizações, e desde 2012, também temos utilizado as Diretrizes Curriculares Nacionais como referência.

A SEESP, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP), tem oferecido o Programa (curso) Currículo e Prática Docente (CPD) aos professores da rede.

O CPD aborda conteúdos, estratégias e metodologias em consonância com o Currículo implementado em 2008, que, ao serem inseridos na rotina escolar - trabalhados com os alunos dos Ensinos Fundamental (EF) dos Anos Finais, Ensino Médio (EM) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), favorecem resultados positivos nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando assim, a qualidade da Educação no Estado de São Paulo.

O Programa Currículo e Prática Docente foi realizado em 2014 na modalidade à distância e com a realização obrigatória de uma vivência, exclusivamente para professores do Ensino Médio nas disciplinas de Biologia, Filosofia, Física, Química e Sociologia (<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=6258> – acesso em 09/03/2015).

A SEESP também possui o Programa de Novo modelo de Escola de Tempo Integral que começou especificamente com escolas de Ensino Médio e hoje atende 257 Unidades Escolares. Nesse novo modelo a jornada é de até nove horas e meia, incluindo três refeições diárias. Na matriz curricular, os alunos têm orientação de estudos, preparação para o mundo do trabalho e auxílio na elaboração de um projeto de vida. Além das disciplinas obrigatórias, os estudantes contam também com disciplinas eletivas, que são escolhidas de acordo com seu objetivo (<http://www.educacao.sp.gov.br/escola-tempo-integral> - acesso em 09/03/2015). Observação: em 2015 o Programa foi ampliado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental com 17 Unidades Escolares participantes.

Outro Programa de destaque é o Centro de Estudos de Línguas (CEL) que oferece cursos no contra turno para alunos do Ensino Fundamental Anos Finais,

Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente ao estado possui 227 unidades onde são desenvolvidos cursos de inglês, espanhol, italiano, francês, alemão, japonês e mandarim em diversas regiões (<http://www.educacao.sp.gov.br/centro-estudo-linguas> - acesso em 09/03/2015).

Merece destaque também a Feira de Ciências promovida pela SEESP para alunos da rede estadual. Em sua primeira versão, ocorrida em 2013, a Feira foi direcionada aos alunos do novo modelo de Escola de Tempo Integral e em 2014 foi ampliada para todas as Unidades Escolares da rede pública. A Feira contou com a participação de alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e principalmente com alunos do Ensino Médio (<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/jovens-vencedores-da-feira-de-ciencias-da-educacao-recebem-premios-nesta-sexta-12-> acesso em 09/03/2015).

Outro importante destaque deve ser dado a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo (EVESP) criada, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com a finalidade de oferecer programas educacionais regulares, especiais e de capacitação em situações que requeiram atendimentos a necessidades de grupos específicos da população (<http://www.educacao.sp.gov.br/evesp/cursos/NovaExibicao/Home.aspx> - acesso em 09/03/2015).

Sob supervisão pedagógica da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), a EVESP desenvolve programas e cursos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as deliberações do Conselho Estadual de Educação. Dentre várias opções de cursos temos um especificamente para os alunos do Ensino Médio das escolas regulares e também da EJA: Cursinho Pré-Universitário Online onde os alunos podem fazer simulados virtuais e estudar o conteúdo com questões baseadas nas últimas provas do Enem e Fuvest. O curso é uma ferramenta voltada para o desenvolvimento dos alunos, visando prepará-los para a vida profissional e auxiliar os que desejam continuar os estudos após o término do Ensino Médio.

A EVESP também possibilita acesso ao Geekie Games principalmente para alunos do Ensino Médio interessados em prestar o ENEM e professores de escola pública.

Ainda pela EVESP podemos citar os seguintes cursos que são ofertados aos alunos: Inglês Online – para alunos do Ensino Médio regular e EJA; Libras Online – para alunos da rede com ou sem deficiência auditiva; Espanhol Online – para alunos do Ensino Médio regular e EJA entre outras opções.

Visando as ações de recuperação e reforço a SEESP desenvolve a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP). Essa avaliação tem como objetivo identificar o nível de aprendizagem dos alunos e serve como parâmetro para ações de recuperação e reforço.

A Avaliação conta com questões de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como base o Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Ela é realizada duas vezes ao ano (início do 1º semestre e início do 2º semestre) e é aplicada para alunos do Ensino Fundamental e para todas as séries do Ensino Médio (<http://www.educacao.sp.gov.br/avaliacao-aprendizagem> - acesso em 09/03/2015).

A SEESP iniciou em 2014 o Currículo + que, a partir de uma plataforma online, oferta conteúdos digitais (vídeos, vídeo aulas, jogos, animações, simuladores e infográficos), articulados com o Currículo do Estado de São Paulo. Esses conteúdos podem ser utilizados para recuperação, reforço e aprofundamento curricular. Os conteúdos são destinados a todos os segmentos da Educação Básica e atualmente o Ensino Médio possui o maior número de conteúdos disponíveis (<http://curriculomais.educacao.sp.gov.br> – acesso em 09/03/2015).

Para que os professores, a equipe escolar e a equipe do Núcleo Pedagógico de nossas Diretorias Regionais possam criar projetos que ampliem, enriqueçam, aprofundem temas em estudo, e também beneficiem alunos com dificuldades de aprendizagem de um determinado conteúdo escolar, A SEESP criou Programa Projetos Descentralizados (PRODESC).

Os Educadores de nossa rede são estimulados a propor estratégias metodológicas inovadoras e diversificadas para propiciar aos alunos uma aprendizagem mais significativa e duradoura dos conteúdos de ensino, um conhecimento menos fragmentado, mais contextualizado e próximo do seu cotidiano. Para criar, dentro do ambiente escolar, condições que favoreçam esse propósito, são destinados recursos financeiros para custear a aquisição de materiais e a contratação de serviços necessários para o aprimoramento da prática

pedagógica, por meio desse Programa. As escolas elaboram seus projetos e submentem a avaliação de nossas Diretorias Regionais de Ensino. Isso contribui com a autonomia das Unidades Escolares (<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?alias=www.rededosaber.sp.gov.br/portais/cadprojetos&> - acesso em 09/03/2015).

Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade: Ensino Médio.

Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

Orientação Pedagógica: Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas.

Diretriz de Avaliação Ressalta-se o caráter de construção coletiva dos documentos supracitados, ratificando a visão de fortalecer a voz e expressão viva do coletivo integrado da escola e a ampla participação de todos os atores envolvidos no processo educativo para a elaboração de documentos norteadores de toda a ação educativa.

PROEMI. PNEM. PACTO Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. PRONATEC. PROEMI. EMI

4 Na Rede Estadual de ensino existem algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio? Em caso AFIRMATIVO, descrever resumidamente. Anexar documentos, por gentileza.

As inovações, a adoção de um currículo organizado em blocos de disciplinas pela E.E. Presidente Costa e Silva, proposto em 2011, em decorrência da escola haver registrado nos últimos anos, indicadores de evasão escolar acentuados.

O Programa Ensino Médio Inovador; Geekie Games - Plataforma de preparação para o ENEM.

Ensino Médio Inovador, que tem como objetivo garantir a formação integral do estudante. Este programa diferencia-se do Ensino Médio regular no que diz respeito ao redesenho curricular e carga horária.

A Secretaria de Estado da Educação com o intuito de promover uma maior participação da comunidade escolar nas discussões das ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas de Ensino Médio criou o Programa Dia D. O programa envolve a participação de educadores e familiares para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica em busca do aprimoramento e qualidade do Ensino Médio.

O Programa Aprendizagem para o Domínio propõe o funcionamento de uma escola de Ensino Médio diferenciada com a opção de tempo integral sintonizada com as demandas educacionais contemporâneas por meio de uma nova proposta de organização curricular.

A SEE implementou, entre 2012-2014, ampliação da jornada escolar, a partir de oficinas que articulam com temas interdisciplinares possibilitando ao aluno ampliação do conhecimento. Somente o acompanhamento/monitoramento das escolas com o Ensino Médio Inovador. EMITEC é o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica que se constitui como alternativa pedagógica para atender a jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso), em relação a centros de ensino-aprendizagem onde não há oferta do Ensino Médio. Atende a jovens e adultos de localidades que apresentam carência de profissionais com formação específica, em determinadas áreas do currículo.

O desenvolvimento dos seguintes programas inovadores, voltados ao Ensino Médio, junto à Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Detalhamentos em anexo):

Programa de Educação Integral com proposta curricular inovadora, conforme Deliberação CEE nº 344/2014, denominada Solução Educacional para o Ensino Médio, que compreende os seguintes modelos: Modelo em Tempo Integral Pleno; Modelo em Tempo Integral, com estruturas curriculares ampliadas; Modelo em Tempo Integral articulado com Educação Profissional; Modelo em Tempo Parcial, aplicado nas escolas regulares; Modelo em Tempo Integral Intercultural; Modelo em

Tempo Integral de Curso Normal de Nível Médio; Modelo em Tempo Parcial de Educação de Jovens e Adultos. Todos os Programas citados na questão anterior são inovadores ou apresentam aspectos de inovação.

No início do ano letivo (2015), foi realizado o encontro de entrega das Diretrizes para a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade. O evento contou com a participação de representantes das Coordenações Regionais de Ensino, Gestores das Unidades de Ensino Médio, representantes da Subsecretaria de Educação Básica e da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional.

A apresentação do documento realizou-se por meio do diálogo entre os atores sociais responsáveis pelo Ensino Médio, evidenciando o respeito e a responsabilidade no processo de construção dessa Política Pública.

As Diretrizes da Semestralidade têm por objetivo uma nova forma de organização dos tempos e espaços escolares, favorecendo aprendizagens e consolidando novos conhecimentos que visam ao desenvolvimento do senso crítico e da autonomia intelectual. Busca a construção de aprendizagens mais significativas a partir da abertura para as culturas locais e para as novas dinâmicas de sociabilidades tecnológicas vigentes.

No processo de elaboração, buscou-se respeitar a identidade de cada Unidade Escolar que aderiu à Semestralidade, valorizar sua trajetória e os esforços dos atores envolvidos (professores, gestores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, servidores, estudantes, equipes de apoio).

A expectativa é de que estas Diretrizes não sejam vistas apenas como um plano de intenções, mas como subsídios teórico-metodológicos ao trabalho dos professores, estudantes e escolas para auxiliar o planejamento, execução e avaliação das práticas pedagógicas, de modo a contribuir na compreensão, organização e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Semestralidade.

Destaca-se, aqui, também o Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Médio que trabalha a perspectiva dos multiletramentos, a qual requer a compreensão de que os conteúdos se relacionam de modo a favorecer a construção do conhecimento e promover a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Todos os programas descritos no item 4: ProEMI – Documento. Orientador e Portaria em anexo. Programa Novo Futuro - CEPI's- Centros de Ensino em Período Integral – Proposta em anexo. PNEM – Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – Portaria em anexo.

5 - A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio? Em caso AFIRMATIVO, informe as ações já realizadas, em realização ou previstas. Anexe documentos.

- Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina;
- Orientações na elaboração e revisão de seus PPPs em consonância das DCNEM;
- Formações para gestores, coordenadores pedagógicos e professores, a partir das Orientações Curriculares para o Ensino Médio;
- Orientações e implementações no desenvolvimento das atividades apresentadas pelos Pareceres e Resoluções, tais como: Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira; Educação ambiental; Direitos Humanos; Educação Escolar Indígena; Educação de Jovens e Adultos.

O que já foi feito em parceria com o CEE/AP foi a análise/aprovação de Resoluções de questões relativas às disciplinas da Língua Espanhola, Sociologia, Filosofia (que por força de Lei específicas obrigatórias no Ensino Médio). Também a análise/aprovação da Matriz específica do Ensino Médio Inovador.

Ainda não temos finalizada as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica (nela incluída o Ensino Médio). Isso desde 2009.

A atual Matriz Curricular do Ensino Médio Regular e EJA ainda não está organizada em 4 áreas do conhecimento (Art. 8º da Resolução nº 2/2012) e sim em 3 áreas, porque é de 2010 quando a Matemática ainda não era uma Área do Conhecimento. Isso é preciso ser revisto.

Já consta no Plano de Trabalho/2015 do Núcleo de Ensino Médio ações para a revisão das Matrizes e das Diretrizes Curriculares Estaduais do Ensino Médio.

A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) participa, conforme já registrado no item 2, e promove ações em parceria com o Conselho Estadual de Educação como, por exemplo, um seminário de âmbito nacional, previsto para ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano, acerca da elevação da qualidade da educação no Ensino Médio, em que se objetiva debater a implementação das DCNs em modelos inovadores.

Os Programas e projetos da SEESP que envolvem convênios passam pelo Conselho Estadual de Educação. Além disso, sempre que considera necessária a SEESP realiza consultas ao CEE em relação às suas ações.

Destaca-se que a principal ação para a implementação das DCNEM é a ratificação e a materialização do Currículo em Movimento como meio de empoderamento do professor na construção de uma práxis pedagógica que promova a interface do pensar e do fazer como categorias indissociáveis.

O Currículo em Movimento propicia a reflexão sobre uma educação flexível, geradora de conhecimentos fundados nas ações de reflexão, cooperação, criticidade, criatividade e articulação, operacionalizadas e co-atuadas por um professor preparado para essa práxis reflexiva e, do outro lado, um estudante co-partícipe dos processos escolares de produção do conhecimento. Dessa forma, encontra-se o fim maior da educação, ou seja, a capacidade de compreender o mundo na sua totalidade, ancorada no processo de construção e (re) construção do saber envolvido em sentidos e significados que legitimam o conhecimento e promovem a formação integral do estudante.

6-6. A Secretaria de Estado da Educação analisa com a equipe pedagógica da escola e com o corpo docente o processo de implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio?

A secretaria após a implementação das Diretrizes Curriculares vigentes desenvolveu um ação de assessoramento as Unidades Regionais de Educação em cada região do Estado. Essas ações ainda se mantêm.

A Secretaria de Estado da Educação realizou a capacitação das Equipes Regionais do Programa de Intervenção Pedagógica, dos diretores das escolas estaduais, das Especialistas da Educação Básica e dos Professores das escolas sobre a importância do alinhamento do Projeto Político Pedagógico com as Diretrizes.

A Secretaria de Estado de Educação acompanha e analisa a implementação das Diretrizes Curriculares através de seus agentes de campo – Mediadores de Tecnologia Educacional; Mediadores de Leitura e Agente de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE) –, cujas ações estão descritas no item 2 deste questionário.

A SEESP, como órgão Central e também contando com seus representantes oficiais nas Diretorias Regionais de Ensino, buscando uma relação dialógica, tem realizado visitas, reuniões, encontros, Orientações Técnicas, videoconferências e cursos que visam a implementação efetiva do Currículo estadual assim como seguir os marcos normativos nacionais de toda a Educação Básica.

Adequação a Matriz Nova, pois existe escola que atendem as duas modalidades: Ensino Fundamental e Ensino Médio;

- Carga Horária dos professores prevista em lei para atendimento ao aluno no total de 16h;
- Aumento do da demanda de professores na rede estadual para atendimento do Ensino;
- Existe uma equipe responsável no Programa de Tutoria Pedagógica.

7. Existem dificuldades quanto à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?Em caso AFIRMATIVO, indicar a(s) dificuldade(s) encontrada(s)

Por se tratar de uma organização de currículo que possibilita as escolas autonomia para implementação de seus currículos, muitas escolas ainda encontram dificuldades de planejar suas atividades curriculares na perspectiva dos 04 (quatro) eixos de integração, trabalho ciência, cultura e tecnologia, assim como na organização por área de conhecimento, associado aos macros campos obrigatórios e não obrigatórios do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI.

A principal dificuldade diz respeito aos recursos financeiros.

- Necessidade de aporte financeiro;
- Não tem dificuldades
- Incompatibilidade de formação inicial dos professores com as DCNEM;
- Os PPPs não são implementados em conformidade com as DCNEM;
- Ausência de uma Base Curricular mínima para o Ensino Médio;
- O ENEM, em alguns itens da avaliação, contradiz as DCNEM.

Dissociação do Setor Pedagógico da SEED com o Setor de Ensino Médio; Não monitoramento eficaz da SEED às Unidades escolares para análise dos PPPs e das ações da Coordenação Pedagógica; Falta de maiores investimentos financeiros em ações de formação continuada para os docentes, coordenação pedagógica e gestores escolares, organizadas pela SEED para com as escolas de Ensino Médio.

Apesar de não existirem dificuldades para a implementação das diretrizes, o cenário atual da Rede Pública Estadual de Ensino ainda é de compreensão e apropriação das DCNEM.

O processo de construção das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio vem aproximando as DCNEM das unidades escolares e o Pacto Ensino Médio Bahia, cujo formato assegura a realização da formação continuada dos professores de todas as áreas do conhecimento nas unidades escolares, vem contribuindo para os avanços na compreensão da base conceitual das DCNEM

Podem ser consideradas dificuldades quanto à implementação das DCNEM:

- A obrigatoriedade de implementação da disciplina Filosofia e Sociologia em todos os anos do curso, haja vista dificuldade de provimento de professores acarretada pela falta de disponibilidade profissionais formados na área;
- A indicação da Matemática como área de conhecimento, disposta, atualmente, por uma única disciplina, pode propiciar uma leitura de isolamento em relação às outras, o que vai de encontro à proposta global das DCNEM.
- O tratamento dos temas transversais de forma a colaborar com a construção do currículo, o que, muitas vezes, ocorre de forma desassociada ao percurso formativo desenvolvido nas disciplinas.

A SEESP, como órgão Central e também contando com seus representantes oficiais nas Diretorias Regionais de Ensino, buscando uma relação dialógica, tem realizado visitas, reuniões, encontros, Orientações Técnicas, videoconferências e cursos que visam a implementação efetiva do Currículo estadual assim como seguir os marcos normativos nacionais de toda a Educação Básica.

8. A Secretaria de Educação tem participado do Fórum do Ensino Médio?

- Apenas 1 (um) membro da equipe gestora anterior (Diretor de Ensino ou Coordenadora do Ensino Médio), participava dos encontros do Fórum para o Ensino Médio.
- Está-se se referindo às reuniões trimestrais com os Coordenadores Estaduais de Ensino Médio, organizado pela COEM/SEB/MEC, sim. Nestas os gerentes de Ensino Médio sempre foram. Outro Fórum de Ensino Médio, não.
- Não existe no Estado um Fórum instituído para se discutir as questões relativas ao Ensino Médio.
- Sim, a Secretaria participa ativamente do Fórum com os seus representantes.

Assim como, em relação à própria implementação do Currículo e demais marcos normativos, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio enfrenta dificuldades em relação a escala, pois a rede estadual conta

com número elevado de alunos, professores, gestores e familiares que devem ter conhecimento dos documentos oficiais e, além do conhecimento, devem se apropriar dos mesmos para aplicá-los e até mesmo para críticas construtivas. A apropriação é um processo.

Obs. Minas Gerais: Apesar do esforço para implantação dos diferentes projetos e programas aqui apresentados, ainda precisamos construir estratégias que assegurem o debate, em cada escola estadual, das implicações das diretrizes curriculares nos projetos pedagógicos. Este movimento pressupõe formação continuada, fortalecimento dos colegiados e da ação da equipe de gestão político-pedagógica.

ANEXO 5 – DOCUMENTOS ENVIADOS PELAS SEE E CEE

A) Documentos enviado pela SEE e pelo CEE, juntamente com os instrumentos de aplicação. Serão encaminhados Arquivo em Word, Xérox e Gravação em DVD.

Acre - Instrumentos SEE e CEE

Alagoas- Instrumento SEE

Amapá- Instrumentos SEE e CEE

Amazonas- Instrumento da SEE

Bahia- Instrumento da SEE Portaria 424 2011(1)-1, Projeto Pedagógico EMITEC 1

Ceará- Instrumento CEE

Distrito Federal - Instrumentos da SEE, e CEE - PARECER Nº 224/2014- CEDF- Processo nº 084.000536/2014 Diretrizes Semestralidade.

Espírito Santo - Instrumento SEE - CAD Matemática, CAd. Metodologia de Literatura do Ensino Médio. III Concurso Literário Livro Darwin e Livro Einstein.

Goiás- Instrumento SEE - Anexo 1 Documento Orientação 2014 1 Ensino Médio Inovador Anexo 2 Portaria 971 0910209 ProEmi Anexo 3 Lei 17 920 CEPI Novo Futuro Anexo 4 Plano de Ação 2015 Novo Futuro Anexo 5 Documento Orientador Pacto do Futuro Anexo 6 Portaria 1140 2013 Pacto do Futuro. Ofício ao Presidente do Conselho

Maranhão – Instrumento SEE e CEE – Diretrizes Curriculares 3ª edição Ensino Médio do Estado.

Mato Grosso – Instrumento SEE e CEE.

Mato Grosso do Sul – Instrumento CEE

Minas Gerais - Instrumento SEE, Aprendizagem para o Domínio de projeto SRE, Guia do dia D da Escola de Ensino Médio, Portaria, Projeto de desenvolvimento Profissional de Educadores PDP, Reinventando o Ensino Médio SEE MG.

Pará -Instrumento SEE e CEE- Matriz curricular PARÁ-_ENSINO MÉDIO INOVADOR- ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – DIURNO, Parecer CEE Regulamentação, Regulamentação FEM, Resolução 333- 01-2012, Convite Seminário de Formação, Folder do Seminário da Formação dos Professores Ensino Médio, Estudo diagnóstico sobre o Ensino Médio no Pará, Relatório dos grupos de trabalho sobre o Ensino Médio do Pará, Programação do Encontro do Ensino Médio.

Paraná - Instrumento da SEE,

Piauí - Instrumento da SEE Doc CEE PROCESSO CEE/PI Nº 323/2012.

Rio Grande do Sul- Instrumento do CEE, Parecer 0156- 2012 SEDUC, Parecer 0310 – 2012SEDUC.

Rio Grande do Norte - Instrumento da CEE Parecer nº 012/2011 - CEE/CEB/RN Aprovado em: 04 de maio de 2011.

Rio de Janeiro - Instrumento da SEE.

Rondônia Instrumento da SEE SEE

Roraima Instrumento da SEE e CEE Parecer 34-12 APROVADO EM: 11/12/12, Referencial Curricular do Ensino Médio, Resolução RESOLUÇÃO CEE/RR Nº 36, de 11 de dezembro de 2012. Referencial Curricular.

Santa Catarina Instrumento da SEE e CEE.

São Paulo Instrumento da SEE.

Sergipe Instrumento da SEE CEE.

Tocantins Instrumento da SEE e CEE, Doc Orientador PROEMI 20120 2013, Proposta do Ensino Médio Noturno, RESOLUÇÃO Nº 51 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013 da SEE Tocantins.

ANEXO 6 – RESUMO DA PESQUISA

Apresentaremos um resumo das seguintes respostas, após a consolidação das pesquisas, sobre a SEE:

1 A Secretaria de Educação recebeu as Diretrizes Curriculares atuais para o Ensino Médio pelo Site do Conselho Nacional de Educação, MEC, SEDUC entre outros processos comunicacionais.

2 O Conselho Estadual de Educação vem acompanhando a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio junto à Secretaria de Estado da Educação.

Também foram instituídos fóruns para acompanhar, avaliar, propor políticas para o Ensino Médio, assim como promover a implementação das Diretrizes Curriculares no âmbito do Estado. Alguns Fóruns encontra-se em andamento. O acompanhamento por parte do Conselho Estadual de Educação é realizado, especialmente, através das reuniões com Secretários de Educação e da promoção de seminários, conferências, como o Seminário sobre Educação Integral, acompanhado pelos técnicos das Secretarias.

2.1 A Secretaria de Estado da Educação tem apoiado as escolas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em diferentes formas, tais como:

- Com a adesão ao Programa Ensino Médio Inovador;
- Formação Continuada com os técnicos das Diretorias Regionais de Ensino que repassaram às escolas;
- Proposta para Revisão Curricular conforme as novas Diretrizes;
- Por meio da atualização da proposta curricular e das Formações Continuada Centralizada descentralizada de todas as áreas e temáticas;

O acompanhamento da implantação das diretrizes é realizado pelos Analistas Educacionais das Superintendências Regionais de Ensino mediante visitas *in loco* nas escolas com o intuito de capacitar professores e servidores, orientar na reformulação do projeto político pedagógico e do regimento escolar. Esta ação será intensificada com a atuação dos Formadores Regionais e Orientadores de Estudo no âmbito da 2ª etapa do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

A Secretaria de Estado de Educação elaborou uma proposta curricular básica, denominada Currículo Mínimo, organizada por nível e modalidade de ensino, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é acompanhada nas unidades escolares, com foco em constante formação continuada presencial e na modalidade EAD, buscando alinhar esta proposta curricular as agentes de campo, tais como: (1) Mediadores de Tecnologia Educacional, que através de visitas regulares acompanham e formam os professores nas unidades escolares no que tange aos diferentes recursos didáticos e tecnológicos de suporte à implementação do currículo mínimo; (2) Mediadores de Leitura, que orientam e acompanham os Projetos de Leitura Escolar (PLE) das unidades escolares, que abarcam os temas transversais na unidade escolar; (3) Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE), que participam de reuniões de planejamento de ações, avaliação e alinhamento de metas com a equipe gestora, corpo docente e discente das unidades escolares e das Regionais Pedagógicas, fornecendo devolutivas à equipe sobre possíveis aprimoramentos pedagógicos; e (4) Articuladores Regionais, que acompanham a implementação de programas e projetos de ensino.

Já a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no ano de 2014, publicou o Currículo em Movimento da Educação Básica, sendo realizado como uma construção coletiva dos profissionais da educação.

3 A Secretaria de Estado da Educação tem desenvolvido programas para o fortalecimento do Ensino Médio, a partir de 2011, em diferentes propostas.

A SEE aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador.

Com o advento das versões para atualização do Documento Orientador, as escolas foram orientadas na revisão de currículos que levassem em consideração o

que dispõe as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Resolução 02/2012 de 30 de janeiro.

O Estado também aderiu ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, no qual parte da formação também está voltada para a discussão sobre as Áreas de Conhecimento do Currículo do Ensino Médio, com previsão de formação de mais professores e técnicos.

- Formação de professores do Ensino Médio – Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio;
- Programa Ensino Médio Inovador;
- Programa Ensino Médio Noturno;
- Programa Acerte os Ponteiros com o ENEM.

A SEE atua no fortalecimento do Ensino Médio por meio de: Ensino Médio Inovador/Integral (www.mec.gov.br), bem como na atualização da Proposta Curricular; (www.propostacurricular.sed.sc.gov.br), com Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, Programa Estadual de Novas oportunidades de Aprendizagem/ PNOA, Programa Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio-PNEM. (www.sed.sc.gov.br).

O Currículo em Movimento da Educação Básica, PROEMI, PNEM. - PACTO Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. PRONATEC, PROEMI, EMI.

4 - Na Rede Estadual de ensino existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio.

O Ensino Médio Inovador tem como objetivo garantir a formação integral do estudante. Este programa diferencia-se do Ensino Médio regular no que diz respeito ao redesenho curricular e carga horária.

As inovações, a adoção de um currículo organizado em blocos de disciplinas foi proposta em 2011, em decorrência de a escola haver registrado nos últimos anos, indicadores de evasão escolar acentuados.

Programa Ensino Médio Inovador e Plataforma de preparação para o ENEM.

A Secretaria de Estado da Educação com o intuito de promover uma maior participação da comunidade escolar nas discussões das ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas de Ensino Médio criou o Programa Dia D. O programa envolve a participação de educadores e familiares para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica em busca do aprimoramento e qualidade do Ensino Médio.

O Programa Aprendizagem para o Domínio propõe o funcionamento de uma escola de Ensino Médio diferenciada com a opção de tempo integral, sintonizada com as demandas educacionais contemporâneas por meio de uma nova proposta de organização curricular.

A SEE implementou, entre 2012-2014, a ampliação da jornada escolar, a partir de oficinas que articulam com temas interdisciplinares, possibilitando ao aluno a ampliação do conhecimento. EMITEC é o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica que se constitui como alternativa pedagógica para atender a jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso), em relação a centros de ensino-aprendizagem onde não há oferta do Ensino Médio. Atende a jovens e adultos de localidades que apresentam carência de profissionais com formação específica, em determinadas áreas do currículo.

Além disso, foi inserido desenvolvimento dos seguintes programas inovadores, voltados ao Ensino Médio, junto à Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Programa de Educação Integral com proposta curricular inovadora, conforme Deliberação CEE nº 344/2014, denominada Solução Educacional para o Ensino Médio, que compreende os seguintes modelos: Modelo em Tempo Integral Pleno; Modelo em Tempo Integral, com estruturas curriculares ampliadas; Modelo em Tempo Integral articulado com Educação Profissional; Modelo em Tempo Parcial, aplicado nas escolas regulares; Modelo em Tempo Integral Intercultural; Modelo em Tempo Integral de Curso Normal de Nível Médio; Modelo em Tempo Parcial de Educação de Jovens e Adultos.

Consideramos que todos os Programas citados na questão anterior são inovadores ou apresentam aspectos de inovação.

5 - A Secretaria de Estado da Educação participa e/ ou promove junto com o Conselho Estadual de Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Atualização da Proposta Curricular.

Orientações na elaboração e revisão de seus PPPs em consonância das DCNEM;

Formações para gestores, coordenadores pedagógicos e professores, a partir das Orientações Curriculares para o Ensino Médio;

Orientações e implementações no desenvolvimento das atividades apresentadas pelos Pareceres e Resoluções, tais como: Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira; Educação ambiental; Direitos Humanos; Educação Escolar Indígena; Educação de Jovens e Adultos.

O que já foi feito em parceria com o CEE foi à análise e aprovação de resoluções de questões relativas às disciplinas da Língua Espanhola, Sociologia, Filosofia (o que se deu por força de Leis específicas obrigatórias no Ensino Médio). Também a análise e aprovação da Matriz específica do Ensino Médio Inovador.

Ainda não finalizou as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, nela incluída o Ensino Médio.

A atual Matriz Curricular do Ensino Médio Regular e EJA ainda não estão organizadas em 4 áreas do conhecimento (Art. 8º da Resolução nº 2/2012) e sim em 3 áreas, porque é de 2010 quando a Matemática ainda não era uma Área do Conhecimento. Isso é preciso ser revisto.

Já consta no Plano de Trabalho/2015 do Núcleo de Ensino Médio ações para a revisão das Matrizes e das Diretrizes Curriculares Estaduais do Ensino Médio.

6. A Secretaria de Estado da Educação analisa sim, com a equipe pedagógica da escola e com o corpo docente o processo de implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

A secretaria após a implementação das Diretrizes Curriculares vigentes desenvolveu uma ação de assessoramento as Unidades Regionais de Educação em cada região do Estado. Essas ações ainda se mantêm.

A Secretaria de Estado da Educação realizou a capacitação das Equipes Regionais do Programa de Intervenção Pedagógica, dos diretores das escolas estaduais, das Especialistas da Educação Básica e dos Professores das escolas sobre a importância do alinhamento do Projeto Político Pedagógico com as Diretrizes.

A Secretaria de Estado de Educação acompanha e analisa a implementação das Diretrizes Curriculares através de seus agentes de campo – Mediadores de Tecnologia Educacional; Mediadores de Leitura e Agente de Acompanhamento da Gestão Escolar (AAGE).

A SEE como órgão Central e também contando com seus representantes oficiais nas Diretorias Regionais de Ensino, buscando uma relação dialógica, tem realizado visitas, reuniões, encontros, Orientações Técnicas, videoconferências e cursos que visam à implementação efetiva do Currículo estadual assim como seguir os marcos normativos nacionais de toda a Educação Básica.

Existe uma equipe responsável no Programa de Tutoria Pedagógica.

7. Existem sim, dificuldades quanto à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Por se tratar de uma organização de currículo que possibilita as escolas autonomia para implementação de seus currículos, muitas escolas ainda encontram dificuldades de planejar suas atividades curriculares na perspectiva dos 04 (quatro) eixos de integração, trabalho ciência, cultura e tecnologia, assim como na organização por área de conhecimento, associado aos macros campos obrigatória e não obrigatórios do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI.

A principal dificuldade diz respeito aos recursos financeiros, uma vez que há muita necessidade de aporte financeiro.

- Incompatibilidade de formação inicial dos professores com as DCNEM;
- Os PPPs não são implementados em conformidade com as DCNEM;
- Ausência de uma Base Curricular mínima para o Ensino Médio;

O ENEM, em alguns itens da avaliação, contradiz as DCNEM.

Dissociação do Setor Pedagógico da SEED com o Setor de Ensino Médio; Não monitoramento eficaz da SEED às Unidades escolares para análise dos PPPs e das ações da Coordenação Pedagógica; Falta de maiores investimentos financeiros em ações de formação continuada para os docentes, coordenação pedagógica e gestores escolares, organizadas pela SEED para com as escolas de Ensino Médio.

Podem ser consideradas dificuldades quanto à implementação das DCNEM:

A obrigatoriedade de implementação da disciplina Filosofia e Sociologia em todos os anos do curso, haja vista a dificuldade de provimento de professores acarretada pela falta de disponibilidade profissionais formados na área;

A indicação da Matemática como área de conhecimento, disposta, atualmente, por uma única disciplina, pode propiciar uma leitura de isolamento em relação às outras, o que vai de encontro à proposta global das DCNEM.

8. A Secretaria de Educação tem participado do Fórum do Ensino Médio? Há Opiniões diferentes.

- I. Que não existe no Estado um Fórum instituído para se discutir as questões relativas ao Ensino Médio.
- II. Que sim, esta Secretaria participa ativamente do Fórum com os seus representantes.

Em relação à própria implementação do Currículo e demais marcos normativos, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio enfrenta dificuldades em relação a escala, pois a rede estadual conta com número elevado de alunos, professores, gestores e familiares que devem ter conhecimento dos documentos oficiais e, além do conhecimento, devem se apropriar dos mesmos para aplicá-los e até mesmo para críticas construtivas. A apropriação é um processo.

Obs. Minas Gerais: Apesar do esforço para implantar os diferentes projetos e programas aqui apresentados, ainda *precisa-se* construir estratégias que assegurem o debate, em cada escola estadual, das implicações das diretrizes curriculares nos projetos pedagógicos. Este movimento pressupõe formação continuada, fortalecimento dos colegiados e da ação da equipe de gestão político-pedagógica.

Sobre o CEE[V2]

1.O Conselho Estadual de Educação tem acompanhado a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio?

Sim, o Conselho vem acompanhando a implantação;

(O CEE criou um fórum para avaliar, monitorar e propor políticas para a aplicação das DCN's no Estado do Pará, conforme mostra os anexos a) (Parecer 366/ 2012 - Criação do Fórum do Ensino Médio), b) (Regulamento do Fórum do Ensino Médio), c) (Resolução 333/2012 – institui a criação do Fórum do Ensino Médio). A SEDUC enviou proposta de alteração na Matriz Curricular do Ensino Médio Diurno, sendo analisada pelo CEE e gerado o Parecer nº 251/2012, que aprovou a proposta Curricular para o Ensino Médio Diurno para ser implantada nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Parecer disponível no site do Conselho: www.ceepi.pro.br

Por meio de suas Resoluções o CEE estabelece as normas e procedimentos para o funcionamento das unidades escolares do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Nesse sentido, todos os processos de credenciamento, autorização, reconhecimento etc., são submetidos à análise das Assessorias do Conselho que realizam visita “in loco” com a finalidade de diagnosticar as condições físicas e pedagógicas para o funcionamento, incluindo a sua organização curricular.

É importante destacar que a Rede Estadual de Ensino construiu, com a participação dos professores, o Referencial Curricular que está sendo adotado pelas escolas públicas estaduais.

2. Em seu estado existe algum trabalho inovador referente ao Ensino Médio que se relaciona ao Parecer CEB/CNE nº 5/2011 e a Resolução nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

A ação conjunta entre SEDUC, UFPA, MEC que realizam a formação dos professores do Ensino Médio pelo “Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/ Programa de Formação de Professores do Ensino Médio” já realizou dois encontros. O primeiro em Maio e o segundo em Dezembro de 2014, os quais tiveram o acompanhamento do CEE- PA, como também a participação das escolas

no PROEMI (Programa Ensino Médio Inovador) e no Programa Jovem de Futuro que existe desde 2011 e que em 2013 passaram a integrar o Pacto pela Educação do Pará que tem desenvolvido ações de capacitação, fomento de metodologias próprias em escolas e com professores. Exemplificado nos anexos D (convite do I Seminário do Ensino Médio), E (convite do II Seminário do Ensino Médio).

A Rede Pública Estadual de Ensino vem desenvolvendo desde 2012 o Programa Ensino Médio Inovador/ Jovem de Futuro, em parceria com o MEC e o Instituto Unibanco. O Programa tem como objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e as demandas da sociedade contemporânea. O estado do Piauí também fez adesão junto ao MEC do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que tem em um de seus objetivos fomentar o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral, conforme apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

O trabalho inovador referente ao Ensino Médio foi à aprovação da Proposta de Ampliação da Jornada Diária para as Escolas Públicas do Estado do Acre, através do Parecer CEE/AC Nº 56/2014 e Resolução CEE/AC Nº 172/2014, por solicitação da SEE.

O Ministério de Educação (MEC), por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), fornece um aporte financeiro anual respeitando o quantitativo de estudantes da escola, responsável por financiar os materiais de custeio e de capital, necessários para a execução das atividades elencadas, visando alcançar as metas estipuladas. Desse modo prescrevem:

- Aumentar em 25 pontos os índices de proficiência mensurados pelo SAEMS (Sistema de Avaliação Externa do Mato Grosso do Sul);
- Diminuir em 50% a classificação escolar mensurada no SAEMS como muito crítico e crítico, dentro da escala de proficiência;
- Diminuir em 40% a evasão escolar no Ensino Médio registrado, segundo censo escolar do ano anterior à vigência de cada ciclo instituído no projeto.

- Para obtermos o sucesso esperado a partir destas ações e conseguirmos atingir as metas, ficaram acordadas as seguintes atribuições a cada um dos parceiros:
- Formações ofertadas pelo Instituto Unibanco, capacitando coordenação, supervisão e gestão escolar que atuarão diretamente na escola para acompanhamento das ações propostas e executadas;
- O Ministério da Educação (MEC) fornece para a execução financeira das ações elencadas pela escola, um aporte financeiro estabelecido pelo quantitativo de estudantes da escola, por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola);

A Secretaria Estadual de Educação proporciona às escolas a adesão ao programa, recebendo supervisão e acompanhamento físico financeiro, garantindo suporte às atividades elencadas.

Por meio do ProEMI, recebemos o Documento Orientador fornecido pelo MEC e desenvolvemos ações que promovem o redesenho curricular, distribuído por macro campos que são direcionados por eixos norteadores, responsáveis pelas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, em que estamos trabalhando o Currículo, de forma a buscar a integração com o Trabalho, a Tecnologia, a Cultura e a Ciência.

3. O Conselho Estadual de Educação participa e/ou promove junto com a Secretaria de Estado da Educação ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio? Quais ações já foram realizadas ou estão sendo realizadas e previstas?

O conselho participa e promove de ações.

A ação do Fórum do Ensino Médio no Estado do Pará se desenvolveu a partir de reuniões com as entidades participantes no fórum desde 2012. Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo, o Diagnóstico do Ensino Médio foi uma das formas de conhecer a situação do Ensino Médio no Estado do Pará, que atende a 80% dessa etapa da Educação Básica no Estado. A realização do diagnóstico culminou com a realização do I Encontro Estadual do Ensino Médio, realizado nos dias 08 e 09 de Maio de 2014, no qual foram reunidos 250 profissionais das redes pública e privada no auditório David Mufarrej da Universidade da Amazônia, conforme pode ser observado nos anexos F (Documento Pará)(estudo Diagnóstico

sobre o Ensino Médio no Pará), G (Relatório do I Encontro do Ensino Médio), H (Projeto do I Encontro do I Encontro do Ensino Médio), I (Programação do I Encontro do Ensino Médio).

O Conselho participou de eventos como: a) Encontro Interinstitucional pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Piauí e Reformulação dos Projetos Curriculares dos cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior Formadoras, b) Seminário Estadual para Reformulação do Ensino Médio. Também é destaque a Participação na Auditoria Operacional na área de educação – Ensino Médio, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, colaborando com a disponibilização de informações e documentos do CEE.

O CEE-MA participou de reuniões juntamente com a SEDUC visando discutir as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio; organizou um dia de estudos do Conselho Estadual de Educação sobre o tema e ofereceu contribuições à SEDUC-MA em relação à matéria.

O Conselho Estadual de Educação vem promovendo e participando junto com a Secretaria de Estado da Educação, ações voltadas para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tais como:

- Análise dos Cadernos de Orientações Curriculares do Ensino Médio, realizada em subcomissões, por área de conhecimento, com a participação de conselheiros do CEE/AC, especialistas e professores da rede pública do Estado do Acre; da qual foi exarado o Parecer CEE/AC Nº 79/2012.
- Participação efetiva na implementação das Leis Federais 11.639/2003 e 11.645/2008 através de Fóruns, Seminários.
- Elaboração, apresentação e discussão em Audiência Pública do Parecer CEE/AC Nº 70/2009 – que orienta os Sistemas de Ensino quanto às Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito do Estado do Acre.
 - o a) Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 162/2013 – que dispõe sobre Diretrizes Estaduais para a Educação Ambiental.

- o b) Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 168/2013 – que estabelece as Diretrizes, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo, no Estado do Acre.
- o c) Elaboração, apresentação e discussão em audiência Pública da Resolução CEE/AC Nº 169/2013 – que estabelece as Diretrizes Estaduais para a Educação em Direitos Humanos.
- o d) Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 177/2013 - Dispõe sobre as Diretrizes Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- o e) Elaboração e divulgação da Resolução CEE/AC Nº 189/2013 – Define Normas Gerais para a Implementação da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito do Estado do Acre.
- o f) Elaboração e Divulgação da Resolução CEE/AC º 201/2013 – Fixa normas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos Sistemas de Ensino Estadual e Municipais.

O CEE é parceiro em diversas ações realizadas pelas Redes Pública e Particular de Ensino, como seminários e encontros.

4 Destacar, entre as ações citadas, aquela(s) que esse Conselho de Educação considera como mais relevante(s), para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Ações mais relevantes para a implementação das DCNEM.

Considerando as dificuldades de implementação das DCN's do Ensino Médio no Estado do Pará, o fórum discutiu amplamente a situação do ENEM que já era adotado pela UFPA e IES privadas como forma de acesso. Nesse sentido, a UEPA, que demandava o currículo para o Ensino Médio estadual, não tinha o ENEM como forma de ingresso nessa universidade. A partir de 2014, o ENEM passou a ser adotado também pela UEPA, ampliando as tarefas do fórum na direção de discutir a construção de um currículo unificado e alinhado ao ENEM. Assim, é necessário destacar o papel da SEDUC na busca por este alinhamento, ao realizar o

PROENEM - Projeto de Orientação ao Estudante para o Exame Nacional do Ensino Médio, o qual tem como centro de sua proposta pedagógica, a organização de aulas complementares, nas quais os estudantes terão acesso a questões temáticas sobre atualidades e temas transversais e interdisciplinares, contemplando, prioritariamente os conteúdos do ENEM.

a) Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – que vem sendo desenvolvido no estado do Piauí em parceria com o MEC, SEDUC e as Universidades: Federal e Estadual do Piauí, promovendo a formação continuada de 8.693 professores do Ensino Médio que atuam nas escolas da rede pública estadual de ensino;

b) Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro – Implantado em 411 escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, correspondendo ao atendimento de 95% do total de escolas.

Ao Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação

Assunto: Resposta à Pesquisa sobre acompanhamento da Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Em resposta ao Ofício nº 16/CEB/CNE/MEC/2012 gostaríamos de informar a V.Sa. o que se segue:

- Temos pleno conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que têm fundamentado a elaboração de nossos Pareceres e Resoluções referentes a essa etapa da Educação Básica;
- No que concerne às Diretrizes Estaduais para o Ensino Médio, participamos de reuniões quando de sua elaboração, participamos de encontros para sua apresentação e discussão e organizamos um dia de estudos do Conselho Estadual de Educação, cujos resultados enviamos como anexo;
- Anexamos igualmente o questionário remetido por V.Sa. com as devidas respostas.

- Permanecemos à disposição de V.Sa. e reafirmando os nossos desejos de permanente parceria e troca de experiência subscrevemo-nos.

Das ações acima listadas, a considerada mais relevante é a operacionalização da Resolução CEE/AC Nº 96/2012 para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Estado do Acre.

Formação continuada dos professores e coordenadores pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio:

Essa ação permite que os cursistas organizem um tempo dedicado ao estudo individual, aprofundando e atualizando seu conhecimento, bem como oportuniza os estudos em grupo, os quais são realizados na própria escola em que atuam, fomentando discussões sobre a prática pedagógica, gestão escolar e currículo, favorecendo o diálogo entre as áreas do conhecimento.

Toda a fundamentação pedagógica dos cadernos de estudos utilizados no Pacto está concentrada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, apesar de nossa vontade, não foi consultado/convidado pela Secretaria de Estado da Educação para contribuir com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Destacamos o ProEMI e o Plano Estadual de Educação.

Este Conselho acredita que seu papel deve se estender à formação técnica, instituição de fóruns, seminários e audiências públicas para avaliação do Ensino Médio (dados de aprovação/reprovação/evasão/transferência).